

Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

**A transformação da guerra na passagem para o século XXI. Um estudo
sobre a atualidade do paradigma de Clausewitz.**

Dissertação de Mestrado

Autor : Carlos Eduardo M. Viegas da Silva
Orientador: Prof. Dr. João Roberto Martins Filho

São Carlos-SP
Julho
2003

Dedicatórias

Para o José, meu pai, cuja vida transcorreu durante o Breve Século XX e foi um militante comunista. Saudades do filho e companheiro.

Para a Eudóxia, minha mãe, que certa vez me disse tomada pela emoção de quem vivenciou a angústia daquela época, que se não fosse por Stalingrado, tudo o que hoje temos teria se perdido.

Para a Elisabete, amiga, companheira, e mulher. Encanto de esmeraldas, merecer seu brilho é minha riqueza.

Para o Renato e o Otávio. Meus filhos, que me ensinaram o que é a Vida.

Agradecimentos

Agradeço:

Ao meu orientador, Prof. Dr. João Roberto Martins Filho, meu amigo e companheiro, pela intrépida confiança que em mim depositou e por toda a ajuda e orientação que me proporcionou.

A Profa.Dra. Tânia Pellegrini, pela confiança despreocupada e pelo incentivo.

Ao Prof. Dr. Piero Leirner, do PPGCSO da UFSCar, pelas valiosas sugestões que me deu, principalmente para discutir os aspectos culturais da guerra.

Aos Professores do PPGCSO da UFSCar pelo conhecimento que me passaram e pelo exemplo de não discriminação pela idade.

Ao Marcelo, Lia, Rose, Catarina, meus amigos professores da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da USP, campus de Pirassununga, pelo incentivo e amizade.

Aos meus colegas de turma de mestrado de 2002 por acolherem este “tiozinho” com amizade juvenil.

A Profa.Dra. Eliana G. Macedo Lemos e ao Prof.Dr. Manuel Victor Lemos, da UNESP, campus de Jaboticabal, minha cunhada e meu cunhado, cientistas brasileiros de vanguarda, pela amizade de muitos anos e pelo tratamento de igual que sempre me dispensaram.

A Dona Nena, por todas as vezes que se lembrou de mim em suas orações.

Ao meu amigo Guilherme Franck por todas as vezes que me ajudou nos problemas com o microcomputador

A minha irmã, Olga Lucia e meu cunhado, Ernizio Marcondes, pela torcida e incentivo.

Epígrafe

Os cavalos relinham sem causa; os homens sabem alguma coisa da guerra?

João Guimarães Rosa – *Grande Sertão: Veredas*

Think when we talk of horses, that you see them
Printing their proud hoofs in the receiving earth;
For 'tis your thoughts that now must deck our kings,
Carry them here and there; jumping o'er times,
Turning the accomplishment of many years
Into an hour-glass

W. Shakespeare – *King Henry V – Prologue*

Resumo

O propósito deste trabalho é fazer uma revisão da teoria da guerra com o objetivo de examinar a aplicação do paradigma de Clausewitz – a guerra é a continuação da política através de outros meios – nos conflitos que ocorreram após 1990.

Para isto, inicialmente se discute o conjunto de conceitos sobre a teoria da guerra elaborado a partir das obras de Jomini e Clausewitz no início do século XIX, e que pode ser considerado como a teoria clássica sobre a guerra. A obra póstuma de Clausewitz – *Da Guerra* – é examinada com algum detalhe, no sentido de captar o conjunto teórico que fundamenta esta declaração sobre o propósito político da guerra. Uma ênfase especial é dada à discussão da Trindade de Clausewitz, sobre as três forças que compõem os conflitos: a violência, o acaso e a instrumentalidade.

Na medida em que alguns autores da atualidade, entre eles John Keegan e Samuel Huntington, usam o argumento que a guerra é uma expressão de cultura para contestar seu conteúdo político, também é feita uma discussão que aproveita alguns importantes trabalhos de antropólogos brasileiros para analisar a guerra como troca e, a partir daí, reencontrar seu significado político.

A questão da transformação da guerra na passagem para o século XXI é tratada de duas maneiras. A primeira delas procura conceituar o que é uma Revolução em Assuntos Militares (Revolution in Military Affairs – RMA), e examinar em que medida o conjunto teórico de Clausewitz se aplica a um Exército que se modificou por meio de uma RMA. As Forças Armadas dos Estados Unidos e sua ação na guerra do Golfo de 1991 são tomadas como um estudo de caso para examinar a validade destes paradigmas. A segunda maneira de estudo sobre a transformação da guerra, é a análise das “novas guerras” que ocorreram após 1991, e que segundo autores como Martim van Creveld e Mary Kaldor, não podem ser classificadas como guerras “clauswitzianas”, uma vez que seus atores muitas vezes não são entidades estatais.

Por fim, examina-se em que medida a suposição que os Estados modernos não podem travar uma guerra total, dada a existência das armas de destruição em massa, significa uma superação do paradigma de Clausewitz.

Palavras-chave: Forças Armadas, Clausewitz, Teoria da Guerra, RMA, Estratégia, Guerra.

Abstract

This work has the purpose of making a review of the theory of war aimed to check the suitability of Clausewitz paradigm – the war is the continuation of politics by other means – in the conflicts that occurred after 1990.

Initially it is discussed the array of war theory concepts made out from the works of Jomini and Clausewitz, at the beginning of the XIX century, and which could be considered as the war classical theory. The Clausewitz posthumous work – *On War* – is examined in some detail, to gather the concepts that justify the statement upon the political purpose of war. It is given a special focus on the discussion of the Clausewitz trinity, the three forces that make up conflicts: violence, chance and instrumentality.

In the extent that some authors, among them John Keegan and Samuel Huntington, make the point that war is an expression of culture in order to challenge its political content, a discussion is carried out, using some important works of Brazilian anthropologists that analyze the war as an exchange. From the point of view of war as an exchange an effort is made to find again the political meaning of war.

The question of the transformation of war in the transition to the XXI century is considered in two ways. The first one tries to conceptualize what is a Revolution in Military Affairs (RMA) and to examine in what extent the Clausewitzian theory suits to an Army that has transformed itself by means of a RMA. The Armed Forces of the United States and its action in the Persian Gulf War of 1991 are taken as a case of study in order to validate this paradigm. The second way of studying the transformation of war is the analysis of the “new wars” which took place after 1991. According to authors like Martim van Creveld and Mary Kaldor, they may not be classified as “clausewitzian”, as they many times are carried out by actors other than state entities.

Finally it is examined if the assumption that modern States can not wage total wars, given the mere existence of weapons of mass destruction, means an obsolescence of the Clausewitz paradigm

Keywords: Armed Forces, Clausewitz, War Theory, RMA, Strategy, War.

Sumário

Dedicatórias	ii
Agradecimentos	iii
Epígrafe	iv
Resumo	v
Abstract.....	vi
Sumário.....	8
1 Introdução.....	9
2 As teorias clássicas da guerra.....	21
2.1 Jomini	27
2.1.1 A Tipologia da Guerra.....	34
2.2 Clausewitz	39
2.2.1 A Teoria.....	40
2.2.2 A Guerra	45
2.2.3 Meios e Fins	48
2.2.4 A Natureza da Guerra.....	49
2.2.5 A Defesa e o Ataque.....	53
2.2.6 A Trindade.....	58
2.2.6 Os três magnetos.....	62
2.2.7 A Guerra e a Política	67
2.3 Uma plataforma teórica	70
3 A questão cultural.....	73
3.1 A guerra como assimilação.....	73
3.2 A guerra desigual.....	84
3.3 A guerra como troca.....	91
4 A transformação da guerra	94
4.1 O século XXI: A guerra não é mais trinitária?	94
4.2 As Revoluções Militares.....	97
4.2.1 As Revoluções em Assuntos Militares - RMA.....	100
4.2.2 A Primeira Guerra Americana do Golfo Pérsico – 1991.....	118
4.3 A Nova Guerra	132
5 Considerações Finais	154
6 Referência Bibliográfica.....	157

1 Introdução

Este é um trabalho de análise teórica sobre as transformações da guerra moderna. Não está no seu escopo a coleta de dados empíricos de qualquer natureza. Na sua execução procuraremos consultar algumas das obras consideradas paradigmáticas sobre o tema, e alguns daqueles autores que são considerados, na atualidade, os seus melhores comentadores, sempre nos subordinando às questões de acessibilidade e disponibilidade da bibliografia. Trata-se, então, de um trabalho de revisão da literatura disponível, e estaremos sempre conscientes de que a literatura existente a respeito é numerosa e, muitas vezes, de difícil acesso para o pesquisador brasileiro e de que teremos que nos limitar a estas circunstâncias.

Quais são, então, as questões metodológicas básicas que um trabalho teórico que toma o ponto de vista da Teoria Política, deve enfrentar para poder tratar a Teoria da Guerra?

Pensamos que, a primeira coisa é compreender o nosso objeto de interesse: a guerra, sua função, evolução e transformação. Para isto, podemos nos socorrer da opinião de Florestan Fernandes, que nos ensina:

A guerra é um fenômeno humano. Não se pode dizer precisamente *como e quando* ela surgiu, no passado remoto da humanidade. Nem tampouco se pode presumir a que “necessidades” existenciais (bio-psíquicas ou sociais) ela correspondeu originariamente. Até onde alcança a investigação empírico-indutiva, através da reconstituição arqueológica, da reconstrução histórica e da observação direta, a guerra se nos apresenta como um fato social, no sentido restrito de existir como uma das instituições incorporadas a sociedades constituídas.(...).

Semelhante maneira de entender a guerra (e suponho que na sociologia não há outra maneira igualmente legítima), implica uma delimitação precisa na observação e na explicação desse fenômeno social. Os problemas concernentes à “origem”, à “integração”, à “função” e a “evolução” da guerra deixam de ser concebidos *in genere e in abstracto*, para serem definidos e interpretados concretamente, com relação a tipos sociais definidos.(FERNANDES,1970,p. 11).

Este ensinamento nos coloca, de imediato, a nossa primeira tarefa, que é fazer a delimitação precisa na observação deste fenômeno humano, pois como bem sabemos não existe “guerra em geral”, tanto quanto não existe “produção”, “casamento”, “funeral”, etc,

“em geral”, mas sempre este ou aquele fato social, pertencente a esta ou aquela época e sociedade. Isto nos remete de maneira direta à exigência de definir quais os possíveis valores que a variável “guerra” pode assumir e de restringir o seu campo de variação àqueles significados que nos interessam. Esta é, na atualidade, uma exigência bastante importante, pois diferentemente de outros momentos históricos quando a palavra “guerra” tinha um sentido aparentemente inequívoco, hoje ela adquire as mais diversas qualificações e significados: a guerra contra as drogas, a guerra de guerrilha, a guerra contra a fome, a guerra atômica, a guerra religiosa, etc¹.

Neste trabalho o conceito de guerra que estaremos analisando, através da pesquisa bibliográfica, é a guerra moderna, ou seja, aquela classe de conflito que ocorre entre Estados-nação, dentro do contexto histórico que surgiu com o tratado de Westfália e que acompanhou o desenvolvimento do modo de produção capitalista até a atualidade. Esta delimitação do nosso objeto coloca, como é evidente, toda uma série de questões a respeito desta contextualização, especialmente a respeito das transformações por que o Estado-nação e as relações interestatais estão passando neste início de século. Mas estas são, exatamente, as questões que pretendemos abordar, desde o ponto de vista de seu impacto sobre a guerra moderna.

O passo seguinte, conforme a recomendação de F. Fernandes, é enfrentar os problemas concernentes, entre outros, à função e à evolução da guerra. Ou seja, uma vez que já fixamos qual é o valor de nossa variável – o que vamos trabalhar é sobre o conceito de guerra moderna - é conveniente esclarecer como vamos operacionalizar este conceito, ou ao menos, qual vai ser o ângulo que vai merecer nossa atenção na bibliografia consultada. Neste sentido estaremos interessados em compreender as explicações causais funcionais, por meio das quais, os diversos autores operam o conceito “guerra”. Como sabemos, as explicações causais

¹ “Una “variable” en ciencia es un *concepto* que puede tener varios *valores*, y que se define de tal manera que se puede conocer mediante observaciones qué valor toma en un caso particular”. Stinchcombe (1970,p.39).

funcionais são aquelas nas quais as *conseqüências* (a guerra, p.ex.) de algum comportamento social são elementos essenciais para a determinação das *causas* (a disputa política, p.ex.) deste comportamento.(STINCHCOMBE,1970,p.97).

Assim, quando Clausewitz na sua definição da guerra, nos diz no Livro I, Capítulo I: “a guerra é, portanto, um ato de força para obrigar nosso inimigo a fazer nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1984, p.75), está usando uma explicação causal funcional para a guerra, e será neste tipo de explicação que estaremos particularmente interessados, mesmo quando a ela se adicione um componente histórico.

Um outro operador analítico que estaremos usando para compreender as diferentes concepções sobre a Teoria da Guerra é o conceito de “paradigma”, conforme aquilo que foi exposto por Thomas Kuhn em *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Aí, ele argumenta que existem realizações (científicas) que

São reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para a sua prática posterior (...). Tais livros expõem o corpo de teoria aceita, ilustram muitas (ou todas) as suas aplicações bem sucedidas e comparam essas aplicações com observações e experiências exemplares (...). A “Física” de Aristóteles, o “Almagesto” de Ptolomeu, os “Principia” de Newton, a “Eletricidade” de Franklyn, a “Química” de Lavoisier e a “Geologia” de Lydell – esses e muitos outros trabalhos serviram, por algum tempo, para definir implicitamente os problemas e métodos posteriores de praticantes da ciência (...). Suas realizações foram suficientemente sem precedentes para atraírem um grupo duradouro de partidários, afastando-os de outras formas de atividades científicas dissimilares. Simultaneamente, suas realizações eram suficientemente abertas para deixar toda a espécie de problemas para serem resolvidos pelo grupo redefinido de praticantes da ciência (KUHN,1975,p.29-30).

Se entendermos as expressões “comunidade científica” no sentido amplo, capaz de abranger não só as comunidades de estudo que se ocupam das Ciências da Natureza, mas também aquelas comunidades acadêmicas, formadas por especialistas, cujo objeto de estudo são os fenômenos humanos, entre eles a Guerra, não há porque negar a aplicação da definição de T. Kuhn à obra de Clausewitz: “para ser aceita como paradigma uma teoria deve parecer melhor que suas competidoras, mas não precisa (e de fato isso nunca acontece) explicar todos os fatos com os quais pode ser confrontada.”. (KUHN, 1975,p.38).

Foi isto o que garantiu e tem garantido a aceitação do paradigma clausewitiziano: a sua postulação da guerra como um fenômeno político, que emerge antes de tudo do conflito entre Estados e que foi admitida pela Teoria Política como a explicação oficial, ou modelo ideal, para a compreensão das guerras. Pretendemos examinar se a fórmula de Clausewitz sobre a guerra é capaz de absorver os ataques que lhe são feitos, ou se a sua capacidade explicativa sobre a guerra não consegue mais dar conta deste fenômeno social.

Como uma forma de organizar o material a ser trabalhado, que coloque o assunto dentro de uma estrutura significativa, optamos por dividir a dissertação da seguinte forma:

- A Teoria Clássica da Guerra.
- A questão cultural.
- A Transformação da Guerra.

No capítulo “A Teoria Clássica da Guerra” , pretendemos fazer uma revisão de *Da Guerra*, de Clausewitz, juntamente com a obra do seu contemporâneo e rival, o general franco-suíço Antoine-Henri de Jomini, autor de *Précis de l’Art de Guerre*. Estes dois autores são os fundadores do pensamento militar da Idade Moderna e suas obras expressam as primeiras abordagens da guerra como um instrumento da política pelo Estado, a partir da Revolução Francesa.

Pretendemos demonstrar que, se efetivamente existe entre Clausewitz e Jomini um denominador comum, quando teorizam sobre a Guerra como um instrumento da Política por

outro lado, existe entre eles uma ruptura epistemológica fundamental e que, de certa forma, persiste até hoje, quando se trata de construir uma teoria sobre a guerra.

Esta ruptura pode ser verificada na maneira como um e outro constroem seus modelos analíticos para definir o que é a guerra e como proceder para vencê-la. De um lado, Jomini vai construir, através de seu minucioso receituário prescritivo, uma resposta algorítmica a este questionamento. Clausewitz, por sua vez, fazendo uso de referências históricas e de um grande número de analogias tomadas às Ciências Naturais, constrói um dispositivo heurístico que ficou consubstanciado em sua famosa Trindade. Esta dicotomia metodológica quanto à maneira de se responder ao problema da guerra, ou seja, se por meio de uma solução por um algoritmo ou de um encaminhamento heurístico, na verdade faz parte da questão do tratamento dos problemas em geral. Podemos dizer que a natureza da questão a ser trabalhada determina o método a ser utilizado, importando, então, saber quais são as hipóteses fundamentais sobre a natureza do problema em questão².

Para estes dois gerais, o problema fundamental planteado pela guerra é simplesmente qual seu objetivo. Aqui está o núcleo de toda a questão, pois dependendo da visão que se tenha sobre a natureza da guerra, estará determinado o procedimento para resolver o problema-guerra.

Pensar a teoria da guerra, e a questão sobre sua natureza, como um problema a ser resolvido, nos conduz à questão da classificação geral dos problemas, que podem ser, de maneira simplificada, reunidos em dois grupos: o dos problemas bem-estruturados e o dos problemas mal-estruturados. E veremos, oportunamente, as conseqüências de grande alcance que esta classificação terá para a compreensão da natureza da guerra: “a relação entre

² “La heurística moderna trata de comprender el método que conduce a la solución de problemas, em particular las operaciones mentales típicamente útiles em este proceso. Son diversas sus fuentes de información y no se debe descuidar ninguna. (...). Uma experiencia que resulta a la vez de la solución de problemas e de la observación de los métodos del prójimo, constituye la base sobre la cual se construye la heurística .Polya (1976,p.102).

problemas bem-estruturados e mal-estruturados é análoga à relação entre sistemas lineares e não-lineares, entre sistemas estáveis e sistemas instáveis, entre comportamento racional e irracional.”.(SHIMIZU,1976, I-4).

Mas não parece ser simples a definição do que seja um problema bem-estruturado, através de uma fórmula com validade universal. Uma tentativa pode ser a de verificação do atendimento de uma lista de critérios. Imaginemos que o problema-guerra (qual o objeto da guerra?), para ser considerado um problema bem estruturado, deva atender a esta lista de requisitos, conforme proposta por T. Shimizu:

“1 - existe um critério definido para testar qualquer solução proposta e um processo mecanizado para aplicar este critério;

2 - existe pelo menos um espaço-problema no qual podem ser representados, o estado inicial do problema, o estado gol e todos os estados que podem ser atingidos ou considerados no decorrer da tentativa de solucionar o problema;

3 - mudanças de estados possíveis ou permitidos, podem ser representados no espaço-problema como transições de um estado ao outro;

4 - qualquer conhecimento que o sistema ou método resolvidor de problema possa adquirir, pode ser representado em um ou mais espaços;

5 - se o problema envolve a atuação em um mundo externo, então as definições de mudança de estado e de efeitos de aplicação de qualquer operador sobre os estados refletem as leis que governam o mundo externo;” (SHIMIZU,1976, I-5).

Se raciocinarmos sobre as condições de atendimento a esta lista, do ponto de vista do caminho das respostas necessárias a como se atingir o objetivo de uma guerra como a solução do problema planteado, ficará manifesto o caráter mal-estruturado do problema-guerra, pois nenhum dos critérios pode ser atendido univocamente para cada caso empírico e alguns, como o primeiro, não podem absolutamente ser atendidos.

Se aqui é o ponto de assumir um posicionamento nesta dicotomia, do qual vai depender o “olhar” sobre a questão, adiantamos que nos posicionamos na perspectiva de Clausewitz, que parece ter uma visão sobre a guerra como um problema mal-estruturado. Assim, o caminho metodológico para resolver a questão militar fundamental – atingir o objetivo da guerra – só pode, coerentemente, ser a construção de um dispositivo heurístico

que possa dar conta de todas as incertezas deste problema elusivo. Será, então, parte de nossa tarefa demonstrar que esta concepção sobre o problema-guerra é o eixo da construção teórica de Clausewitz.

A visão de Jomini é outra e fica manifesta em sua postulação acerca das “leis eternas e imutáveis” que governariam a guerra. A partir deste ponto de vista, a resolução do problema é apenas o da adequada formulação de seu algoritmo.

Esta dicotomia na maneira em se postular a problemática da guerra parece se manifestar, na atualidade, entre uma visão tecnicista dos recursos disponíveis para o combate e a visão clássica (e sem dúvida, clausewitiziana). A abordagem tecnicista reduz a questão fundamental da guerra à obtenção da superioridade de meios sobre o adversário, compreendendo entre estes meios a vantagem em tecnologia. A abordagem clássica não faz este reducionismo e, sem subestimar a questão da vantagem dos meios à disposição de um contendor ou outro, entende a guerra como um fenômeno humano complexo, não-linear e que não comporta regras imutáveis.

A obra de Clausewitz - *Da Guerra* – é bem mais extensa do que a declaração sobre a política que lhe deu fama e tece uma relação muito complexa entre a organização militar, a dinâmica das forças que constituem a guerra, o acaso que desempenha um papel fundamental nesta dinâmica e o caráter instrumental da guerra nas disputas interestatais. A interação dos três fatores que compõem a guerra – a violência, o acaso, e seu caráter instrumental – ficou conhecida como a “Trindade de Clausewitz” e, neste trabalho, vamos considerá-la como parte integrante do seu paradigma. Como veremos, tem sido parte do jargão, quando se trata de analisar os conflitos atuais, se a guerra contemporânea pode ser colocada dentro desta Trindade.

O general franco-suíço Antoine-Henri Jomini é o outro autor militar que juntamente com Clausewitz, forma o que estamos chamando de “Teoria Clássica da Guerra”. O general

Jomini foi contemporâneo de Clausewitz e seu grande rival; combateu o exército prussiano servindo nas forças napoleônicas, e teve uma biografia repleta de episódios de intriga política terminando por ser conselheiro militar do Czar russo. Foi um autor militar muito produtivo e, em sua obra *Précis de l'Art de guerre* faz críticas diretas a Clausewitz, a quem tomaria por alvo de seus incessantes ataques por toda a sua longa vida.

De qualquer forma, Jomini é um autor que, apesar de ser muito diferente de Clausewitz, também considera a guerra como um instrumento da política, ou da “Grande Política”, como escreveu. A reunião destes dois autores, no mesmo capítulo tem o propósito de construir a plataforma de referência analítica para os demais capítulos e expor o conteúdo do que veio a se constituir no renomado paradigma político sobre a guerra.

No capítulo “A questão cultural” , veremos que um dos questionamentos ao paradigma de Clausewitz parte de uma visão antropológica, ou se propõe como tal. Aqui temos que fazer uma importante ressalva, qual seja, a que não poderemos abordar a discussão antropológica com a profundidade que ela sem dúvida merece, pois isto mudaria o enfoque deste trabalho, de uma análise centrada na Teoria Política, para o terreno da Teoria Antropológica. No entanto, como este ponto tem sido levantado como argumento demonstrativo sobre a transformação da guerra e como parte da refutação à teoria política de Clausewitz sobre a guerra, a questão passa a ser relevante e consideramos que deve ser tratada. Aqui examinaremos os pontos de vista de dois autores, que sem fazer um trabalho etnográfico propriamente dito, analisam a guerra atual usando conceitos de “cultura” e “civilização” tomados de empréstimo à Antropologia, e de autores que realizaram trabalhos de análise antropológica, propriamente dita, sobre os exércitos modernos e sobre a guerra indígena. Para cobrir este tema, pretendemos revisar os trabalhos de John Keegan, Samuel P. Huntington, Piero de Camargo Leirner e Carlos Fausto. Os dois primeiros autores, Keegan e Huntington, procuram explicar a guerra através da cultura, contrapondo este conceito a

explicações fundamentadas na história, na experiência militar e em sua abstração, como faz Clausewitz. No caso de Keegan, seu objetivo declarado é esvaziar a guerra de seu conteúdo político.

Sobre o uso do conceito de cultura, é oportuno lembrar aquilo que Clifford Geertz nos adverte acerca das idéias (e ele estava se referindo a idéia de “cultura”) que surgem com tremendo ímpeto no panorama intelectual, que parecem também resolver todos os problemas fundamentais.

Alguns fanáticos persistem em sua opinião anterior sobre ela, “a chave para o universo”, mas pensadores menos bitolados, depois de algum tempo, fixam-se nos problemas que a idéia gerou efetivamente. Tentam aplicá-la e ampliá-la onde ela realmente se aplica e onde é possível expandi-la, desistindo quando ela não pode ser aplicada ou ampliada. Se foi na verdade uma idéia seminal, ela se torna, em primeiro lugar, parte permanente e duradoura do nosso arsenal intelectual. (GEERTZ, 1978, p.14).

E acrescenta:

Se você quer compreender o que é a ciência, você deve olhar, em primeiro lugar, não para suas teorias ou descobertas, e certamente não para o que seus apologistas dizem sobre ela; você deve ver o que os praticantes da ciência fazem.

Em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é etnografia. (...) Segundo a opinião dos livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são estas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”, tomando emprestada uma noção de Gilbert Ryle. (GEERTZ, 1978, p.15).

Os trabalhos de Keegan, Huntington, Leirner e Fausto se referem à guerra. Sabemos que os dois primeiros, ainda que sendo cientistas sociais, não são praticantes da etnografia como postula Geertz. A comparação entre eles tem o propósito de trazer para o debate as leituras que cada um fez da guerra e os resultados a que chegaram.

Samuel P. Huntington não postula um ataque direto a Clausewitz, como o faz John Keegan, mas se alinha com este ao estabelecer os conflitos, principalmente do Oriente Médio, como pertencentes a uma categoria que define como “guerra de civilizações”. Para isto, Huntington constrói o conceito, novo, de “guerras de linha de fratura” que seriam os conflitos

típicos das fronteiras, de atrito entre culturas em choque, como no caso dos palestinos e israelenses. Pretendemos examinar como Huntington aprofunda a definição deste tipo de guerra, que poderia ser classificado em uma tipologia diferente daquela dos conflitos motivados pela disputa do poder, vale dizer, pela política.

John Keegan, argumenta diretamente contra Clausewitz, dizendo que a guerra é um fenômeno de cultura:

Em resumo, é no plano cultural que a resposta de Clausewitz à pergunta “o que é a guerra” é falha. Isso não é de forma alguma surpreendente. Todos nós achamos difícil tomar distância suficiente de nossa própria cultura para perceber como ela faz de nós, como indivíduos, o que somos.(...)talvez pudesse ter percebido que a guerra abarca muito mais que a política, que é sempre uma expressão de cultura,(...) e, algumas sociedades é a própria cultura.(KEEGAN, 2001,p. 28).

Pretendemos contrapor esta visão, que estabelece uma equação de igualdade entre sociedade, guerra e cultura a uma outra visão, exposta por Piero Leirner, que faz uma leitura antropológica dos exércitos modernos, e propõe uma percepção da guerra na qual além da sua dimensão política, esta também pode ser entendida como uma troca, carregada de significados. Leirner fundamenta sua visão em uma conceituação estrutural dos exércitos, em geral, e dos significados que constroem a relação entre os diferentes exércitos e os diferentes Estados. Veremos que esta será uma contribuição decisiva para a compreensão de um dos pontos críticos da transformação da guerra moderna, a assimetria entre forças e de quais são as conseqüências da quase ausência de derramamento de sangue, para o lado mais poderoso.

A questão da guerra como troca é também discutida por Carlos Fausto, seguindo a tradição dos estudos estruturalistas sobre as culturas indígenas brasileiras. Pretendemos nos apoiar no seu conceito de *predação familiarizante* , para fazer uma reflexão sobre a guerra de intervenção imperialista da atualidade.

A Transformação da Guerra: a política e as revoluções em assuntos militares:

Conhecemos bem o papel decisivo que as guerras tiveram na formação do Estado moderno na Europa, durante os séculos XVII e XVIII, no processo que se consolidou na Paz de Westfália de 1648. Também é bem conhecida a importância das forças armadas como espinha dorsal constitutiva do aparelho de Estado, no papel de organismo encarregado de exercer com legitimidade a violência e defender a soberania nacional. Desta forma, a discussão sobre a atualidade do paradigma político de Clausewitz nos remete a questões profundamente imbricadas no surgimento das realidades institucionais tais como as conhecemos.

No entanto, alguns autores que tratam da história e evolução das guerras argumentam que os conflitos contemporâneos, principalmente após a Guerra do Golfo de 1991, não podem mais ser enquadrados dentro dos esquemas de análise de Clausewitz. Entre estes autores, está o respeitado Martin van Creveld, que diz que as “guerras do futuro” serão combatidas fora da “trindade” de Clausewitz, ou seja, da dinâmica entre “povo, exército e governo”, e que a guerra moderna estaria passando, portanto, por uma radical transformação. Em sua concepção, parece estar chegando ao fim o período de trezentos anos nos quais as guerras estiveram associadas com o tipo de instituição conhecida como Estado. As guerras estariam se transformando em “conflitos de baixa intensidade”, que exigiriam dos exércitos uma redefinição do seu papel, pois passariam a agir muito mais como uma Polícia, que travaria “guerras justas” de intervenção, com a concordância da comunidade mundial. Este novo tipo de guerra estaria se materializando naquilo que assistimos nos conflitos dos Bálcãs, e talvez a sua versão antecipada tenha sido a situação existente no Afeganistão na campanha contra o regime do Taliban, apoiado pela Al-Qeida.(VAN CREVELD, 2000).

Neste capítulo pretendemos examinar como a atual transformação da guerra - um assunto que tem sido designado na literatura em língua inglesa como “Revolution in Military Affairs” (RMA) – pode ser compreendida através da história do capitalismo e de sua situação

atual. Pretendemos examinar como as RMA interagem com as revoluções político-econômicas do próprio capitalismo e, em que medida, os conflitos de baixa intensidade e as guerras justas de intervenção da atualidade podem ser consideradas como sintomas do surgimento de uma nova articulação do poder político no mundo do capitalismo.

Teremos, para isto, que buscar um material bibliográfico que nos permita fazer uma análise-histórica comparativa da evolução dos exércitos, da tecnologia militar empregada e do papel político da guerra. Seguindo Theda Skocpol:

A análise histórica comparativa é especialmente apropriada para elaborar interpretações de fenômenos macro-históricos dos quais há inerentemente apenas escassos casos. Isto contrasta com mais abundantes e manejáveis tipos de fenômenos apropriados para investigações experimentais e contrasta com outros fenômenos que se multiplicam nos numerosíssimos casos que servem as análise estatísticas. A análise histórico comparativa é, de fato, a forma de análise multivariada a que se recorre quando existem demasiadas variáveis e insuficientes casos.(SKOCPOL, 1985,p.49)

Também pretendemos, neste capítulo, ao examinar algumas concepções estratégicas da atualidade, que privilegiam fatores como a vantagem tecnológica, reencontrar a ruptura epistemológica que separava Jomini e Clausewitz no entendimento daquilo que deve ser a Arte da Guerra, ou seja, a diferença entre um algoritmo e um dispositivo heurístico.

O nosso ponto de corte histórico será a Guerra do Golfo Pérsico (fevereiro de 1991)³ e alguns dos conflitos que ocorreram na última década do século XX, não só pela disponibilidade de material bibliográfico, mas por estes conflitos terem se caracterizado como uma encruzilhada definitiva na estratégia contemporânea. Em todo o caso, consideramos que ao levar a nossa discussão até este ponto, teremos material suficiente para chegar a conclusões com respeito à validade do paradigma de Clausewitz para descrever os conflitos desta passagem de século.

³ Não pretendemos, entretanto, avançar a análise até o conflito do Afeganistão de 2001, ou até a Segunda Guerra do Golfo de 2003, pois as fontes de referência e de reflexão sobre estes acontecimentos ainda estão sendo produzidas

2 As teorias clássicas da guerra.

Aquilo que neste trabalho é designado como as Doutrinas Clássicas da Guerra são as formulações teóricas sobre a Guerra que surgiram, no início do século XIX, como resultado do complexo processo de transformação dos exércitos da Europa desde os meados do século XVIII e que refletiam mudanças estruturais que as sociedades do Continente atravessaram durante este período. Esta transformação dos exércitos, dos armamentos, da tática e da estratégia, foi acompanhada pelo surgimento de obras de diversos autores, que publicaram praticamente em todos os países europeus as suas opiniões sobre as novas maneiras de se conduzir a guerra. Nesta época surgiram diversas obras sobre todos os assuntos militares: a Guerra dos Sete Anos, as novas táticas para usar o mosquete, a utilização da cavalaria, sobre a nova arma de artilharia, sobre a guerra naval e sobre a disposição de tropas da melhor forma para o combate – a ordem de batalha - para citar alguns dos temas abordados.

Este período, que podemos denominar como “clássico”, chega ao seu apogeu com Jomini e Clausewitz, dois militares e teóricos da estratégia que fundamentaram muito do que produziram nos eventos e autores deste período, e particularmente, nos feitos de Frederico o Grande e Napoleão Bonaparte.

O general prussiano Carl von Clausewitz e o general franco-suíço Antoine-Henri Jomini tornaram-se autores paradigmáticos sobre a arte da guerra, pelo menos como compreendida pela tradição ocidental e europeia e são, usualmente, citados como antagonistas. Quando o debate se acirra, o epíteto de “jominiano” ou “clausewitziano” é lançado como depreciativo pelos adversários de um ou de outro. Isto talvez se explique por terem vivido na época em que os exércitos, assim como a sociedade europeia, passavam por transformações literalmente revolucionárias e estava aberto o questionamento sobre o que seria a organização militar ideal, a condução dos interesses estratégicos dos Estados e a

natureza da guerra. Ambos avançaram as suas respostas, conheciam a produção intelectual um do outro, e em suas obras mais famosas se criticaram mutuamente. Como viveram na mesma época os mesmos dramas, e abordavam o mesmo objeto de estudo – a guerra – examinaram o mesmo conjunto de fenômenos que compõem os conflitos. A este conjunto teórico, formado por duas abordagens muito diferentes, é que vamos chamar de “A Doutrina Clássica”, mantendo as distinções entre os seus autores.

Carl von Clausewitz (1780-1831) ingressou na carreira militar aos 12 anos de idade e entrou em combate aos 13, quando assistiu ao desastre do exército prussiano (1794) frente às tropas de Napoleão. Morreu vítima de uma epidemia de cólera, aos 51 anos de idade. No início de sua carreira como oficial, serviu diretamente ao reformador do exército prussiano general Gerhard von Scharnhorst e posteriormente, a outro reformador militar, o general August von Gneisenau. Em 1810 foi designado tutor militar do príncipe herdeiro, a quem dedicou (1812) um tratado militar conhecido como *Os Princípios da Guerra*. Neste mesmo ano, por divergir quanto ao posicionamento político dos governantes da Prússia em relação à França, juntou-se ao exército russo com o propósito de combater Napoleão. Lutou durante toda a Campanha da Rússia e nas Guerras de Libertação (1813-1814). Foi chefe de Estado-maior do III Corpo de Exército da Prússia (1815), quando este, sobrepujado na razão de dois para um, deteve as forças do General Grouchy, em Wavre, contribuindo decisivamente para a derrota de Napoleão em Waterloo.⁴

Da Guerra é a principal obra de Clausewitz. Quando aceitou o cargo de Diretor da Academia Militar em 1818, aos 38 anos de idade, tinha já centenas de páginas anotadas sobre as suas reflexões em 25 anos de serviço ativo. Planejava escrever uma obra em 8 livros, traçando uma teoria geral sobre a guerra e, 12 anos após, considerava aquilo que tinha em mãos “nada além do que uma coleção de materiais dos quais uma teoria da guerra deveria ter

⁴ Para resumos biográficos de Clausewitz, ver Howard (1983) e Paret (1993)

vido destilada”. Faleceu antes de poder ter dado por terminada sua obra, a qual sua viúva encarregou-se de compilar e editar.⁵

Antoine-Henri Jomini (1779-1869), Barão de Jomini, proclamava ser o intérprete de Napoleão no mundo militar (BASSFORD,1993). Originalmente, pretendia fazer carreira no mundo das finanças, porém, ainda jovem, foi envolvido pela excitação dos dias da Revolução Francesa e juntou-se em 1798 ao exército francês. Teve um breve retorno aos negócios na Suíça, onde começou a escrever sobre assuntos militares. Seu *Traité de grande tactique* foi inicialmente publicado em 1803. Reuniu-se novamente ao exército francês como membro voluntário do Estado-maior do Marechal Ney e serviu em Austerlitz e nas campanhas da Prússia e da Espanha. Foi promovido a general de brigada, e participou da campanha da Rússia. Em 1813, sentindo-se ameaçado por intrigas palacianas, juntou-se ao exército russo onde passou a maior parte do restante de sua carreira militar.

Jomini escreveu abundantemente sobre assuntos militares em sua longa vida, versando sobre história, tática e estratégia. Pela característica prescritiva de seus livros, ficou amplamente conhecido no meio militar, a ponto do seu vocabulário ter se transformado na nomenclatura padrão dos exércitos modernos. Sua principal obra *Precis de l'Art de Guerre* surgiu em 1838, seis anos após a publicação póstuma de *Da Guerra*, circulando em diversas traduções como material de instrução militar, e foi abreviada e adaptada para atender as necessidades de forças armadas de muitos países.

A época em que viveram Clausewitz e Jomini foi, conforme Eric Hobsbawn, “uma época de superlativos” (HOBSBAWN,1977,p. 321). Nos trinta anos, aproximadamente, que vão da Revolução Francesa de 1789 até a restauração monárquica de Luis XVIII, a Europa havia sido revolucionada. O velho regime e as antigas relações feudais haviam sido varridas da Europa, o mapa político do continente tinha sido redesenhado, e o absolutismo havia sido

⁵ Ver o prefácio de Marie Von Clausewitz em Clausewitz (1984).

substituído, em boa parte do Continente, por monarquias parlamentaristas; o processo de formação do Estado Moderno, tal como o conhecemos, estava concluído. O capitalismo havia ingressado na Primeira Revolução Industrial e as sociedades europeias na Modernidade em um vertiginoso movimento que alteraria todas as demais sociedades do planeta, estabelecendo a hegemonia ocidental nos mais diferentes aspectos da vida destas sociedades.

Foi uma época de revoluções e transformações. Os exércitos que serviam as monarquias absolutistas do Século XVIII eram relativamente pequenos em contingente, comandados por aristocratas, admitiam como corriqueiro o uso de tropas não nacionais em seus quadros, usavam mercenários, e lutavam de maneira rígida, obedecendo a preceitos cavalheirescos e esquemas táticos que visavam transformá-los em grandes mecanismos militares. Em pouco mais de três décadas, no período que vai da Revolução Francesa de 1789 ao início do Século XIX, uma outra revolução, em assuntos militares, havia ocorrido. O Grande Exército que Napoleão levou à invasão da Rússia em 1812 tinha mais de 500.000 homens, era ideologicamente revolucionário, seus comandantes - alguns no posto de general - tinham origem plebéia. Era quase que totalmente constituído por cidadãos franceses conscritos, pagava soldo em papel moeda e lutava sem observar rituais cavalheirescos, inovando na tática e apenas com um objetivo: destruir totalmente o exército inimigo.

Clausewitz e Jomini são considerados os autores “clássicos” do pensamento militar, pois esta também foi a época do estabelecimento revolucionário de grandes paradigmas. A relação dos nomes de seus contemporâneos diz, por si só, que viveram no momento de constituição dos fundamentos da Modernidade: Hegel (1770-1831), Balzac (1799-1850), Lavoisier (1743 - 1794), Lobachevsky (1792-1856), Beethoven (1770-1827) e David Ricardo (1772-1823), dão a medida das inovações que estavam a ocorrer nas Artes, na Filosofia e nas Ciências. É neste panorama que devemos colocar a obra destes autores militares, ou seja, a

constituição de referências que, de fato, vieram a marcar a elaboração dos planos de estratégia não só no restante do Século XIX, mas também no Século XX, e até o presente.

Mais três observações são necessárias quanto ao momento do surgimento destes referenciais paradigmáticos sobre a Teoria da Guerra. A primeira diz respeito às grandes transformações que ocorreram nas organizações militares na passagem do século XVIII ao século XIX, sincronizadamente com o surgimento de uma das indústrias “de ponta” do capitalismo industrial: a indústria bélica. Desde o seu nascimento, com a fabricação de mosquetões, canhões, pólvora e navios de guerra, a produção de armamentos envolveu a participação direta do Estado, a contratação de trabalhadores “livres”, a incorporação da última palavra em progresso tecnológico-científico na produção, e o pagamento de salários. Este papel de vanguarda da indústria bélica na organização da produção capitalista surge neste momento e se mantém ao longo de toda a trajetória da industrialização ocidental, bastando citar apenas alguns poucos exemplos de pioneirismo industrial ocorridos nesta indústria: a padronização de métodos, materiais e processos; a inspeção e os sistemas de gerenciamento da qualidade; a hierarquia e administração fabril.

A segunda observação é sobre o surgimento, também neste período histórico, do soldado voluntariamente engajado, que recebe seu soldo em dinheiro. Ou seja, o serviço militar remunerado com o soldo “monetário” tem como pressuposto a existência das mercadorias e do mercado; e prefigura os “exércitos industriais” dos proletários fabris e a condição de sua existência: a circulação monetária ampla, a compra e venda de trabalho abstrato, a existência individual livre para “empregar-se” ou “alistar-se”, a existência do Estado e todo seu aparelho e o domínio da ideologia de acumulação de riqueza pelo propósito da simples acumulação de mais riqueza.

E finalmente, a terceira observação, retornando ao espírito da época: esta foi a época do Romantismo, de sua recusa aos meio-termos, e da busca dos Absolutos. O capitalismo industrial do Século XX iria proporcionar os meios de fazer a guerra atingir o seu absoluto.

2.1 Jomini

Diz-se que o Barão General Antoine Henri de Jomini proclamava ter feito pela arte da guerra aquilo que Copérnico havia feito pela Astronomia. De fato, a analogia comporta uma semelhança, além da reconhecida vaidade de Jomini. Pois, se a revolução copernicana foi um feito momentoso, revolucionário ao seu tempo, e marcou uma das transformações radicais da visão de mundo do Renascimento, também terminou por ser assimilada ao conjunto de conceitos que hoje forma o senso comum sobre o Universo. O nosso contemporâneo que diz saber que a Terra gira em torno ao Sol e não o contrário, muitas vezes não saberá dizer quem foi Copérnico.

Assim ocorreu com Jomini e seus ensinamentos sobre a guerra. Sua importância e influência sobre as organizações militares do século XIX foi enorme. O conjunto de sua obra, mais particularmente, o *Precis de l'Art de la Guerre*⁶, foi adotada como a referência militar básica em praticamente todos os países de um lado e outro do Atlântico e, através de sua terminologia e de suas máximas, tornou-se o conhecimento de senso comum do mundo militar. No entanto, ao oficial de hoje que fala em “base de operações”, “linhas interiores”, e principalmente em “concentrar forças superiores contra o ponto fraco do inimigo”, pode não ocorrer, ou saber, quem foi o General Jomini. Pode se dizer que, neste caso, o pensador foi incorporado ao seu objeto de estudo e nele desapareceu. (PROENÇA JR.,1999,p.55).

Jomini pertencia a uma família da pequena aristocracia suíça, de língua francesa. Nasceu em 1779 e, preparado para assumir uma carreira nos serviços bancários, estava na adolescência quando os fatos tremendos da Revolução Francesa sacudiram a Europa e o arrastaram para a vida militar. Com 19 anos de idade estava em Paris, vivendo como ativista

⁶ Deste ponto em diante vamos nos referir à obra de Jomini pela tradução de seu título para o Português: “Os Princípios da Arte da Guerra”, ou “Os Princípios”.

revolucionário, quando a Revolução atingiu a Suíça. Regressou por um breve período ao seu país, mas em 1800 já se encontrava novamente na França.

Foi um autor extremamente produtivo; teve a publicação de seu primeiro livro *Tratado das Grandes Operações Militares* financiada pelo Marechal Ney e continuou a publicar seus livros em múltiplas reedições e revisões até idade avançada. Morreu aos 90 anos de idade como general ao serviço do exército russo.(PROENÇA JR.,1999,p.56).

Jomini era um militar experiente e participou pessoalmente nas principais batalhas das guerras napoleônicas, se bem que nunca tenha tido tropas ao seu comando. Serviu como membro do Estado-maior no exército francês e posteriormente no exército russo. Assim, não era apenas um literato, mas um militar que participou em diversas campanhas e testemunhou as transformações por que o modo de fazer a guerra e a organização dos exércitos passaram durante o século em que viveu.

Jomini expôs suas idéias inicialmente em 1803, data da publicação de seu primeiro livro e se manteve ferreamente preso a elas durante toda a sua vida. Estas idéias são, em sua essência, bastante simples:

- A estratégia é a chave para a arte da guerra.
- Toda a estratégia é controlada por princípios *científicos invariáveis*.
- Estes princípios prescrevem uma ação ofensiva com forças maciças contra as forças mais fracas do inimigo em um ponto decisivo, se a estratégia deve levar à vitória.

Estas idéias é que são o fundamento do seu livro mais famoso: *Princípios da Arte da Guerra* e, quando o comparamos com *Da Guerra*, de Clausewitz, vemos que há uma marcante diferença entre a dialética do autor prussiano, e a assertiva, prescrição e linearidade do autor francês. Por isto, a obra de Jomini foi muitas vezes depreciada por seus críticos como

o exemplo de superficialidade de um certo pensamento militar “naive”, incapaz de elaborar análises sofisticadas, o que não faz justiça ao seu metucioso levantamento de referências históricas e ao registro que fez das experiências que viveu nos campos de batalha.

O lugar de Jomini entre os formuladores da Doutrina Clássica ficou assegurado, por ter sido um militar que participou pessoalmente nas guerras napoleônicas e, nesta condição, um dos primeiros teóricos a sistematizar a forma da condução da guerra por um Estado-nação moderno. Como considera a guerra como um assunto pertinente à Política, podemos situá-lo ao lado de Clausewitz. Veremos adiante que Jomini é também um precursor quando se trata da reflexão sobre a guerra popular, ou a guerra de guerrilhas, que presenciou na resistência espanhola à invasão francesa.

No entanto, quando se trata da elaboração de uma teoria da guerra, consideramos que a relevância deste autor é a de ser o caso exemplar na formulação de uma teoria algorítmica da guerra. Como sabemos, um algoritmo é um conjunto de regras as quais, se obedecidas, irá automaticamente gerar a solução de um problema. A intenção de Jomini ao escrever os *Princípios* foi produzir um minucioso receituário, que deveria permanecer válido para todos os casos, sobre como obter a vitória em uma guerra e, neste sentido, coloca-se dentro do conhecimento de senso comum, o qual considera que o objetivo da guerra é a vitória militar.

A trajetória pessoal de Jomini reflete em boa medida a própria história do século XIX, pois quando surgiu em cena através da publicação do primeiro volume do “Tratado”, patrocinada pelo Marechal Ney, e merecedor da aprovação de Napoleão em pessoa, foi identificado como o teórico do poderoso exército francês, revolucionário em diversos sentidos da palavra. Quando faleceu estava ao serviço de um dos baluartes do conservadorismo europeu: o exército czarista. Esta passagem, de revolucionário a conservador, é a marca da ascensão burguesa do Século XIX e também caracteriza a maneira como Jomini foi assimilado pela instituição militar.

Em *Princípios da Arte da Guerra*, ele tratou de fazer uma extensa e detalhada historiografia para sustentar as suas recomendações estratégicas, e não identifica nas profundas alterações institucionais ocorridas na França após 1789 nenhuma influência na nova forma de organização militar. Não atribui à Revolução nenhum papel de influência sobre a forma de conduzir a guerra; ao contrário disto identifica no gênio militar encarnado em uma pessoa – Napoleão e muitas vezes Frederico, o Grande – a origem inspiradora da nova forma de luta. Ao mesmo tempo oferece uma interpretação conservadora dos fatos: a causa dos êxitos de Napoleão era ter se mantido fiel aos princípios imutáveis, eternos, da arte da guerra. E estes princípios se resumem na lição de que a vitória estará do lado que souber agrupar forças maciças contra um inimigo em inferioridade, em um ponto decisivo do teatro de operações. Jomini não tinha nenhuma restrição em proclamar que era ele quem havia recuperado, através de estudos históricos e de sua experiência pessoal ainda adolescente, estes princípios eternos e que a Napoleão e seus generais cabia o bom senso de haver compreendido seus ensinamentos e colocá-los em prática. (PROENÇA JR., 1999, p.58).

Involucrado em imensa vaidade pessoal, seu conservadorismo arraigado encontrou ampla audiência no meio militar e Jomini foi o autor de referência durante a maior parte do século XIX. Esta obra conservadora não faz nenhuma reflexão mais profunda sobre a transformação da guerra e dos exércitos de seu tempo; antes disso, toma a organização militar dos Estados surgidos após as revoluções burguesas da Europa como definitiva e se propõe a cristalizá-la ainda mais. A linguagem de Jomini - suas máximas, através de inúmeras simplificações, resumos e citações - foi assumida como o jargão militar convencional dos exércitos modernos. Jomini procurou intencionalmente este sucesso, pois escrevia aquilo que seus leitores esperavam ler, sem polêmicas e de uma maneira linear. Porém, para fazê-lo teve que absorver em sua obra todo o lugar-comum da organização militar e do raciocínio estratégico de sua época, influenciando, mas também sendo influenciado.

Este processo de interação entre o pensador e seu objeto de estudo, faz revestir *Os Princípios da Arte da Guerra* de uma importância que transcende suas prescrições hoje consideradas obsoletas, pois a obra retrata o pensamento estratégico elaborado ao longo do processo de desenvolvimento das instituições militares, durante a Revolução Industrial do Século XIX e até a Primeira Guerra Mundial. Tudo aquilo que, em sua época, julgava-se necessário para constituir um exército “moderno”, a sua forma de travar a guerra, e mesmo o modo de ocorrência dos conflitos, está ali tomado como acabado, de uma vez para sempre.

As prescrições quanto à maneira de disposição das tropas para formar a ordem de batalha sustenta a razão de sua hierarquia: Corpos de Exército, Divisão, Batalhão e Companhia. A batalha é pensada como algo que acontece em um território possível de ser delimitado, tanto no espaço como no tempo, pela “frente de operações” que deve ser atendida por “linhas de suprimento”, desde uma “base de operações”⁷. O exército, é constituído por uma massa indiferenciada de soldados sem rosto, sem nomes, sem origem, que obedecem rigidamente uma hierarquia de comando. As tarefas de alimentar, transportar, armar e municar não são parte essencial da atividade militar, segundo a *Arte da Guerra*. Esta massa indiferenciada de soldados obedientes à hierarquia deve ser concentrada através das manobras concebidas, preferivelmente, por um grande líder militar. Uma vez concentrada deve ser atirada com toda a força contra um ponto vulnerável do inimigo. Não existem na obra de Jomini as considerações de ordem psicológica, às vezes carregadas de um tom dramático, sobre o que é a derrota, ou a vitória, como encontramos em Clausewitz. Este exército amorfo e disciplinado, pronto a concentrar forças e atacar sem outras considerações, é o retrato antecipado dos exércitos europeus que se massacraram na Primeira Guerra Mundial.

Parece caber muito mais à Jomini o rótulo de “profeta das massas” do que a Clausewitz, quando se trata, como fez Liddell Hart, de identificar o teórico da guerra que

⁷ Jomini (1992, p.290). Todas as referências à obra de Jomini baseiam-se em sua tradução inglesa. As traduções para o Português são de nossa autoria e responsabilidade.

estaria “por trás” das desastrosas tentativas dos comandos militares da Primeira Guerra, de atirar massas de tropas, em assalto frontal, contra a artilharia e a metralhadora. Veremos em seguida o que Jomini pensava sobre qual seria o impacto do desenvolvimento das armas sobre a arte da guerra, mas antes vale a pena notar que Liddell Hart, em seu respeitado *Strategy*, - em que reconstrói a história da estratégia desde a Antiguidade Grega até a Segunda Guerra Mundial - não se refere a Jomini nenhuma vez. Isto parece ser muito mais uma forma de abrir espaço para atribuir a Clausewitz as concepções estratégicas conservadoras dos generais da Primeira Guerra, do que um desconhecimento por parte de Liddell Hart da obra de Jomini. Se não se trata de um absurdo desconhecimento, então se trata de uma desqualificação igualmente absurda (LIDDELL HART,1992).

O conservadorismo de Jomini e sua férrea adesão aos “princípios imutáveis” é excelentemente documentado no segundo Apêndice de *Os Princípios da Arte da Guerra*, “Sobre a Formação de Tropas para a Batalha”, escrito após 1851. Neste apêndice Jomini se propõe a discutir se as recentes melhorias em armas de fogo, principalmente no fuzil, poderiam causar qualquer grande modificação na maneira de fazer a guerra”. Sua resposta:

...eles [os fuzis] terão provavelmente uma influência sobre os detalhes da tática, mas, em grandes operações estratégicas e nas grandes combinações de batalhas, a vitória vai, agora como sempre, resultar dos princípios que levaram ao sucesso os grandes generais de todas as idades, Alexandre e César, assim como Frederico e Napoleão. (JOMINI,1992,p.347).

E adiciona um comentário sobre os “heróicos eventos” ocorridos durante a Guerra da Criméia (1853-1854), nas batalhas pela conquista de Sebastopol. Antes de examinar este comentário, é importante notar que na Guerra da Criméia ocorreu o célebre episódio da equivocada carga da Brigada de Cavalaria Ligeira do exército britânico contra os canhões russos, que marca o início do declínio do uso do cavalo, em batalhas onde estivesse presente a artilharia moderna. E mais ainda: a aplicação da artilharia foi tão efetiva que resultou no empenho dedicado dos fabricantes europeus em melhorar a fabricação de canhões, o que

levaria, antes mesmo do final do Século XIX, ao surgimento dos canhões de retrocarga e a consolidação da granada de fragmentação (schrappnel) como a mais eficiente arma de aniquilamento da infantaria.

O comentário de Jomini é de uma obstinação reveladora de um pensamento que deseja congelar o tempo:

Os heróicos eventos que ocorreram recentemente próximos a Sebastopol não produziram a menor mudança em minha opinião. Esta disputa entre dois campos vastamente entrincheirados, ocupados por exércitos inteiros e totalizando dois mil canhões do maior calibre, é um evento sem precedente, o qual não terá igual no futuro pois as circunstâncias as quais o produziram não irão ocorrer novamente.

Ainda mais, esta disputa do canhão com a fortificação, que não tem semelhança com as batalhas normais travadas no centro de um continente, não pode influenciar em nenhum respeito as grandes combinações da guerra, nem mesmo a tática das batalhas. (JOMINI, 1992,p.347).

Jomini, logo a seguir parece abrir algum espaço à realidade dos fatos e continua: “As sangrentas batalhas de Alma e Inkermann [Guerra da Criméia], por evidenciar o mortífero efeito das novas armas de fogo, naturalmente levaram-me a investigar as mudanças que elas podem fazer necessárias por seu efeito nas táticas para a infantaria”, A partir deste ponto, Jomini não consegue avançar na flexibilização do seu raciocínio e o que se segue é uma dissertação sobre os esquemas táticos aplicados até a sua época, sobre como movimentar a infantaria, cavalaria e artilharia e reflexões em torno da disposição (deployment) de tropas para formar a ordem de batalha. Discute longamente sobre como organizar a infantaria em linhas de duas, três ou mais colunas; se é mais racional organizar estas linhas por regimentos ou batalhões; se a cavalaria deve ser colocada nos flancos da infantaria, usando para isto diversos exemplos retirados das guerras napoleônicas.

Jomini, como bom soldado, mantém-se, com uma férrea disciplina defensor do mundo militar que conhecia, mesmo quando percebe que a inovação tecnológica estava para subverter toda esta ordem de coisas a partir do seu próprio “instrumento de trabalho”: a arma individual do infante. Parece querer garantir que a forma de existência da organização militar,

tal como conhecia, fosse eternizada, a partir da negação de inovação em armamentos que levasse à necessidade de novas táticas e de novas estruturas de manobra e comando.

2.1.1 A Tipologia da Guerra

Jomini publicou *Os Princípios da Arte da Guerra* em 1838, portanto, após a publicação, em 1832, da primeira edição de *Da Guerra* de Clausewitz. Tomou conhecimento da obra do general prussiano, pois inclusive em seu texto faz a ela uma breve crítica e referência indireta. Neste sentido a questão importante que se coloca, para nós, é saber em que medida ou maneira a asserção de Clausewitz sobre a relação entre a política e a guerra afetou Jomini.

A influência parece ter sido importante, pois organizou *Os Princípios* como se dividisse a obra em duas grandes partes, podendo se dizer que se assemelha à justaposição de dois volumes, o primeiro tratando a guerra como assunto da Grande Política, do relacionamento entre Estados-nação e o segundo tratando das questões dos arranjos de tática e estratégia. No primeiro bloco de capítulos, constituído pelo primeiro e segundo, Jomini trata de expor a sua maneira de ver a relação entre a política e a guerra e, no segundo bloco formado pelos capítulos III a VII, trata a guerra de maneira convencional. As partes constitutivas do estudo da guerra, seriam cinco disciplinas puramente militares, a Estratégia, a Grande Tática, a Logística, a Engenharia, e a Tática propriamente dita; às quais adiciona uma sexta, que serve de nome ao primeiro capítulo, “A relação da política com a guerra”.⁸

O próprio Jomini dá as razões para a adição desta disciplina política às demais de cunho puramente militar, dizendo que “a política entra em todas as combinações que podem levar a uma guerra, e tem uma conexão com as várias operações a serem levadas adiante durante esta guerra”. (JOMINI,1992,p.13).

⁸ A tradução deste título para o inglês foi “The relation of diplomacy to war”, onde a palavra “diplomacy”, neste caso, foi a tradução da palavra francesa “politique”.

Conforme a sua causa fundamental, as guerras podem ser classificadas em diferentes tipos:

- Guerras ofensivas para reclamar direitos,
- Guerras que são Politicamente Defensivas, mas são Ofensivas Militarmente
- Guerras de Interesse,
- Guerras com ou sem Aliados,
- Guerras de Intervenção,
- Guerras Agressivas para a Conquista e outras razões,
- Guerras de Opinião,
- Guerras Nacionais,
- Guerras Civis e de Religião,
- Guerras Duplas.

De particular interesse é aquilo que Jomini tem a dizer a respeito das Guerras de Opinião, Nacionais e Civis, que segundo ele mesmo, são algumas vezes confundidas umas com as outras.

As Guerras de Opinião se enquadrariam dentro daquilo que hoje designamos como conflitos com motivação ideológica, que podem ser internas (a um Estado); internas e externas; e externas, sem serem internas ou civis: “Apesar de originarem-se em dogmas políticos ou religiosos, estas guerras são as mais deploráveis; pois, como as guerras nacionais, elas envolvem as piores paixões, e tornam-se vingativas, cruéis e terríveis”.(JOMINI,1992,p.25).

Exemplos destas guerras de opinião seriam aquelas travadas na expansão do Islamismo, as campanhas das Cruzadas e a Guerra dos Trinta Anos, na Europa.

Citando a reação e intervenção de outros Estados europeus contra a Revolução Francesa, Jomini faz a recomendação de que a repressão violenta das “paixões humanas” não

é o meio mais afortunado de combatê-las, pois em termos militares estas guerras são assustadoras. A força militar que tenha que invadir uma nação para combater uma “multidão facciosa e incontida” não somente tem o exército inimigo pela frente, mas também é exposta ao ataques de uma população enfurecida. Numa Guerra Nacional, o território precisa ser ocupado e subjugado, os lugares fortificados assediados e subjugados, e as forças militares destruídas, mas numa guerra de opinião,

grandes esforços precisam ser feitos para atingir seu fim rapidamente, sem deter-se com detalhes e tem-se que constantemente tomar o cuidado de evitar atos que possam alarmar a nação por sua independência ou pela integridade do seu território. (JOMINI, 1992,p.27).

Lembramos que Jomini havia acompanhado a invasão da Espanha pelos exércitos de Napoleão e testemunhou pessoalmente a feroz resistência que os espanhóis opuseram a esta invasão e o surgimento da palavra guerrilha para designar este tipo de fenômeno. Foi a partir desta experiência é que detalhou o que seriam as Guerras Nacionais.

Estas, segundo Jomini são as mais formidáveis de todas, e só podem receber este nome aquelas que são travadas contra um povo unido, ou a sua grande maioria, “tomado por um nobre ardor e determinado a sustentar a sua independência”. Neste caso, cada passo é disputado, o exército invasor só tem o chão onde acampa, seus suprimentos precisam ser obtidos à ponta de espada e seus comboios são em toda a parte ameaçados ou capturados.

O espetáculo do levante espontâneo de uma nação é raramente visto; e, apesar de que existe nisto algo grande e nobre que reclama a nossa admiração, as conseqüências são tão terríveis que, pelo bem da humanidade, nós devemos esperar nunca vê-lo. Este levante precisa não ser confundido com uma defesa nacional de acordo com as instituições do Estado e dirigida pelo governo. (JOMINI, 1992,p.29).

O levante popular pode ser produzido pelas mais diversas causas. Os súditos podem levantar-se como um corpo ao chamado do seu governo;

e similarmente, um povo fanático pode tomar armas sob o apelo de seus sacerdotes; ou um povo entusiasmado em suas opiniões políticas, ou animado por um sagrado amor por suas instituições, pode correr a encontrar o inimigo em defesa de tudo aquilo que tomam como mais querido. (JOMINI, 1992,p.30).

As dificuldades para um invasor são ainda maiores quando o povo é amparado por um núcleo considerável de tropas disciplinadas:

O invasor tem apenas um exército: seus adversários têm um exército e um povo completamente ou quase completamente em armas, e fazendo de tudo meios de resistência, cada individuo conspira contra o inimigo comum; até mesmo os não combatentes têm um interesse em sua ruína e a aceleram através de todos os meios em seu poder. Ele [o invasor] mantém exiguamente qualquer terreno fora daquele em que acampa; fora dos limites do seu acampamento tudo é hostil e multiplica-se em um milhar de vezes as dificuldades que encontra a cada passo. (JOMINI, 1992,p.31).

Jomini parece estar atento ao fato de que o mundo após a Revolução Francesa havia se transformado no mundo dos Estado-nação, capazes de mobilizar militarmente todos os seus recursos e, portanto, uma transformação da guerra estava se impondo fazendo com que as guerras a serem travadas deste momento em diante, forçosamente, seriam Guerras Nacionais, de acordo com sua tipologia da guerra. Como imaginar, então, exércitos cruzando fronteiras como fizeram ao longo dos séculos XVII e XVIII, sem produzir este fenômeno? Ele se pergunta: “Mas, não existe meio de repelir uma tal invasão sem produzir um levante de toda a população em uma guerra de extermínio? Não haverá um meio entre estas disputas entre o povo e o velho e normal método de guerra entre exércitos permanentes?”.(JOMINI, 1992,p.34).

O conservadorismo de Jomini fica exposto em sua reflexão a respeito da transformação por que a guerra estava passando, em sua época:

Como soldado, preferindo a guerra leal e cavalheiresca ao assassinato organizado, se for necessário fazer uma escolha, eu admito que minhas preferências vão a favor dos bons velhos tempos quando os Guardas Franceses e Ingleses cortesmente convidavam um ao outro a disparar primeiro, - como em Fontenoy, - preferindo-os à época assustadora quando sacerdotes, mulheres e crianças através da Espanha, combinam o assassinato de soldados isolados. (JOMINI, 1992,p.35).

Atualmente os ensinamentos do general Jomini não fazem mais parte do corpo de conhecimentos que os militares profissionais devem absorver para sua prática profissional e, muitas vezes, são considerados apenas como o objeto da curiosidade dos historiadores militares. No entanto, se os examinarmos como o registro da realidade política européia de sua época, conservam sua validade e, ainda mais, se tomados como uma das primeiras

manifestações de um oficial de um exército regular, quando teve que enfrentar a guerra de guerrilhas, que se tornaria no campo político-militar, um dos principais fenômenos do século que o sucedeu.

2.2 Clausewitz

Nunca será demais lembrar que *Da Guerra* é uma obra inacabada. Talvez a melhor análise feita a respeito, o importante trabalho de Raymond Aron em *Clausewitz: pensar a guerra*. É obra de erudição de toda uma vida, que pode nos guiar na compreensão do que poderia ter sido o polimento e revisão final que o próprio Clausewitz nos prometeu em suas notas de 1827 e 1830, e que sua viúva colocou como introdutórias, no volume que chegou à posteridade. Por isto, não é em sua obra principal que encontramos a indagação sobre quais eram as questões sobre a guerra que o general prussiano pretendia analisar, mas em outro lugar, em uma nota, parte de uma coletânea de artigos citada por Aron:

Será que uma guerra é da mesma natureza que uma outra? Será que o objetivo de uma empreitada guerreira se distingue do fim político desta última? Qual é a medida das forças que se deve mobilizar em uma guerra? Qual é a medida de energia que se deve desdobrar na conduta de uma guerra? De onde vêm as inúmeras pausas nas hostilidades, seriam elas partes importantes desta última, ou verdadeiras anomalias? Será que as guerras dos séculos XVII e XVIII com força moderada, ou as imigrações dos tártaros meio-civilizados, ou as guerras de destruição do século XIX estão conformes à coisa em si? Ou será que a natureza da guerra está condicionada pela natureza das relações e quais são estas relações e estas condições? Os objetos que aparecem em respeito a estas condições não aparecem em nenhum dos livros escritos sobre a guerra particularmente naqueles que foram escritos recentemente sobre a conduta da guerra em seu conjunto, isto é, a estratégia. (CLAUSEWITZ, *apud* ARON, 1986, p.100).

Vemos, assim, que o propósito de Clausewitz, em *Da Guerra*, era submeter a guerra à análise teórica e descrever o seu funcionamento geral e, ao responder estas questões, compreendê-la nas várias formas em que se manifesta através da história, retendo aquilo que fosse sua essência como fenômeno político e social, ao mesmo tempo em que a compreenderia em seus aspectos internos.

Para fazer este exame, constituiu um tipo de análise dialética, em conformidade com a escola filosófica alemã do seu tempo (PARET, 1993, p.104). Parece ter tido alguma influência da filosofia kantiana, mas o certo é que construiu um método dialético próprio, trabalhando em conjuntos de conceitos, a maior parte das vezes em pares: a relação entre os meios e os

fins; entre o absoluto (“ideal”) e o real; entre a potência criadora do “gênio” e o “atrito” imposto pelas dificuldades à realização de desejos; as relações entre meios e fins, ataque e defesa, recursos materiais e força moral. Estendeu esta análise ao jogo entre as forças da violência e as forças da razão, e à interação entre as partes que tomam parte nos conflitos, exarcebando-os até ao extremo. Não se trata de uma dialética do tipo hegeliano, que busca uma síntese através do conflito entre contrários, mas de uma dialética que busca o conhecimento discutindo *in abstracto* pares de conceito, para através de modificações que depois de buscar a máxima magnitude de cada fator em análise, reter e colocar em destaque a principal característica dos fatores contrastantes, e encontrar sua aplicação no mundo real.(ARON,1986,p.108).

Da Guerra, sendo uma obra inacabada, não possui uma teia analítica que faça uma união, sem contradições, entre seus temas e argumentos. As indagações feitas pelo general foram respondidas durante o longo período em que se ocupou na redação de *Da Guerra*, que se inicia ao redor de 1816-1818 e vai até 1827-1830. Estamos de acordo com Raymond Aron quando diz que, aparentemente, Clausewitz só tardiamente chegou a sua definição trinitária da guerra, pouco antes de sua morte. Apesar do conceito ter iluminado toda a sua problemática, não conseguiu aplicá-lo na revisão dos manuscritos, com a exceção do Livro I e (talvez) do Livro VIII. Assim, as importantes discussões sobre a Defesa (Livro VI) e o Ataque (Livro VII) não puderam receber os benefícios do seu achado. (ARON,1986,p.111).

2.2.1 A Teoria

Os principais problemas para a formulação de uma teoria da conduta da guerra estariam localizados nas três características que são os seus atributos.

Primeiramente, a guerra, pela definição de Clausewitz, nada mais é do que o choque de vontades antagônicas que se armam para se contraporem (ao que voltaremos em seguida)

e, assim sendo, ela acontece no terreno daquilo que poderíamos chamar de causas e efeitos psicológicos: as emoções de hostilidade e rancor entre os inimigos; o perigo e a reação de coragem necessária para enfrentá-lo, e as qualidades de liderança do comandante para conduzir a campanha militar.

Em segundo lugar, sua característica de ser um intercurso de ações e reações de entidades vivas e antagônicas; onde o que é planejado com minucioso cuidado, por um lado, é sempre muito difícil de ser executado, pois uma outra vontade – contraposta – vai reagir à execução do que foi planejado, e reagir com violência.

Por fim, na guerra tudo é incerto, dada a singularidade e complexidade de cada evento, de cada combate, de cada tomada de decisão.

Toda a ação acontece, por assim dizer, numa espécie de crepúsculo o qual como o nevoeiro, ou como o luar, freqüentemente tende a fazer as coisas aparecerem grotescas e maiores do que elas de fato são.⁹

Uma das dificuldades importantes para se constituir uma teoria da guerra está no papel daquilo que Clausewitz designa como o “gênio” militar. Para se tomar as decisões acertadas na condução da guerra é necessário ao comandante, ao líder militar de primeira grandeza, um conjunto de qualidades que são difíceis de se reunir em um homem comum. À coragem pessoal deve se juntar a coragem de enfrentar o risco da tomada de decisões, e mais a capacidade de extrair de uma só vez a conclusão acertada de informações incompletas e contraditórias. Este gênio militar não consulta manuais de teoria militar para tomar decisões; ao contrário, os manuais de teoria irão, depois dos fatos ocorridos, demonstrar porque aquela era a decisão acertada. Ao gênio militar, duas características são indispensáveis:

primeiro, um intelecto que, mesmo em sua hora mais negra, retém alguns lampejos de sua luz interior a qual conduz à verdade; e segundo, a coragem de seguir esta luz seja aonde ela puder conduzir. A primeira destas qualidades é descrita pela termo francês, *coup d'oeil*, e a segunda é determinação. (CLAUSEWITZ, 1984,p.102).

⁹ Clausewitz (1984,p.140) Todas as citações de *Da Guerra*, referem-se à edição em língua inglesa da Princeton University Press, organizada e traduzida por Michael Howard e Peter Paret. As traduções para o português são de nossa autoria e responsabilidade.

Assim, segue-se a conclusão de que não se pode construir uma teoria que sirva como um andaime no qual um comandante possa confiar como suporte a qualquer tempo.

Sempre que ele tiver que retornar ao seu talento inato, ele vai se encontrar fora do modelo e em conflito com ele; não importa quão versátil o código, a situação vai sempre conduzir a consequências às quais nós já aludimos: o gênio opera fora das regras, e a teoria conflita com a prática. (CLAUSEWITZ, 1984,p.140).

No entanto, ainda assim, é possível construir uma teoria da guerra, considerando, primeiramente, a natureza da atividade bélica que não pode ser tomada em conta como homogênea em todos os seus níveis. Se a guerra for desmembrada em suas várias atividades, poderá se perceber que as dificuldades não são uniformes em cada uma de suas partes constituintes. As questões envolvidas na condução de um engajamento isolado não são as mesmas que dizem respeito ao plano de uma campanha inteira, pois a tática apresenta muito menos dificuldades que a estratégia.

Em segundo lugar, uma teoria da guerra não necessita ser uma doutrina utilitária, um manual para a ação, ou um algoritmo; ao contrário: terá cumprido sua função quando for usada para analisar

os elementos constitutivos da guerra, para distinguir o que parece à primeira vista estar fundido, para explicar por inteiro as propriedades dos meios empregados e mostrar os seus efeitos prováveis, para definir claramente a natureza dos fins em vista, e para iluminar todas as fases da guerra em uma investigação crítica completa. (CLAUSEWITZ, 1984,p.141).

Clausewitz havia sido instrutor e diretor de uma academia militar. Assim, compreendia que uma teoria da guerra devia cumprir uma função pedagógica, ou seja, não poderia ser um conjunto fechado de regras absolutas, verdades imutáveis, fórmulas algébricas ou princípios axiomáticos. Ela devia ser construída para

educar a mente do futuro comandante, ou, mais precisamente, para guiá-lo em sua auto-educação, não para acompanhá-lo ao campo de batalha; assim como um professor sábio guia e estimula o desenvolvimento intelectual de um jovem, mas é cuidadoso em não levá-lo pela mão o resto de sua vida. (CLAUSEWITZ , 1984,p.141).

No oitavo livro de *Da Guerra*, intitulado “Planos de Guerra”, Clausewitz traça em um rápido esboço histórico, a evolução da conceituação teórica sobre os conflitos. Apesar de não

citar explicitamente suas fontes de pesquisa, pode-se perceber que este esboço está todo centrado na experiência européia; as obras e autores orientais não são referenciados, e não se leva em conta a experiência militar fora da Europa. Clausewitz incorpora à sua concepção do que deve ser uma teoria da guerra um relativismo histórico, postulando que cada época tem a sua própria espécie de guerra, suas próprias condições limitantes e seus preconceitos peculiares.

Cada período histórico deveria se ater a sua própria teoria da guerra, mesmo que a exigência de trabalhar as coisas cientificamente tivesse sempre e universalmente existido. Segue-se que os eventos de uma época devem ser julgados à luz de suas próprias peculiaridades. (CLAUSEWITZ, 1984,p.593).

Uma teoria da guerra deveria, então, ser contextual, ou seja, abrir o espaço necessário para que as variáveis históricas se manifestem em seu interior, provendo flexibilidade de análise, mas ao mesmo tempo fornecendo as linhas por onde a reflexão deve avançar. Quando examinarmos a imagem da “trindade” de Clausewitz, iremos retomar este ponto.

Mas como, então, estudar a guerra? Como Arte ou como Ciência? Se o objeto da Ciência é conhecimento e o objeto da Arte é a habilidade criativa, onde situar o esforço de compreensão da guerra, onde “tudo é incerto” e poderosamente influenciado por “forças e efeitos psicológicos?” A resposta é que a guerra não é Arte nem Ciência e tomar estes conceitos como ponto de partida é enganoso, e tem levado a se colocar a guerra ao par com outras artes ou ciências, resultando numa massa de analogias incorretas.

A guerra não pertence ao reino das artes e ciências, antes é parte da existência social do homem. A guerra é um choque entre interesses maiores, que é resolvido através do derramamento de sangue – esta é a única forma na qual ela difere de outros conflitos. Ao invés de compará-la com a arte nós poderíamos mais acuradamente compará-la ao comércio, o qual é também uma forma de conflito entre interesses e atividades humanas; e é *ainda* mais próximo à política, que por sua vez pode ser considerada como uma espécie de comércio em larga escala. A Política, além do mais, é o útero no qual a guerra se desenvolve – onde seus traços já existem em sua forma rudimentar oculta, como as características das criaturas vivas em seus embriões. (CLAUSEWITZ, 1984,p.149).

Esta formulação, que, em seguida vamos ver, se cristaliza em uma sofisticada elaboração teórica, ficou largamente conhecida por sua expressão simplificada: “*A guerra é*

meramente a continuação da política por outros meios”, que vem a ser o título da seção 24 do primeiro capítulo, Livro I. Na verdade, sua expressão é bem mais rica: “Nós vemos, portanto, que a guerra não é apenas um ato de política, mas um verdadeiro instrumento político, a continuação do conflito político, levado adiante com outros meios”. (CLAUSEWITZ,1984,p.87).

É importante, neste ponto, compreender alguns pressupostos da análise de Clausewitz, o que pode parecer supérfluo, porém, como *Da Guerra* não escapou ao triste destino das obras dos grandes pensadores que escreveram em alemão, é muito mais citado do que lido, e as citações muitas vezes são feitas sem respeitar o seu contexto. Ou então, é submetido a interpretações que, distorcendo seus significados, servem aos propósitos de autores dispostos a fazer prevalecer seus esquemas de pensamento a qualquer custo.

Primeiramente, Clausewitz assume tacitamente estar falando de sociedades onde existe um Estado e todo seu aparelho e que este Estado representa uma Nação, seu povo e cultura, da maneira como era próprio da Europa na transição do século XVIII ao século XIX. Em segundo lugar, também está subentendido em *Da Guerra* uma separação entre o Exército e a Sociedade Civil, ou seja, toma-se como um dado a existência do soldado engajado em um organismo do Estado, como uma profissão e uma carreira a ser seguida dentro deste organismo. Ainda que esta profissão tenha seu sistema valorativo próprio, tal como a honra castrense, o desejo de obter a glória em combate, a obediência à hierarquia, etc, este conjunto de valores não é suficiente para transformar o soldado destas sociedades em um guerreiro, como naquele outro tipo de sociedade onde não existe a separação entre a vida civil e a vida em armas. As forças armadas são assumidas tal como o são no Estado Moderno: o organismo do poder estatal que possui o monopólio da violência e da manutenção, por meio desta, dos interesses políticos do Estado-Nação.

Em terceiro lugar, Clausewitz assume, e aqui explicitamente, a primazia do Estado, às vezes representado pelo seu monarca, sobre os assuntos militares, e também toma como suposto a primazia da Sociedade Civil (através do Estado) sobre a vida militar. Na verdade, não cabe a Clausewitz a originalidade de ter considerado a guerra como um tema da política; antes dele Maquiavel (que Clausewitz, obviamente, conhecia) e Hobbes já haviam feito esta postulação, se a tanto não bastasse a guerra em si, a coisa real, para a este respeito afastar as dúvidas de qualquer filósofo.

A partir destes pressupostos Clausewitz trata de demonstrar que a guerra não é um fenômeno compacto, maciço, mas tem suas partes constitutivas e a sua dinâmica perfeitamente distinguível. Faz uso da dialética – já assinalada – para analisar o objeto em estudo, expresso inicialmente como conceito e em seguida como fenômeno real, e examina a relação entre conceito e realidade.

2.2.2 A Guerra

Assim, inicia seu estudo, dizendo que a guerra não é mais do que um duelo, um duelo em grande escala, que pode ser representada pela imagem de dois lutadores que se enfrentam, cada um tentando obrigar o outro a fazer a sua vontade através do uso da força física; o objetivo *imediate* de cada duelista é *derrubar* seu oponente, fazendo-o incapaz de opor resistência. E apresenta a definição inicial: “A guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade”. (CLAUSEWITZ, 1984,p.75).

A força para fazer frente a outra força, se arma com as invenções das artes e das ciências. A força, portanto é um *meio* da guerra e *impor a nossa vontade ao inimigo* é o seu objeto. Para nos assegurar da conquista deste objeto, devemos fazer o inimigo impotente, e esta é, em teoria, a *meta* da arte da guerra. Então, *desarmar o inimigo* passa a ser considerado

como se fosse o objeto da guerra, tomando lugar do objeto inicial, qual seja, impor nossa vontade.

A qual dinâmica obedece esta luta de vontades contrárias em choque violento? Aponta a três interações que, abstratamente tomadas, deveriam levar a guerra a seus extremos. A primeira interação provém de que sendo a guerra um ato de força não deve existir um limite tomado tão somente da lógica à aplicação desta força. Clausewitz comenta que almas ingênuas poderiam imaginar que entre “nações civilizadas” as coisas não deveriam ser assim; que talvez a mera comparação do poder bélico de uma parte frente à outra poderia ser suficiente, o que evitaria o choque propriamente dito, tudo sendo resolvido por uma espécie de guerra através da álgebra e não do derramamento de sangue. Porém, a realidade é outra, e não se pode minimizar a brutalidade com a qual cada vontade procura se impor a outra, e nem imaginar que os Estados, por serem instituições indicativas de civilização, possam ser capazes de conduzir a guerra sem o seu elemento de emoções hostis. Ainda mais: o uso da violência não é, de maneira nenhuma, incompatível com o uso do intelecto. Prova disto é a constante melhoria dos armamentos, o que mostra que o avanço da civilização nada fez para defletir ou alterar o impulso de destruir o inimigo que é central à idéia da guerra. Assim, cada lado em conflito constrange o oponente a reagir em adequação aos rancores e propósitos destrutivos que lhe dirige, e uma ação recíproca é iniciada que deve, *em teoria*, levar o conflito ao seu extremo, e daí não haver impedimento por parte do raciocínio lógico à que este extremo seja atingido.

Na dinâmica da guerra esta é a primeira interação entre as partes em conflito e seu primeiro extremo.

O seguinte fator dinâmico diz respeito ao objetivo da guerra, qual seja, desarmar o inimigo ou levá-lo a uma situação onde este se veja completamente indefeso, não havendo situação pior do que esta para um beligerante, pois fica submetido à vontade do seu inimigo.

Como ambas as partes buscam o mesmo objetivo, segue-se que reduzir um Estado à situação de estar completamente indefeso, significa destruir completamente as suas forças armadas, ou a capacidade destas de lutar. Como as partes em conflito buscam o mesmo objetivo, e não podem estar tranqüilas sem assegurar-se de que não serão ameaçadas por seus inimigos, estabelece-se uma segunda interação e uma segunda tendência a levar o conflito aos extremos.

Para vencer um inimigo é necessário sobrepujar o seu poder de resistência, que é o produto dos recursos que ele tem ao seu dispor e a força de sua vontade. A extensão de seus recursos é uma grandeza que pode ser medida ou estimada. Mas a estimativa é sempre muito mais incerta com relação à força de vontade, que só pode ser estimada aproximadamente a partir dos motivos que o levam ao combate. Supondo que se possa medir estas duas grandezas elas podem ser aumentadas, do nosso lado, até que ultrapassem as do inimigo, ou no mínimo, se equiparem às dele. Porém o inimigo reagirá de acordo e uma terceira interação se estabelece que também busca os seus extremos.

Porém, diz Clausewitz, deixando o terreno do pensamento abstrato e movendo-se para o mundo real, estas interações, apesar de existirem, não chegam aos seus extremos. Poderiam ir a tal se:

a) a guerra fosse um ato completamente isolado, ocorrendo subitamente e não produzida por eventos anteriores do mundo político; b) consistisse de apenas um ato decisivo ou de um conjunto de atos simultâneos; c) a decisão alcançada fosse completa e perfeita em si mesma, não influenciada por nenhuma estimativa prévia sobre a situação política que iria gerar.(CLAUSEWITZ,1984,p.79).

Estes fatores, que impedem a guerra de atingir os seus extremos, exemplificam o que já foi colocado a respeito do tipo de análise dialética característico do pensamento de Clausewitz, quando a um exercício de pensamento em abstrato e suas decorrências lógicas, ele contrapõe as limitações que a realidade impõe a estas abstrações.

2.2.3 Meios e Fins

Antes de seguirmos adiante, é necessário colocar de imediato a questão dos meios e fins na guerra; discussão que aparentemente não traz nenhuma novidade sobre o assunto, pois parece remeter às trivialidades que envolvem a compreensão do que seja a tática e a estratégia. O Livro II, dos oito que compõem *Da Guerra*, recebeu o título “Sobre a teoria da guerra” e vem a ser um esforço epistemológico de Clausewitz, uma tentativa de construir uma teoria da teoria, e é neste livro que discute a questão da tática e da estratégia como a questão dos meios e fins.

Para Clausewitz, a arte da guerra está dividida em somente duas partes: a tática e a estratégia. Quais são os meios da tática? As forças armadas treinadas para o combate. E qual finalidade da tática? A vitória, pois este é o motivo do combate. E quais são os meios da estratégia? Os combates, sua seqüência no tempo e no espaço, conforme a finalidade que a eles consignou o plano de guerra. E qual a finalidade da estratégia?

são somente aqueles objetos que levam *diretamente* à paz (CLAUSEWITZ, 1984,p.143).

Segue-se, portanto, que o fim da conduta da guerra, que é idêntico ao objetivo último da estratégia é a paz, ou melhor dizendo, *um determinado modo de paz*.¹⁰

Através desta conceituação é que Clausewitz consegue se distinguir dos outros autores sobre a teoria ou arte da guerra, tanto daqueles que foram seus contemporâneos, quanto dos seus sucessores; pois uns e outros, quando imaginam que as guerras são travadas em busca da vitória militar, perdem de vista a subordinação da guerra à política e procuram construir receituários sobre como obter a vitória, válidos para qualquer circunstância e lugar, deixando de lado a historicidade inerente à política. Na verdade, nas guerras travadas entre entidades

¹⁰ “Se a estratégia possui um fim, uma só palavra se nos apresentaria para designa-la: a paz. O fim da estratégia ou da conduta da guerra é a paz, não a vitória militar, ainda que, com toda a certeza, cada um dos beligerantes queira uma outra paz ou conceba a paz de outra forma”. Aron (1986,p.154).

estatais, e também nas guerras revolucionárias travadas internamente a estas entidades, a obtenção da vitória militar é a condição necessária à articulação de um modo de dominação da política que – pela violência – substitui o que até então existia, entre as entidades ou internamente a elas, e que uma vez obtido significa o fim das hostilidades e portanto, a paz.

2.2.4 A Natureza da Guerra

Retornemos à indagação que Clausewitz se fazia sobre a natureza da guerra.

Os seus detratores o acusaram de ser, ainda que postumamente, o mentor filosófico dos generais da Primeira Guerra Mundial que sangraram seus países através da insanidade de concentrar massas de infantaria e atirá-la em choque frontal contra a metralhadora e a artilharia, pois supunham estes detratores que todo o ensinamento de Clausewitz se resumia na concentração máxima de recursos e esforços bélicos em batalhas decisivas contra o adversário. Resumiram, ao que parece, toda a obra Clausewitz à sua definição inicial da guerra, como a disputa de vontades que busca o seu absoluto em termos de violência. Veremos que esta leitura de Clausewitz é enviesada, coisa que podemos depreender das indagações que ele mesmo se fazia e das respostas, ainda que sem revisão, que nos entregou.

A sua definição inicial da guerra - a disputa de vontades que interagindo com violência busca seus extremos - nos conduz à definição da guerra absoluta, um conceito analítico, algo semelhante a um “tipo ideal”, uma situação à qual a guerra teria a tendência de se deslocar, impulsionada pelo mútuo rancor e pela mobilização da violência expressa na ação militar. Em teoria, no campo das definições lógicas *in abstracto*, a guerra deveria ser sempre deste tipo, constante, coerente e completa no propósito de destruição do inimigo.

A experiência da luta contra Napoleão, na qual ele considerava ter “visto com seus próprios olhos a guerra atingir este estado de absoluta perfeição” (CLAUSEWITZ,1984,p.580), fazia Clausewitz se indagar se deveria tomar este tipo de guerra como padrão ao qual toda a

teoria deveria se referenciar, ou se existiria outro tipo de guerra a ser levado em conta. Sendo que, mesmo no caso das guerras conduzidas por Bonaparte, Clausewitz percebia que estas se subordinavam à racionalidade da política, e não à simples lógica da violência . O que diferenciava as campanhas do exército revolucionário francês é que elas eram muito mais radicais do que as campanhas travadas entre os Estados europeus durante os séculos XVII e XVIII, que tinham objetivos limitados, visavam apenas a ocupação de uma província, ou adquirir uma posição de força para melhor negociar a paz. Apenas Frederico, o Grande, era uma exceção em seu tempo, mas mesmo assim, nunca dispôs dos exércitos de massa dos republicanos franceses. O radicalismo francês se manifestava através dos objetivos políticos de suas campanhas, que visavam à *derrubada* do oponente, e isto era uma novidade, algo completamente diferente das guerras dos dois séculos anteriores, travadas com exércitos limitados, evitando a batalha decisiva, em meio a complicadas manobras, cheias de códigos cavalheirescos, enfim as guerras tipo “rococó”, que não se atreviam a liberar as forças da violência irrestrita.

Se a guerra napoleônica, de *derrubada*, fosse o padrão no qual toda a teoria da guerra devesse se apoiar, então “nossa teoria deveria em toda a parte aproximar-se da necessidade lógica, e tenderia a ser clara e sem ambigüidades”. (CLAUSEWITZ,1984,p.580).

Mas em seguida, levando em consideração que a maior parte da experiência militar européia até então se constituía pelas *guerras limitadas*, diz que “a despeito de nossa teoria, pode inclusive haver outras guerras deste tipo [a guerra limitada] nos próximos dez anos, e a nossa teoria, apesar de estritamente lógica, não iria aplicar-se à realidade”. (CLAUSEWITZ,1984,p.580).

Admite, com isto, que a guerra dificilmente atinge as características de ser constante, coerente e completa. Pois a descarga de rancor é interrompida por um meio não-condutor e a

guerra passa a ser “um estado de tensão entre dois elementos, separados pelo tempo, o qual descarrega energia em choques menores e descontínuos”.(CLAUSEWITZ, 1984,p.580).

Este meio “não-condutor” que impede a guerra de atingir os extremos de sua perfeição como tal, “esta barreira em questão é o vasto arranjo de fatores , forças e condições nos assuntos nacionais que são afetados pela guerra”.(CLAUSEWITZ, 1984,p. 579).

A guerra afeta de tal maneira a Nação, obriga a sua vida a tantas voltas e contorções, que nenhuma seqüência lógica ditada pelas necessidades da guerra pode ir adiante como se seguisse uma linha contínua.

A guerra real, então, diferentemente de seu modelo ideal – a guerra absoluta - transforma-se em algo incoerente e incompleto, e não chega a desenvolver a interação entre inimigos ao seu extremo, como a lógica poderia prever. Isto explica a enorme variação de energia que, aplicada em cada tipo diferente de guerra, produz suas pausas e as limitações de seus objetivos, pois a guerra, sendo um fenômeno humano, está submetida às circunstâncias históricas que a produziram e dificilmente é possível desenvolver-se uma teoria prescritiva a seu respeito. Se a guerra, então, é um objeto que muda a sua natureza a cada local e tempo em que ocorre, como analisá-la ?

Nós precisamos, portanto, estar preparados para desenvolver nosso conceito de guerra como se ela devesse ser travada, não na base de sua pura definição, mas deixando espaço para toda a sorte de matérias estranhas a ela. Temos que levar em consideração a inércia natural, toda a fricção de suas partes, toda a inconsistência, imprecisão e timidez do homem; e, finalmente, precisamos encarar o fato de que a guerra e suas formas resultam das idéias, emoções e condições prevalecentes no momento.(CLAUSEWITZ,1984, p.580).

A guerra real depende das características que a dominam. Ela é dependente da interação das possibilidades e probabilidades, da boa e má sorte, condições nas quais o estrito raciocínio lógico não desempenha nenhum papel. Porém, o modelo da guerra absoluta, a possibilidade teórica dela ser travada aos seus extremos limites, deve ser levada em consideração.

A teoria deve conceder isto tudo; mas tem o dever de dar prioridade à forma absoluta da guerra e fazer esta forma um ponto de referência geral, de tal forma que aquele que quiser aprender a partir da teoria fique acostumado a manter aquele ponto constantemente em vista, a medir todas as suas esperanças e temores por ele, e a aproximar-se dele *quando puder* ou *quando precisar*.(CLAUSEWITZ,1984,p.581, grifo do autor).

Clausewitz havia vivenciado a transformação da guerra na época do início da Primeira Revolução Industrial e a partir daí conseguiu prever a que o conflito poderia chegar, se a guerra real, de natureza limitada, superando todos os fatores que se contrapõem ao atendimento de seus extremos, encontrasse os meios de se transformar em guerra absoluta:

Se a teoria pode efetivamente fazer isto atualmente, é por causa das nossas recentes guerras. Sem os exemplos acauteladores de poder destrutivo desencadeado pelas guerras, a teoria estaria pregando a ouvidos surdos. Ninguém teria acreditado ser possível aquilo que agora foi experimentado por todos.(CLAUSEWITZ, 1984; 581).

Como vimos, Clausewitz faz uma advertência e não uma prescrição: a guerra real pode tender a assumir a sua forma absoluta, atingir a sua perfeição, como havia testemunhado pessoalmente nas campanhas contra Napoleão, nas *guerras de derrubada* que o Imperador travou. Que a guerra poderia atingir a sua forma absoluta, se encontrasse os meios, fornecidos aos beligerantes com o amadurecimento do capitalismo industrial, não se tratava mais de uma especulação teórica, pois *“ninguém teria acreditado ser possível aquilo que agora foi experimentado por todos”*. O progresso técnico-científico do Século XX aplicado ao desenvolvimento dos meios de destruição em massa iria levar esta possibilidade muito além daquilo que Clausewitz e seus contemporâneos haviam experimentado. As *guerras de derrubada*, um modo de guerra mais coerente com a lógica da violência do que as *guerras limitadas*, continuariam a coexistir como expressões da guerra real; e a guerra absoluta se tornaria possível através dos armamentos nucleares. A possibilidade de sua ocorrência, como a Guerra Fria o demonstrou, é obstada pelo paradoxo de que a vitória militar em uma guerra nuclear ilimitada não conduz a nenhum tipo instrumental de paz e, portanto, não é um objeto da política.

2.2.5 A Defesa e o Ataque

Raymond Aron é quem nos lembra que a maioria dos comentaristas de Clausewitz reconheceram que ele raciocinava dialeticamente, no sentido de procurar trabalhar com pares de conceitos opostos (ARON, 1986,p.144), e nos aponta três destas dualidades que iluminam toda a obra do autor: as oposições moral-físico, meio-fim e defesa-ataque. Destes três pares de opostos, vamos examinar com um pouco mais de detalhe a dupla defesa-ataque, que constitui os livros VI e VII de *Da Guerra*. Por que este par merece ser estudado com atenção ?

Defesa e ataque constituem, no quadro das operações militares, os conceitos chave por duas razões. Substituem a aparente simetria dos lutadores, em que cada qual quer jogar o outro por terra, a dissimetria política (um quer modificar o *status quo*) e militar (um toma a iniciativa de invadir o território do outro). Além disso, estes dois conceitos reagem sobre os dois pares precedentes [Os Meios e os Fins, O Moral e o Físico] lembrando a ação recíproca dos duelistas, quer se trate de escolher um fim ou de impor sua força moral. É em relação ao outro que o ator se determina. Ora, a relação entre os adversários está penetrada pela dissimetria da defesa e do ataque. (ARON, 1986,p.149).

Face a estas razões apontadas por Aron, vamos tentar demonstrar a centralidade deste conceito na argumentação de Clausewitz e chamar a atenção para que os livros VI e VII de *Da Guerra*, onde desenvolveu os assuntos da Defesa e do Ataque, se desdobram por mais de 200 páginas (na edição que examinamos), constituindo cerca de um terço de toda a obra. Apesar disto, em sua nota de 1830, Clausewitz escreve referindo-se ao livro que tinha diante de si: “Eu ainda estou insatisfeito com a maior parte dele, e posso chamar o Livro Seis apenas um rascunho. Eu pretendo reescrevê-lo por completo e encontrar uma solução através de outras linhas”.(CLAUSEWITZ, 1986,p.70).

Isto parece nos indicar que a questão da Defesa e do Ataque – e esta era a ordem de importância dada por Clausewitz – estava ocupando um ponto de grande importância no seu raciocínio, como um problema teórico a ser resolvido. Vamos, rapidamente, rever sua argumentação, conforme aquilo que nos deixou em estado bruto:

O que é a defesa ? Seu conceito é *aparar* um golpe.

Qual é sua característica distintiva? A *espera* do golpe.

Mas não se trata de uma espera passiva, sem nada fazer, pois isto contraria a natureza da guerra. A defesa repele o ataque ou resiste a ele (ARON,1986,p.223). Assim podemos defini-la conforme seu conceito, conforme sua característica e conforme seu fim:

Conforme seu *conceito* a defesa visa a *repelir* um ataque.

Conforme sua *característica* a defesa visa a *esperar* um golpe.

Conforme seu *fim* a defesa visa a *conservar* uma situação ou posição.

Assim, a defesa tem uma finalidade negativa em relação ao ataque: não ceder aquilo a que este visa conquistar. Daqui se deduz que enquanto o ataque é uma ação completa em si mesma, pois sua finalidade é positiva, objetivada em seu movimento desde que este se inicia, por outro lado a defesa só se completa quando, após esperar o golpe, repele o atacante e passa ao contra-ataque. De importância fundamental nesta discussão é termos em mente que, no Livro I, o único que sabemos ter sido terminado, a defesa e o ataque são consideradas coisas “diferentes em força e natureza, e uma polaridade não se aplica a elas”. Qual tipo de polaridade? Aquele tipo de situação dos jogos de soma nula, onde tudo aquilo que um ganha é igual a tudo aquilo que outro perde; pois a defesa e o ataque não são ações de mesma natureza, e portanto uma polaridade deste tipo não se aplica. O que está em disputa no duelo defesa *versus* ataque é a *decisão*, que é um objeto externo à natureza intrínseca de um e outro. Ainda que a disputa entre o ataque e a defesa seja uma disputa entre coisas desiguais em força e natureza, nela está implicada uma relação dialética, colocada pela finalidade desta disputa que pode ser observada na troca dos termos em que a ação se desenrola. O ataque não pode se desenvolver o tempo todo com a mesma intensidade, pois sendo uma ação que se desenvolve no tempo e no espaço, consome energia. Atingido o ponto culminante do ataque, e uma decisão não tendo sido alcançada, o movimento pendular desta dialética da violência volta-se

contra o atacante que, agora na defensiva, deve esperar (em situação desvantajosa) o golpe da espada fulgurante da vingança, que as forças contra-atacantes irão desfechar.

Além disto, Clausewitz nos diz que a defesa é a forma mais forte de conduta da guerra.

Eu estou convencido de que a superioridade da defensiva (se corretamente compreendida) é muito grande, muito maior do que aparenta à primeira vista. É isto o que explica sem nenhuma inconsistência a maior parte dos períodos de inatividade que ocorrem na guerra. Quanto mais fracos os motivos para a ação, mais eles serão encobertos e neutralizados por esta disparidade entre ataque e defesa, e mais freqüentemente a ação será suspensa – como de fato a experiência demonstra. (CLAUSEWITZ, 1986, p. 84).

Porque a defesa é a forma mais forte de conduta da guerra? Bem conhecemos o diálogo histórico entre o escudo e a espada, o canhão e a muralha, o projétil e a blindagem, e que agora se manifesta como a questão entre o míssil e o antimíssil. São as questões envolvidas na decisão do combate, portanto terreno da tática, onde o progresso técnico tem tudo a dizer, com longos períodos de supremacia de um lado ou de outro, e que tudo indica continuará assim enquanto haja história militar a ser vivida. Não serão estas interações que nos ajudarão no nosso esforço de compreensão, que junto com outras questões tais como o fator surpresa (que, de fato, é coisa muito rara para decidir uma guerra) ou o ataque simultâneo, ou em pinça, podem explicar o sucesso tático do ataque, mas não a força estrategicamente superior da defesa.

Ficamos mais bem posicionados quando raciocinamos acerca da defensiva tendo em vista três coisas que são (ou devem ser) inerentes a ela: a escolha do terreno, o apoio do povo e o desgaste do ataque, fatores que são fracamente influenciadas por mudanças tecnológicas (ARON, 1986, p. 229). Parece ser evidente que o ímpeto do ataque se consome à medida que este se desenvolve, submetido que está às leis físicas do deslocamento no tempo e no espaço, e aqui só lembraremos rapidamente os males que lhe são inerentes, tais como, no caso do ataque que implica em invadir o território inimigo, no alongamento das linhas de abastecimento à medida que se avança, na necessidade de proteger flancos e retaguarda e no

atrito que tudo torna difícil. O movimento de ataque, então, por maior que seja sua força inicial, atinge um ponto culminante e a partir daí só faz decrescer em intensidade. À defesa, principalmente quando se trata da defesa do território nacional e, ainda mais se este território é geograficamente vasto, cabem todas as vantagens tanto do conhecimento detalhado do terreno, como de aproveitá-lo para ocultar, descansar e reservar tropas, e adicionalmente preparar-se para usá-lo na escolha de *onde* os combates serão travados.

O fator restante, o apoio do povo, uma das características que fazem da defesa a forma mais forte da guerra, constitui um capítulo em separado de *Da Guerra*, o de número 26, do Livro VI e que Clausewitz intitulou “O Povo em Armas”. Este talvez seja um dos poucos capítulos onde Jomini e Clausewitz parecem estar em concordância, pois ambos se referenciam à novidade, em termos europeus, da sublevação do povo espanhol contra a invasão napoleônica de seu território. Jomini, como já vimos, considerou a participação direta da população na defesa nacional uma coisa assustadora, a ponto de se perguntar se na Europa, daí em diante, todas as guerras desembocariam em *guerras nacionais*, aquelas onde as populações passam a ser parte atuante no conflito. Clausewitz também se colocava as mesmas questões, e se perguntava sobre qual papel estaria reservado ao povo nas guerras européias:

A guerra desimpedida por qualquer restrição convencional, havia irrompido em toda a sua fúria elementar. Isto era devido à nova participação dos povos nestes grandes assuntos de Estado, e sua participação, por sua vez, era resultado em parte do impacto que a Revolução tinha nas condições internas de cada Estado e em parte do perigo que a França representava para todos”.

Será sempre este o caso no futuro? Daqui em diante será cada guerra na Europa conduzida com todos os recursos do Estado, e portanto ter que ser travada somente por grandes questões que afetam o povo? Ou iremos ver uma gradual separação acontecer entre governo e povo? Tais questões são difíceis de responder e nós somos os últimos a atrever-se em fazê-lo.(CLAUSEWITZ,1984,p.593).

Estes fatores, que fazem da forma defensiva da guerra sua expressão mais forte não parecem ser, como já dissemos, muito influenciados pelo progresso técnico que, aplicado ao desenvolvimento das armas, tanto pode favorecer sua aplicação defensiva ou ofensiva, mas

não altera a vantagem estratégica que o conjunto do terreno, o apoio popular e o desgaste do ataque conferem à defesa.

De qualquer forma a palavra espanhola *guerrilla*, a partir do início do século XIX passaria a fazer parte do vocabulário militar e Clausewitz iria colocar a população como um dos agentes da sua fórmula trinitária da guerra.

A conduta da guerra, se defensiva ou ofensiva, deriva principalmente da correlação de forças. Politicamente estará na defensiva aquele que quer conservar o que possui; a ofensiva pertence àquele que quer tomar, ou derrubar. Parece ter escapado aos teóricos da guerra anteriores a Clausewitz e, a muitos que viveram depois dele, mas não a todos que o leram com cuidado, que a guerra interessa mais ao defensor do que ao atacante. Ao conquistador, ao líder político que quer obrigar seu oponente a obedecer a sua vontade, ao general que invade um território, não interessa a guerra: a função dos ultimatos não é sempre evitar o combate? Fosse possível a conquista sem luta e Napoleão não teria travado combate algum.

A guerra serve ao propósito do defensor mais do que àquele do agressor. É somente a agressão que conclama à defesa, e à guerra junto com esta. O agressor é sempre amante da paz (como Bonaparte sempre proclamou ser); ele teria preferido ocupar nosso país sem oposição. Para o impedir de fazer é necessário desejar-se travar a guerra e estar preparado para isto. Em outras palavras, é a parte fraca, aqueles que precisam ser defendidos, que devem sempre estar armados para não serem derrotados.(CLAUSEWITZ,1984,p. 370).

O propósito da conquista é a posse do conjunto de fatores implicados no Estado-nação: seu território, seus recursos naturais, sua população, sua cultura, seu mercado, suas forças produtivas; enfim, o combate não é o objetivo do conquistador. Quem, então, impõe este mal necessário é aquele que tem a vontade de defender tudo isto contra os objetivos políticos daqueles que se candidatam a conquistá-los. Desta forma, introduz-se na questão da maior força relativa da defesa outra dualidade da dialética de Clausewitz, a da relação entre forças morais e meios materiais, pois não podemos nos esquecer que a guerra é por sua

definição uma disputa de vontades que se realiza por meios violentos; e a força de um exército é sempre a combinação destas duas grandezas.

2.2.6 A Trindade

O principal operador analítico de Clausewitz, no entanto, está contido naquilo que ficou conhecido como a “Trindade de Clausewitz”, expresso na última das 28 secções do Capítulo Primeiro, Livro I de *Da Guerra*, onde ele expõe resumidamente todo o seu argumento e que é significativamente intitulado “Conseqüências para a Teoria”. Aqui será necessário fazer-se uma citação um pouco mais longa:

A guerra é mais do que um verdadeiro camaleão que superficialmente adapta suas características a cada caso. Como um fenômeno total suas tendências dominantes sempre fazem da guerra uma notável trindade – composta de violência primordial, rancor e inimizade, as quais devem ser consideradas como uma força natural cega; do jogo do acaso e da probabilidade dentro do qual o espírito criativo é livre para vagar; e do seu elemento de subordinação, como um instrumento da política, o qual a faz sujeita apenas à razão.

O primeiro destes três aspectos concerne principalmente ao povo; o segundo ao comandante e seu exército; o terceiro ao governo. As paixões que devem ser incendiadas na guerra precisam estar já inerentes ao povo; o campo de ação no qual o jogo da coragem e do talento vai desfrutar do terreno da probabilidade e do acaso depende do caráter em particular do comandante e do exército; mas os objetivos políticos são os assuntos apenas do governo.

Estas tendências são como três diferentes códigos de lei, profundamente enraizados em seus objetos e ainda assim variáveis no seu relacionamento um com o outro. Uma teoria que ignore qualquer um deles ou procure fixar uma relação arbitrária entre eles iria conflitar com a realidade em tal extensão que apenas por esta razão seria totalmente inútil.

Nossa tarefa portanto é desenvolver uma teoria que mantenha um equilíbrio entre estas três tendências, como um objeto suspenso entre três magnetos. (CLAUSEWITZ, 1984, p. 89).

É importante notar que esta passagem, como já foi dito, encerra o primeiro capítulo do Livro I, o único livro cuja revisão Clausewitz deu como definitiva e, também, é o único local em *Da Guerra* onde surge a expressão “trindade”, apesar de sua tremenda importância como

ferramenta analítica¹¹. Talvez melhor do que tudo, isto exemplifique o caráter inconcluso da obra de Clausewitz.

Esta seção, acima transcrita, inicia com uma analogia e termina com outra. A primeira analogia é a do camaleão – “a guerra é mais do que um verdadeiro camaleão” – e serve para ilustrar conceitualmente a guerra como um fenômeno humano que apenas superficialmente se adapta a cada caso dado, e mantém suas características internas inalteradas. *Mimetiza-se* no contexto histórico em que ocorre, e confunde o observador por adaptar-se exteriormente a cada local, circunstância ou época em que ocorre, e manter inalterada sua natureza mais profunda. Como um camaleão. A outra analogia é a dos três magnetos, que examinaremos em detalhe mais adiante.

Em seguida, Clausewitz assinala que, tomada como unidade, como totalidade, as suas tendências dominantes fazem da guerra uma “notável trindade”. O trecho em alemão é *wunderliche Dreifaltigkeit* que, conforme o comentário de Christopher Bassford, pode significar notável, paradoxal ou estranho. Talvez uma tradução para “maravilhosa” ou “fascinante” pudesse captar melhor o sentido no original (VILLACRES,1995). Ao examinar a segunda analogia, veremos porque Clausewitz considerava a união destas forças em uma totalidade como “maravilhosa”.

São, então, três as suas tendências dominantes, que atuam como forças no interior da guerra e que estão presentes em qualquer guerra já travada:

1ª.tendência – A Violência Primordial, Rancor e Inimizade,que deve ser considerada como “força natural cega”, como pulsão instintiva, simples desejo de matar o inimigo.¹²

¹¹ Usamos o Index disponível na Internet em www.clausewitz.com, que tem como fonte a edição de *Da Guerra* citada neste trabalho

¹² A respeito, é interessante a opinião de Sigmund Freud em uma troca de correspondência com Albert Einstein, comentado sobre a guerra: “É pois, um princípio geral que os conflitos de interesse entre os homens são resolvidos pelo uso da violência. É isso o que se passa em todo o reino animal, do qual o homem não tem o direito de se excluir”(pg.122) E mais: “Acreditamos na existência de um instinto desta natureza [de destruição e

2ª tendência – O jogo do acaso e da probabilidade; o terreno das possibilidades, onde por um lado o líder militar pode exercer a sua genialidade criativa e, por outro, reconhece que na luta, no combate, a imprevisibilidade estará sempre presente.

3ª tendência – Seu elemento de subordinação, pois a guerra é sempre instrumental, é um meio para se conseguir um fim, serve sempre a um propósito, o que a submete às regras da razão. No caso das guerras travadas entre Estados, serve ao racional da Política; mas como meio para se atingir um fim, pode servir a qualquer racional não importando a natureza deste fim.

Clausewitz faz em seguida uma ilustração de como estas três tendências atuam numa guerra “real” do mundo moderno, mostrando, para este caso em particular, a qual aspecto cada um deles diz respeito, como principalidade; vale dizer: não que os outros aspectos não sejam influenciados pelas demais tendências, mas aqui se mostra em qual aspecto da guerra cada tendência age como *força principal ou dominante*. Assim:

1 – Ao Povo concerne o aspecto da violência, do rancor e da inimizade, pois aqui o que importa é a violência como fenômeno social, no sentido de fenômeno coletivo, grupal, e as formas de se expressar como tal.

2 – Ao Comandante e seu Exército concerne o aspecto da criatividade e da incerteza do combate. A guerra é o produto de interações complexas, da ação sobre uma massa que reage com vontade própria. Se, na natureza, a qualquer mensuração é necessário associar-se uma incerteza, dada a variabilidade inerente aos fenômenos, na guerra esta incerteza é muitas vezes maior. O acaso, o fortuito, abre o espaço para a criatividade do comandante que usa a incerteza como um elemento a mais para a conquista da vitória.

3 – Ao Governo concerne o aspecto de subordinação, pois a guerra no mundo real está subordinada ao racional do Estado.

Da Guerra é um daqueles livros que terminaram por adquirir fama de inextrincáveis e as citações, abreviações e interpretações sobre ele são abundantes, assim como as traduções de qualidade duvidosa. A ilustração que Clausewitz usou para demonstrar onde cada uma das três tendências da guerra atua – o Povo, o Exército e o Governo – acabou sendo tomada como a abstração analítica em si mesma, e não como a sua demonstração fenomênica. Isto distorceu o sentido que Clausewitz quis dar às tendências sempre presentes na guerra, que a fazem uma “maravilhosa” trindade, fixando-a para uma determinada configuração de fatores, e não para uma tríade genérica de tendências. Em nossa perspectiva, o paradigma de Clausewitz não deve ser interpretado através da sua ilustração, mas tomado por aquilo em que está explicitamente declarado em termos de suas forças dominantes, que atuam sobre todos seus elementos: a violência; o jogo do acaso e da probabilidade e seu elemento de subordinação.(VILLACRES,1995).

O próprio Clausewitz aponta para o risco de se tomar as coisas de outra maneira, pois cada uma destas “tendências” contém a sua própria estruturação, a sua própria complexidade interna, e se relaciona com as demais de maneira variável. A tentativa de fixar arbitrariamente a maneira como esta relação entre forças se estabelece, produz uma teoria conflitante com a realidade.

A relação do elemento instrumental da guerra – a qual é sempre feita com algum propósito, visa conseguir algum fim – com seu elemento de violência pode se dar através da conquista de algum objetivo de Estado com o uso da violência: este é o caso da subordinação da guerra à política. Isto não contradiz em nada uma outra configuração: a guerra pode estar subordinada a algum significado cultural, como a captura de prisioneiros para sacrifícios rituais. Esta é apenas uma possibilidade, entre outras.

Assim em nossa visão a trindade muito conhecida formada por Povo – Exército – Estado, pode ser tomada como clausewitiziana, porém com a ressalva de que se trata de um subconjunto, apenas uma das configurações possíveis das tendências apontadas por Clausewitz. Outras configurações de atores submetidos à ação destas tendências dependem da sua contextualização no tempo e no espaço.

2.2.6 Os três magnetos

Clausewitz encerra a seção 28 fazendo uma segunda analogia: a do magneto: “Nossa tarefa portanto é desenvolver uma teoria que mantenha o equilíbrio entre estas três tendências, como um objeto suspenso entre três magnetos”

Ou seja, reconhece que estas três tendências atuam dentro do trabalho de produção de uma teoria sobre a guerra; e a tarefa do teórico é, portanto, desenvolver um modelo para a guerra que se mantenha estável como um objeto mantido em equilíbrio dinâmico entre três forças concorrentes.

O que tanto fascinava Clausewitz nesta tríade, levando-o a chamá-la de “maravilhosa”, “notável”, trindade? Aqui um exame um pouco mais detalhado da analogia do corpo suspenso entre três magnetos será muito revelador.

Inicialmente, a imagem criada por Clausewitz, de se tomar um corpo metálico e equilibrá-lo entre três magnetos, corresponde a um exercício de laboratório muito familiar aos professores de Física. Trata-se de um experimento de fácil construção: um fio sustenta um corpo metálico que se coloca entre três magnetos equidistantes, montados sobre uma base. Aos alunos pede-se que se observe o padrão de movimento deste corpo metálico, atraído pelos magnetos e como os padrões de movimento ocorrem quando são feitas pequenas alterações no posicionamento inicial do pêndulo. Os estudantes poderão observar que o dispositivo irá se mover de maneiras muito complexas e que será muito difícil, ou impossível, prever qual o

padrão de movimento cada vez que se repete a experiência. Seu objetivo é uma introdução aos sistemas não-lineares e à sua dinâmica: aquilo que se popularizou com o nome de “Teoria do Caos”.¹³

Sabe-se que Clausewitz, na época em estava trabalhando na composição de *Da Guerra*, ao redor de 1820, assistiu durante um ano inteiro aulas sobre Física, sem faltar a uma aula (BEYERCHEN,1992), e é bem possível que tenha observado o comportamento de um pêndulo submetido à ação de magnetos. Daí a analogia. Em 1820, os estudos sobre o eletromagnetismo ainda estavam em sua infância: foi o ano em que Hans Oersted observou que a passagem de uma corrente elétrica por um fio defletia uma agulha imantada. Os trabalhos de Ohm (1826) sobre a resistência elétrica e de Faraday (1831) sobre a indução, ainda estavam por surgir. O conhecimento científico neste campo estava, portanto, sendo construído com toda a excitação e novidade próprias aos novos territórios da investigação científica, e a eletricidade e o magnetismo ainda retinham muito da fascinação – a maravilha – dos fenômenos a serem explicados. Em 1864 James Clerk Maxwell publicou sua obra sobre uma teoria dinâmica do campo eletromagnético, mas foi somente em 1887 que Henri Poincaré fez sua contribuição decisiva, no campo da matemática, para descrever o que estava envolvido na ação dos três magnetos sobre um pêndulo. A solução de Poincaré para aquilo que ficou conhecido como “o problema dos três corpos” é reconhecida como o surgimento do tratamento matemático dos sistemas complexos, sistemas de comportamento não-linear e movimento caótico.

Ao tentar se expressar através da analogia do magneto Clausewitz estava, sem poder sabê-lo, usando a imagem de um problema cuja resolução é considerada um ponto marcante na transformação da ciência na passagem do século XIX para o século XX: a evolução dos modelos lineares de explicação para os modelos não-lineares. Como sabemos, até meados do

¹³ A respeito da montagem deste experimento, entre outros, ver artigo em http://www.exploratorium.edu/snacks/strange_attractor.html. Acesso em 24 de Junho de 2003.

Século XX, existia o pressuposto tacitamente assumido na investigação científica de que a “verdade” residiria melhor no simples do que no complexo. Assim, o entendimento da Natureza parecia estar mais bem encaminhado quando, mesmo através de reducionismos, fosse alcançado através do estável, do regular e do consistente. Mas, a partir do surgimento dos computadores eletrônicos, os sistemas de equações não-lineares puderam receber um tratamento que levava à construção de modelos que descreviam de forma bastante razoável o comportamento de classes inteiras de certos fenômenos naturais.

Os sistemas não-lineares são numerosos: o clima, turbulência em fluídos, a combustão, quebra ou ruptura, a evolução biológica, reações bioquímicas em organismos vivos, são alguns exemplos. Os sistemas não-lineares possuem algumas características típicas: laços de retroalimentação (feedback), atrasos em resposta, efeitos de gatilho, e súbita transposição de patamares para um regime de comportamento qualitativamente diferente - e não respeitam as condições de proporcionalidade e aditividade dos sistemas lineares. Proporcionalidade aqui significa que mudanças nos resultados (output) de um sistema são proporcionais às suas causas (input) e aditividade significa simplesmente que o todo é igual a soma de suas partes.(BEYERCHEN,1992).

Os sistemas não-lineares desobedecem estas condições. Os sistemas “caóticos” possuem um comportamento não-linear e são sensíveis às condições iniciais. Diferenças pequenas nas origens podem produzir resultados completamente diferentes através de rotas de comportamento imprevisíveis, num grau de complexidade que se assemelha à de sistemas aleatórios. O trabalho científico com sistemas deste tipo levantou muitos questionamentos sobre o significado de ordem, acaso e previsibilidade. O ponto essencial do assunto é que as variáveis não-lineares não podem efetivamente ser isoladas umas das outras, ou do seu contexto, pois a interação dinâmica entre elas é uma das características deste tipo de sistemas.

Alan D. Beyerchen, em um artigo onde propugna sobre a não-linearidade e imprevisibilidade em *Da Guerra*, comenta:

Mas a metáfora do pendulo-e-magnetos revela mais do que o pensamento de conclusão de Clausewitz. Se a metáfora pode sustentar o peso do meu argumento, *Da Guerra* necessita estar repleto de “insights” intencionados a identificar e lidar com não-linearidades. Clausewitz necessita mostrar uma profunda e persistente preocupação com imprevisibilidade e complexidade e, conseqüentemente procurar maneiras de expressar a importância de tais matérias como contexto, interação, efeitos desproporcionais às suas causas, e sensibilidade às condições iniciais. Se ele o faz, nós teremos uma explicação viável para a natureza atraente de *Da Guerra* e muitas das suas dificuldades para os leitores, porque a intuição necessária a investigar sistemas dinâmicos não-lineares vai contra muito do que tem constituído a teoria científica desde os tempos de Galileu e Newton. (BEYERCHEN,1992).

Sem dúvida, a preocupação com a não previsibilidade e complexidade da guerra permeia todo o texto e Clausewitz demonstra seu impacto nos seus principais elementos constitutivos: a interação, o atrito e o acaso.

A interação na guerra é de um tipo especial, pois trata-se da interação entre inimigos, ou seja, a aplicação da vontade não sobre uma massa inanimada, mas sobre um objeto vivo que reage com violência. Um duelo em escala maior, como em sua definição inicial. Não se trata de uma disputa esportiva, onde os adversários estão de acordo sobre as regras, ainda que a conquista da vitória seja mutuamente excludente. Na guerra não existe acordo sobre regras, métodos ou formas de comportamento que sejam mais importantes do que a destruição física do inimigo. E tampouco se trata de uma única ação seguida de uma reação, mas de uma dinâmica de ações e reações que se retroalimentam continuamente, sem obedecer a nenhum acordo comum. Igualmente não se pode imaginar que haja alguma lei ou regra de proporcionalidade entre ação e reação; as conseqüências de uma derrota para um exército são, muitas vezes, sentidas de maneira desproporcional às perdas efetivamente incorridas e, ainda mais, a derrota mais amarga, que pode ter o efeito psicológico mais devastador para um lado, pode corresponder ao outro lado entender sua vitória em termos apenas modestos. O importante é compreender que estas interações são fenômenos que não obedecem à regras

“lineares” e não se sujeitam à predição de resultados, como qualquer comandante militar sabe muito bem.

Sobre a fricção na guerra Clausewitz escreveu:

Tudo na guerra é simples, mas a coisa mais simples é difícil. As dificuldades se acumulam e terminam por produzir uma espécie de fricção que é difícil de imaginar, a menos que se tenha vivenciado a guerra.(...)Incontáveis acidentes menores – do tipo que você nunca pode realmente prever – combinam para diminuir o nível geral de desempenho, de tal forma que não se alcança o objetivo pretendido (...)A fricção é o único conceito que mais ou menos corresponde aos fatores que distinguem a guerra real da guerra no papel.(...)Esta tremenda fricção, que não pode, como na mecânica, ser reduzida a uns poucos pontos, está em toda a parte em contato com o acaso, e produz efeitos que não podem ser mensurados, exatamente porque eles são devidos ao acaso.(...) O nevoeiro pode impedir o inimigo de ser visto a tempo, uma arma de disparar quando devia, um relatório de chegar ao comandante-chefe. A chuva pode impedir a chegada de um batalhão, fazer outro atrasar por mantê-lo não três, mas oito horas em marcha.(...)A ação na guerra é como o movimento em um meio resistente. Assim como o mais simples e natural dos movimentos, o caminhar, não pode facilmente ser executado na água, assim também na guerra é difícil para esforços normais atingirem até mesmo resultados modestos.(...) O bom general precisa conhecer a fricção para poder superá-la sempre que possível, e para poder não esperar um padrão de conquistas em suas operações que esta simples fricção faz impossível. Incidentalmente, é uma força que a teoria não pode definir completamente.(CLAUSEWITZ,1984,p. 119-120).

Clausewitz usa o conceito de fricção com dois significados diferentes, mas ambos afetando a capacidade de predição de resultados na guerra. No primeiro caso fricção significa a resistência ao movimento em combinação com o acaso, num processo que consome energia – “mas a coisa mais simples é difícil” - e que tem a tendência de travar a máquina militar, de colocá-la em um estado de maior desorganização, se a esta fricção não se contrapõem as providências do comandante militar. Neste significado, fricção significa o consumo de recursos e o resultante estado de maior desorganização de qualquer sistema inicialmente ordenado. O outro significado seria aquilo que a teoria da informação designa como “ruído” e que dificulta a comunicação de significados. Tanto em uma acepção como na outra, a fricção está associada à dificuldade de previsão e ao surgimento de resultados imprevistos e desproporcionais.

Quanto ao acaso propriamente dito, Clausewitz o coloca como uma das três forças que compõem a trindade da guerra. Considera que em nenhuma outra atividade humana o acaso possui a mesma importância que na guerra.

A compreensão da não-linearidade da análise de Clausewitz possui diversas implicações, das quais duas devem ser ressaltadas: a primeira é que “a guerra é a continuação da política por outros meios”- não significa uma continuidade temporal onde inicialmente a política coloca os motivos, então a guerra ocorre e depois a política reina novamente quando a luta termina. A luta pelo poder é a razão de ser da política e a razão de ser da guerra é exercer o poder através da violência; na guerra a violência alimenta o poder e o poder alimenta a violência. A outra implicação é que esta interação entre as partes beligerantes produz, por si mesma, o acaso. E este tipo de acaso não pertence àquela classe de fenômenos aleatórios que podem ser tratados matematicamente por que se distribuem conforme um determinado padrão capaz de ser tratado estatisticamente. Os fenômenos estatísticos possuem a característica de ser o resultado de um conjunto muito grande de eventos, de importância muito pequena uns em relação aos outros, que possuem no seu conjunto um determinado padrão e onde nenhuma causa em particular influi, por si só, no resultado geral. A guerra produz o acaso como, na analogia de Clausewitz, um jogo de cartas onde o aleatório combina-se com a intervenção do ato intencionado. Aqui, os eventos se influenciam mutuamente e causas particulares, mesmo que mínimas, determinam o resultado final que não se submete facilmente a ser previsto, ou estimado, por um algoritmo.

2.2.7 A Guerra e a Política

Em um comentário a respeito da política em *Da Guerra*, Peter Paret diz que Clausewitz não foi o primeiro estudioso a tratar da relação entre a guerra e a política; sua originalidade estaria no fato de ter colocado a política no centro do “fenômeno total” da

guerra de maneira a fazê-la o eixo que determina toda a ação militar. De fato, como veremos, a este respeito Clausewitz não poderia ter sido mais incisivo e retoma este tema sob diversas formas, abordando-o sob diversos ângulos. No comentário de Peter Paret está implicitamente assumido que se trata da política como a disputa pelo poder dentro e entre as sociedades e Estados, na configuração em que se cristalizaram a partir da Revolução Francesa, ou seja, os Estados do mundo capitalista moderno, e este ponto de vista é assumido nos comentários que se seguem.

No livro VIII, capítulo VI-B a guerra é reconhecida como incompatível com todos os outros interesses humanos. Nenhuma outra mobilização social comporta o elemento da violência como a guerra e, por isto, os demais aspectos da vida em sociedade com ela conflitam. O único fator da vida social que resolve esta contradição é a política, cuja essência é a luta pelo poder e da qual a guerra é um aspecto totalmente dependente.

As diferentes nações, seus povos e governos, mantêm entre si um intercuro, se relacionam em termos de seus mais variados interesses e da disputa em torno deles. Este é o terreno da política como relação entre nações. Para Clausewitz, a existência de um conjunto de nações com diferentes interesses era o cenário dentro do qual ocorria o jogo do poder, ora compondo alianças, ora entrando em conflito, acertando suas diferenças e celebrando a paz. Nenhum raciocínio ético ou ideológico está envolvido nisto, estando implícito que trata-se de um intercuro entre entidades que podem ter interesse conflitantes, mas são equivalentes entre si. Esta relação não se interrompe com a guerra, a guerra é apenas uma outra forma de expressá-la, pois tudo aquilo que constitui as nações em conflito, estará mobilizado na guerra: seu povo, sua cultura, seu idioma, suas instituições de toda a espécie: “As relações políticas entre povos param quando notas não são mais trocadas? Não é a guerra apenas uma outra expressão de seus pensamentos, uma outra forma de falar ou escrever? Sua gramática, de fato, pode ser só sua, mas não sua lógica”.(CLAUSEWITZ,1984, p.605).

O continente europeu, os povos, nações e Estados que ocupavam o cenário histórico na transição do Velho Regime para a Modernidade é o objeto da reflexão de Clausewitz; dentro desta totalidade é que se desenrola este intercurso que mesmo a guerra não interrompe; os limites históricos e geográficos deste conjunto constituem as fronteiras do seu mundo, seu universo. O denominador comum entre estas entidades é existirem dentro de um mesmo espaço histórico e manterem todo um complexo de relações – sociais e econômicas – que articula-se através da troca, seja de mercadorias, seja de concepções acerca do mundo. Esta complexa articulação faz sentido para seus atores, é sua linguagem, sustentada pela sua lógica. Não poderia ser de outra forma, pois é necessário inicialmente que as coisas tenham o mesmo significado para os atores, antes que acerca delas travem uma disputa. Muda-se a linguagem, que passa ser a do combate armado, mas não se perde com isto o significado acerca do que se está lutando.

A guerra não pode ser divorciada da vida política das sociedades em conflito e este conceito se mantém mesmo quando ela se transforma numa guerra total – o puro elemento do ódio desenfreado – e se ela não avança sem descanso até se converter em uma guerra absoluta e, ao contrário disto, termina por ser incompleta, contraditória e incoerente, é porque suas regras se subordinam a uma totalidade maior, que é a política. Será o complexo jogo de interesses dentro de cada sociedade, e entre elas, que ditará até onde estes interesses podem ser afetados pela guerra, nunca o contrário: “A política, evidentemente, não é nada em si mesma; é apenas o depositário de todos estes interesses contra outros Estados.”(CLAUSEWITZ, 1984,p.605).

Como havia exposto em sua concepção trinitária, a guerra é um fenômeno subordinado, instrumentalizado ao jogo político. É somente a política que pode transformar seu espantoso caráter destrutivo em um mero instrumento. Em seu texto, Clausewitz diz que a política é capaz de transformar um montante – uma terrível espada de batalha que um homem

precisa de toda a força para segurar com as duas mãos e com a qual desfere apenas um golpe no seu alvo – em um espadim, às vezes não mais que um manobrável florete para a troca de estocadas, fintas e paradas.(CLAUSEWITZ,1984,p. 606).

Porém, adverte, a política também pode agir no sentido oposto:”Se a guerra é parte da política, a política vai determinar o seu caráter. Na medida em que a política se torna mais ambiciosa e vigorosa, assim será a guerra, e isto pode chegar ao ponto onde a guerra atinge a sua forma absoluta”.(CLAUSEWITZ,1984,p. 606).

E a política, pode errar, servir a ambições, a interesses privados e à vaidade daqueles no poder, mas de nenhuma maneira a arte da guerra pode ser considerada a preceptora da política. Sendo a guerra um instrumento da política, quando se fala em conseqüências danosas da guerra, na verdade está se falando em conseqüências danosas de decisões políticas, pois um ponto de vista exclusivamente militar em assuntos da guerra é dificilmente concebível.

2.3 Uma plataforma teórica

O conjunto formado pelos conceitos elaborados por Jomini e Clausewitz, e que foi aqui exposto, forma a nossa plataforma de compreensão teórica a respeito da guerra. Não se trata de uma tentativa de conciliar um e outro autor, e muito menos de tentar construir alguma espécie de denominador comum entre eles, tarefa que consideramos arriscada. Feita esta ressalva, chamamos a atenção para aquilo que será relevante para os capítulos que se seguirão.

Em primeiro lugar, tanto Jomini quanto Clausewitz consideraram a conduta da guerra como um assunto pertencente ao domínio da política, ou seja, dos grandes interesses do Estado e, mais precisamente ainda, como a manifestação do conflito de interesse político. Não são os precursores neste entendimento a respeito da guerra, porém, como eram profissionais militares, membros de exércitos da modernidade européia, tinham ambas coisas importantes a

dizer a respeito da natureza dos conflitos em geral, desde a tática até a estratégia. De particular importância é aquilo que tanto um quanto outro conseguiram extrair, como experiência militar, sobre a intervenção militar francesa na Espanha que gerou o termo *guerrilla*. As observações de Jomini sobre as “guerras de opinião” e “guerras nacionais”, assim como a análise de Clausewitz sobre “o povo em armas”, estão entre os primeiros registros sobre este fenômeno político-militar.

Em segundo lugar, pensamos que as maneiras radicalmente diferentes como Jomini e Clausewitz abordaram o estudo da guerra, podem ser observadas ainda hoje. Jomini tinha a pretensão de haver descoberto a fórmula definitiva para se conquistar a vitória, em qualquer campanha, em qualquer época. Se esta pretensão é descabida ou não, para nós importa menos do que compreendermos que Jomini considerava que o objetivo da guerra (ou o fim último da estratégia) é a vitória militar. Este ponto de vista, que é essencialmente um ponto de vista do senso-comum, persiste ainda hoje, juntamente com as opiniões que tomam a aparência das coisas por sua essência. Uma vez que se admita que o objeto da teoria da estratégia é a conquista da vitória, a elaboração de seu algoritmo eficiente é mera decorrência lógica. Clausewitz percebeu que a guerra não pode ser tratada nem como arte e nem como ciência, pois o primeiro caminho leva ao subjetivismo vinculado ao papel do “gênio” militar, e o segundo, leva às tentativas de construção de fórmulas definitivas. Quando Clausewitz comparou a guerra à troca mercantil, colocou-a no terreno dos fenômenos que estruturam as relações sociais, e estabeleceu um rompimento epistemológico com Jomini, pois desta forma, o objeto da estratégia não é a conquista da vitória, mas o reconhecimento do conflito entre vontades que se opõem com uso da violência, e sua solução depende da obtenção de um modo da paz. Este objeto não pode ser tratado por um algoritmo, mas em cada circunstância histórica tem que ser descoberto, reinventado e resolvido novamente, o que significa que a estratégia deve procurar ser um dispositivo de busca heurística e não uma fórmula algébrica.

Em terceiro lugar, quando discutimos a Trindade de Clausewitz, acreditamos haver exposto este conceito com a clareza suficiente para poder discutir as concepções de alguns autores da atualidade, que chamam de “clauswitzianas” somente aquelas guerras onde claramente se percebe a ação de uma Nação, um Exército e um Governo. De acordo com o que examinamos, Clausewitz havia percebido na guerra, a ação de três forças – a violência, o acaso e a instrumentalidade – interagindo de uma maneira não linear, e nos forneceu a explicação teórica que justifica a busca do arranjo entre estas três forças para a construção da teoria estratégica aplicável a cada circunstância social.

Em seguida, iremos usar esta plataforma conceitual para discutir como, às vezes, se tenta esvaziar o paradigma político de Clausewitz sobre a guerra, por meio de uma equação entre a guerra e a cultura.

3 A questão cultural

3.1 A guerra como assimilação.

O que é a Guerra ? Parece que esta pergunta faz parte daquele conjunto de questões que, referindo-se ao drama da condição humana, não envelhecem e nos acompanharão durante muito tempo. Sua resposta depende do ângulo de abordagem da indagação: pode ser como história militar, ou pela teoria estratégica, ou pela reflexão sociológica, como tema dramático, ou ainda pela análise antropológica. A diversidade dos possíveis ângulos de abordagem dentro de cada uma destas vertentes transforma-se num caleidoscópio de possibilidades.

Neste capítulo, pretendemos examinar a opinião de alguns autores que procuram esvaziar o conteúdo político da guerra e com isto o paradigma clausewitiziano, através de uma suposta interpretação etnográfica dos conflitos em geral. Desejamos, então, aceitar o desafio - e sem ter a pretensão de fazer aqui um trabalho de cunho antropológico sobre a guerra - nos socorrer de alguns importantes trabalhos brasileiros que fazem este tipo de abordagem do assunto, com o propósito de ver em que medida esta leitura da guerra poderá enriquecer sua compreensão e, nadando contra a corrente, tentar reencontrar o sentido político da guerra a partir de uma leitura cultural. Vamos levar em consideração, como ponto de partida, as opiniões de John Keegan e Samuel Huntington. O primeiro é considerado um dos mais importantes historiadores militares da atualidade e dedicou um livro inteiro, *Uma História da Guerra* (KEEGAN, 2001)., para demonstrar o erro de Clausewitz em não perceber a guerra essencialmente como um fenômeno de cultura, e o segundo é o autor de *O Choque de Civilizações* (HUNTINGTON,1996), obra que obteve enorme sucesso por sua visão sobre os conflitos envolvendo as sociedades islâmicas e na qual discorre sobre um “novo” tipo de guerra – a “guerra de linhas de fratura” – que ocorreria nos pontos de atrito entre civilizações.

A estes autores pretendemos contrapor os trabalhos de dois antropólogos brasileiros, Piero de Camargo Leirner, que desenvolveu sua tese de doutoramento – *O Sistema da Guerra: uma leitura antropológica dos exércitos modernos* (LEIRNER, 2001) - sobre a guerra como um sistema estruturado de trocas, e o de Carlos Fausto, nos apoiando nas análises deste último sobre a guerra indígena em *Da Inimizade* (FAUSTO, 1999).

A interpretação de Clausewitz sobre a guerra como conflito político veio a se constituir como um conceito universalmente aceito pela Teoria Política, não porque tenha sido o primeiro autor a tratar da ligação entre a guerra e a Política, o que Maquiavel, entre outros, já havia feito anteriormente, mas por ter declarado que toda a ação em um confronto bélico é uma ação política e que o objetivo da guerra não é exatamente a vitória militar, porém a modalidade da paz a ser conseguida pelo vencedor, ao final do conflito. Talvez tão importante quanto a interpretação da guerra como fenômeno político é sua visão sobre a dinâmica interna do conflito. Para Clausewitz, conforme já examinamos, a guerra é uma “notável trindade”, constituída por três forças que interagem de forma complexa, sendo elas a violência, o acaso e a instrumentalidade, forças que se aplicam cada qual sobre seu agente: a violência da guerra atua por meio da população, o acaso por meio do objeto militar propriamente dito (as forças armadas e seu comandante) e a instrumentalidade se expressa por meio do poder ao qual a guerra está a serviço (o governo do Estado-nação, p.ex.).

Clausewitz teve a lucidez de não subestimar a complexidade da guerra, própria a todo fenômeno que faz parte da existência social do homem, e se contrapôs aos seus contemporâneos que raciocinavam sobre a Guerra como se esta fosse uma arte, e por este caminho postulavam uma certa irredutibilidade analítica dos conflitos, pois estes seriam dependentes antes de tudo, da capacidade criativa, do “gênio” do comandante. Outros tratavam de construir a “ciência da guerra” e então, bem ao espírito da época do Iluminismo, buscavam as “leis naturais e eternas” dos confrontos. Para o nosso propósito, que é tentar nos

valer das abordagens antropológicas sobre a natureza da guerra, é melhor citar o autor em sua passagem relevante, a qual já mencionamos anteriormente:

A guerra não pertence ao reino das artes e ciências, antes é parte da existência social do homem. A guerra é um choque entre interesses maiores, que é resolvido através do derramamento de sangue – esta é a única forma na qual ela difere de outros conflitos. Ao invés de compará-la com a arte nós poderíamos mais acuradamente compará-la ao comércio, o qual é também uma forma de conflito entre interesses e atividades humanas; e é *ainda* mais próximo à política, que por sua vez pode ser considerada como uma espécie de comércio em larga escala. A Política, além do mais, é o útero no qual a guerra se desenvolve – onde seus traços já existem em sua forma rudimentar oculta, como as características das criaturas vivas em seus embriões. (CLAUSEWITZ, 1984, p.149).

Escolhemos este trecho de Clausewitz, pois ele é revelador, primeiramente, do recurso a analogias que o autor seguidamente utiliza em *Da Guerra*, para ilustrar suas observações. Não podemos deixar passar despercebida sua inteligência na escolha destas analogias, que muitas vezes vão antecipar construções teóricas fundamentais no desenvolvimento das ciências humanas e naturais que ocorreram posteriormente. Em segundo lugar, a comparação da guerra com a troca mercantil – a qual além da simples troca de mercadorias é também um conflito de atividades e interesses humanos – nos leva de imediato a territórios já bem conhecidos da investigação antropológica e, não é demais frisar, quem nos anuncia a guerra como algo semelhante à troca, em 1830, não é Lévi-Strauss, mas Clausewitz !

Evidentemente que aqui estamos, apenas, diante de mais um exemplo da capacidade genial deste autor de se valer de comparações para antecipar aquilo que seria posteriormente formalizado como conhecimento muito melhor acabado¹⁴. Em todo caso, este será o nosso ponto de apoio para refletir sobre a guerra segundo a perspectiva clausewitziana e já podemos

¹⁴ A comparação que Clausewitz estabelece entre a guerra e “o comércio, o qual também é uma forma de conflito entre interesses e atividades humanas”, poderia ser explorada levando em conta que o conflito na troca de mercadorias se verifica de duas formas. A primeira é a disputa entre capitais pela apropriação da maior parcela possível da mais-valia que circula no sistema de trocas de mercadorias do mundo do capital. A segunda forma do conflito é também uma disputa, desta vez entre os trabalhadores e o capital pelo aumento, ou diminuição, da parte não remunerada do valor incorporado pelo trabalho nas mercadorias. A primeira destas disputas, se expressa, toma forma, como concorrência entre capitais. Sabemos que a concorrência entre capitais é o motor, a alma mesma do capitalismo. Este conflito de interesses, nas condições de paz se veicula através da troca mercantil (as nações “amigas” travam “guerras” comerciais...), sendo a guerra aberta, declarada, nada mais do que a veiculação do mesmo conflito de interesses com o uso de armas. Colocando de outra maneira: a concorrência, a disputa entre os capitais, não se interrompe porque não se troca mais chumbo como mercadoria e sim como bala de canhão.

perceber que reduzir seus postulados tão somente a sua expressão mais conhecida - a fórmula “a guerra é a continuação da política com a adição de outros meios” significa também, em alguma medida, empobrecê-los.

Clausewitz apresentou uma definição abreviada do que é a guerra: o conflito pode ser comparado a um duelo, a uma luta-livre, onde dois contendores se agarram com unhas e dentes para a troca de golpes violentos, interagindo através da violência, ação e reação em meio a contorções complicadas. Em outro momento Clausewitz nos adverte que a guerra, sendo um tipo de duelo, é também um jogo, que vai crescendo em complexidade à medida que a violência aumenta. Ou seja, conforme esta outra analogia, quando falamos de guerra, estamos falando de *troca de atos de violência*, de uma interação entre *vontades opostas e conflitantes*, e esta interação não se limita a ser, no caso do duelo entre Estados-nação, uma espécie de exterioridade da ação violenta do “portador legítimo de armas” em relação à sociedade sobre a qual este Estado se assenta, opondo-se a outro “portador legítimo”, e também externo, por sua vez, à sua sociedade. Ao contrário, a guerra é um fato social, e não existe, quando ela ocorre, uma tal exterioridade. Pensamos que, neste sentido, quando fala que a guerra “é parte da existência social do homem”, Clausewitz se aproxima daquilo que Mauss (MAUSS,1979) assim designou por “fato social total”, pois a guerra, não importa se “moderna” ou “nativa”, envolve e afeta toda a sociedade.

Assim, voltando à questão da refutação de Clausewitz, e da sua inadequação para a compreensão da guerra, o ataque feito por Keegan assim se expressa:

Em resumo é no plano cultural que a resposta de Clausewitz à pergunta “o que é a guerra” é falha. (...).Se sua mente tivesse apenas mais uma dimensão intelectual – e se tratava de uma mente já muito sofisticada – talvez, pudesse ter percebido que a guerra abarca muito mais do que a política, que é sempre uma expressão de cultura, com freqüência um determinante de formas culturais e, em algumas sociedades, é a própria cultura.(KEEGAN ,2001,p. 28).

Inicialmente, o historiador Keegan não poderia negar que se o general prussiano tivesse feito uma apreciação da guerra como “expressão de cultura”, ao redor de 1820-1830,

época em que escreveu *Da Guerra*, teríamos que colocá-lo entre os pais fundadores da Antropologia. Em segundo lugar, no mérito da crítica, parece que ao comparar a guerra com a troca comercial, ainda que através de uma analogia, Clausewitz coloca uma interpretação muito próxima a que Lévi-Strauss precursoramente formulou, dizendo que a guerra, em si mesma, é uma espécie de troca, colocada no mesmo terreno dos fundamentos da sociabilidade em que Mauss havia colocado a troca-dom, ou seja, a da reciprocidade (FAUSTO,1999). E, finalmente, em terceiro lugar, parece que Keegan estabelece uma equação que não passa de uma tautologia – a sociedade é igual à cultura – para dizer em seguida que a sociedade estaria submetida à ação da guerra como se fosse a de um vetor que lhe daria a sua forma. A guerra, o fenômeno bélico, seria em si mesmo, o determinante da cultura, e não o contrário – mas não demonstra como isto pode ser.

Críticas como a de Keegan e de Huntington, parecem exemplificar um certo “mal estar” dos estudiosos que se ocupam do estudo dos conflitos, com o que estaria acontecendo com a “boa e velha” guerra, após o desaparecimento da situação de bipolaridade da Guerra Fria, e o estabelecimento de um cenário onde uma superpotência assume a hegemonia militar mundial. Assim, uma alternativa de explicação para as guerras regionais que possam advir, e que são difíceis de enquadrar na ideologia neoliberal, é negar suas origens dentro da política, pela saída de uma suposta explicação que se diz antropológica e que tenta construir novos adjetivos: “guerra étnica”, “guerra identitária”, etc. Isto em Keegan reveste-se de um reducionismo radical - a guerra não tem conteúdo político - e, em Huntington, busca uma explicação fundada numa exterioridade civilizacional negativa – somos incapazes de interagir com o Outro, principalmente se este outro é islâmico. A existência deste viés que se pretende antropológico está presente, de uma maneira cada vez mais freqüente na literatura que trata de temas militares, desde o início da década de 1990, mais precisamente após a Guerra do Golfo de 1991 e especialmente após o 11 de Setembro. Retornemos, então, a Clausewitz:

As linhas principais por meio das quais os eventos militares progridem, e às quais eles estão restritos, são linhas políticas que continuam através de toda a guerra até a paz subsequente. Como isto poderia ser de outra forma? As relações políticas entre povos e entre seus governos cessam quando notas diplomáticas não são mais trocadas? Não é a guerra apenas outra expressão de seus pensamentos, uma outra forma de discursar ou de escrever? Sua gramática, por certo, pode ser sua, mas não sua lógica.(CLAUSEWITZ,1984, p. 605).

São perguntas estranhas estas que Clausewitz nos coloca. Por que um general, um homem afeito às coisas da guerra, nos chama a atenção que a troca de salvas de artilharia é uma outra forma de um discurso, uma outra forma de se expressar, que não interrompe as relações políticas entre os povos? Não é a guerra o contrário da diplomacia? Não é um disparo de canhão o contrário das trocas de notas diplomáticas? Como pode ser, de alguma forma sua continuidade?

Aqui podemos ir direto ao ponto. Quando Clausewitz comparou a guerra com o comércio e encontra uma continuidade – não uma ruptura – entre a troca da nota diplomática e a troca de salvas de artilharia, não estaria ele fazendo vistas grossas à diferença essencial entre as coisas? Não é a batalha o domínio do ódio, sangue e dor? Não é o comércio o domínio da racionalidade, da sociabilidade e da reciprocidade civilizada? Então, se ele não está se referindo a estas trivialidades teremos que procurar, abaixo da aparência evidente das coisas, sua relação oculta.

Deixemos, então, de lado por um momento, o ator principal das relações bélicas entre as Nações - o Estado - para examinar a guerra primitiva mas, antes de fazê-lo, vamos registrar que o hobbesianismo, inclusive em sua manifestação como realismo político interestatal, confere ao Leviatã a autonomia comportamental de um indivíduo. A isto já se chamou, até mesmo, behaviorismo em relações internacionais.

Neste campo a reflexão antropológica sobre a guerra primitiva, conforme aquela praticada pelos ameríndios na planície do Amazonas, tem muito a nos ensinar. Vamos acompanhar o raciocínio de Carlos Fausto que, comentando uma certa tradição da etnografia

estruturalista nos estudos sobre as culturas desta região, sugere que tenderam a uma identificação simples entre guerra e troca:

Tudo se passaria como se pensar a guerra como forma positiva de relação, implicasse, necessariamente, reduzi-la a uma modalidade de troca – “troca de violências”, “troca de corpos”, “troca de vingança”, “troca de energia” – concebida no contexto amazônico, universo da troca simétrica, como reciprocidade equilibrada.(FAUSTO,1999,p. 262).

Parece que, inicialmente, os estudos etnográficos sobre a guerra e a troca, as consideraram como parte de um abrangente sistema de comunicação, que dando sentido a tudo aquilo está que em seu interior, organiza a sociedade ameríndia (no caso seria a sociedade yanomami) e até aqui, pode parecer não existir nenhuma discordância com um raciocínio clausewitziano simplificado. Porém, nos colocamos de acordo com Fausto quando ele diz que estabelecer um simples sinal de igualdade entre troca e guerra, apenas para submeter este dois fenômenos à lógica geral da reciprocidade, parece ser imprudente, pois esvaziando o seu conteúdo fenomênico, podemos estar também esvaziando seu conteúdo político.

A passagem sem mediações da guerra à troca tende a esvaziar a dimensão política da guerra, a obscurecer sua fenomenologia e a anular o campo do sujeito. Explico ilustrando.(FAUSTO,1999,p. 263).

E, o faz comentando a guerra de vendeta entre os jivaro: “enquanto na troca de bens aquele que dá quer receber, na vingança, o desejo se inverte, e o matador não quer ser pago, nem está obrigado a receber o pagamento (i.e. a sua própria morte)”(FAUSTO,1999,p. 264).

Para que este esvaziamento não ocorra, é necessário preservar a contribuição estruturalista, ou seja que os fenômenos humanos (entre eles a guerra e a troca) se inscrevem em um espaço de símbolos e significados que estabelecem, para cada grupo social, uma complexa relação entre interioridade e externalidade, identidade e alteridade, e introduzir neste modelo a diferença entre guerra e troca.

Sabemos, por meio da etnografia e dos relatos que foram preservados, que a guerra indígena e os rituais de canibalismo a que ela conduzia tinham a função de possibilitar ao grupo que destruía seu inimigo e o devorava se apropriar de sua humanidade, reproduzindo-a internamente a este grupo. Assim, o homicídio antropofágico não era apenas a destruição violenta do inimigo, mas a também a apropriação de sua humanidade; apropriação que se expressava em uma reprodução desta humanidade em novos nomes, novos cantos, novos seres humanos. Os Tupinambá por exemplo, viviam entre si neste estado de guerra permanente, muito diferente da simples troca, mas como esta, colocado dentro de um modo de reciprocidade.

A maquinaria ritual visava tornar público e socializar o homicídio, transferindo o ato isolado no campo de batalha para a esfera coletiva. Mas para quê? Segundo os cronistas ligava-se à nominação, ao casamento e ao destino póstumo; *i.e.*, à singularização de pessoas, sua reprodução e permanência.(...).Vários dos rituais, envolvendo ou não antropofagia e caça de troféus, são generativos em sentido amplo, *i.e.*, são *life-giving*, à maneira dos ritos para garantir a abundância da caça ou o crescimento das plantas cultivadas. Seu objeto, porém não é a produção de objetos, mas de pessoas.(FAUSTO,1999, p. 270).

O assunto é bastante complexo e, como não temos a pretensão de fazer aqui um trabalho de etnografia, retornamos a Carlos Fausto e ao seu importante conceito de predação familiarizante:

Cunhei um termo para falar destas operações: *predação familiarizante*, conversão da predação em familiarização, processo pelo qual sujeitos ferozes e outros são consumidos e controlados para se produzirem novos sujeitos no interior do grupo. A relação modelar de controle nas cosmologias indígenas não é aquela entre Senhor e Escravo – já que o sistema não se baseia na apropriação de trabalho para produzir bens – mas naquela entre Senhor e Xerimbabo, que é exercida praticamente na familiarização de animais e no rapto de crianças estrangeiras, e simbolicamente na familiarização do princípio vital da vítima na guerra e de espíritos de animais no xamanismo.(FAUSTO,1999,p. 269, itálico do autor).

Fausto nos diz que na guerra “moderna” os inimigos são coisificados ou animalizados, enquanto que na guerra indígena eles têm o estatuto de sujeitos, pois este tipo de predação guerreira é necessariamente uma relação entre sujeitos, cujo propósito é a produção de outros sujeitos. Note-se bem, não a produção ou reprodução de um sujeito em particular mas, ao contrário, o ritual resultava numa multiplicidade de subjetividades, “novos nomes, novas

canções, novos filhos”(FAUSTO,1999,p.274). Seria atrevimento dizer que o insumo antropofágico resultava numa reprodução ampliada de subjetividades? Em um momento estaremos prontos a arriscar outros atrevimentos.

Antes, necessitamos mais uma vez lembrar, junto com Clausewitz, que uma coisa é o objeto da guerra e outra a sua dinâmica interna. A dinâmica interna da guerra é sustentada pela complexa relação de forças explicada por sua definição trinitária – violência primordial, casualidade e instrumentalidade – e depende de cada momento histórico a ênfase dada a cada uma destas forças em seu equilíbrio dinâmico. Não precisamos, para benefício do nosso argumento, examinar em que medida estas forças também estavam presentes num combate com o arco, a flecha, a borduna ou a maça-de-guerra e a espada, como certamente elas estiveram presentes, em outros tempos, em nosso litoral e em Agincourt.

O objeto da guerra atual, a guerra da época do capitalismo sob a hegemonia norte-americana, evidentemente não é o objeto da guerra yanomami, e nem mesmo os seus atores são os mesmos, mas podemos traçar comparações. No caso da guerra indígena seus atores são individualidades imersas numa estrutura de relações sociais que proporciona o significado de seus atos - o plano unitário da experiência subjetiva está excluído das demonstrações explicativas – e estes atos tem por finalidade a reprodução ampliada das individualidades. No caso da guerra moderna, entre Estados, se adotarmos o ponto de vista da análise neo-realista das relações internacionais, vamos encontrar uma situação análoga, ou seja, a guerra interestatal pode ser explicada a partir dos efeitos de uma estrutura de relações entre Estados sobre o comportamento da unidade estatal, análoga a de um individuo submetido à ação de forças sociais.(WALTZ,1988, p. 617).

Não estaria aqui a resposta que buscamos à indagação de Clausewitz sobre a continuidade das relações entre povos, mesmo quando as notas diplomáticas não são mais trocadas? Se estivermos falando da guerra moderna, não nos enganemos, estamos falando da

relação entre modernos Estados capitalistas e da competição entre estes Estados por sua melhor posição de poder em uma estrutura de relações interestatais, com vistas à apropriação ótima do valor que circula entre eles. Esta estrutura, sua lógica interna de funcionamento, as leis de funcionamento da reprodução do capital, não deixam de existir porque algumas de suas unidades estabelecem entre si a relação especial chamada guerra; ao contrário, os significados estruturais continuarão a fazer valer sua lógica sobre esta relação bélica. A guerra então, terá sua gramática, mas sua lógica sem nenhuma descontinuidade, continuará a ser a lógica da disputa pelo poder entre estes Estados-nação de tipo capitalista.

Concordamos que na guerra moderna os inimigos são coisificados, destruídos como coisas, como objetos, são até mesmo incorporados a estas coisas como uma parte quase mecânica delas; pois quando se destrói um tanque, não se faz distinção entre aço e carne. Mas, pensamos que existe um outro nível possível de interpretação da guerra interestatal, onde poderíamos aproveitar a análise de Fausto. Nossa sugestão é que nas guerras de conquista, principalmente aquelas que foram conduzidas pelas potências européias em sua primeira fase de expansão colonial durante o século XVI, encontramos o exemplo da simples guerra de predação, cujo objetivo era a apropriação violenta de valor e sua interiorização à economia metropolitana, naquele processo que Marx chamou de acumulação original do capitalismo. Que suas vítimas foram coisificadas e animalizadas é o que relata a nossa história nacional.

A guerra atual, em sua versão mais completa, a guerra de intervenção imperial do século XXI, não tem mais a mesma lógica de simples predação, ainda que seu instrumento continue sendo a violência. Desta maneira, os inimigos singulares, as individualidades que são abatidas pelas munições de alta precisão, são consideradas coisas, simples alvos transformados em coordenadas de posicionamento geográfico e do resto a inteligência do míssil *cruiser* se encarrega, seja o alvo um simples soldado ou o próprio ditador. O nosso ponto é que a guerra moderna também não é um simples movimento de predação, apesar da

coisificação de suas vítimas, diretas ou colaterais. A guerra de intervenção (ou guerra preventiva, como querem alguns estrategistas do Pentágono) não tem o mesmo objeto das guerras imperialistas do século XIX, na última fase da expansão do capitalismo imperialista; neste caso tratava-se ou da conquista territorial de colônias, ou do ajuste de contas entre potências em sua política de equilíbrio de poder. No caso atual trata-se de uma situação semelhante à predação familiarizante que examinamos atrás.

O objeto da guerra de intervenção imperial, como aquela travada contra o Iraque em abril de 2003, não é a sua destruição absoluta, mas sim a sua assimilação para dentro dos esquemas da hegemonia política e econômica do capitalismo norte-americano. Aqui também não existe a relação Senhor-Escravo, pois nem estamos diante de um tipo de guerra que não existe mais, a guerra de conquista colonial, e nem mesmo o capital industrial move guerras para simplesmente apropriar-se de trabalho para produzir bens, pois a lógica da guerra é ditada por sua inserção histórica. A forma atual de reprodução do capital há muito tempo deixou para trás suas necessidades de acumulação do valor através, entre outras coisas, da caça ao índio ou da captura do escravo africano.

Na atualidade, a reprodução do valor não se dá apenas através dos mecanismos da simples extração de mais-valia, mas invadiu todo o organismo social, toda a imensa relação de trocas entre nações, fluxos de todo o tipo entre povos, produção material e imaterial. A produção capitalista não é mais apenas produção de mercadorias, valor de troca expressado como valor de uso, mas é a apropriação, produção e reprodução de tudo aquilo que se expressa como vida, ou que sustenta a vida, inclusive seus produtores. Sua expressão atual é aquilo que Antonio Negri e Michael Hardt chamaram de biopoder:

Biopoder é a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhado-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando. O poder só pode adquirir comando efetivo sobre a vida total da população quando se torna função integral, vital, que todos indivíduos abraçam e reativam por sua própria vontade. Como disse Foucault, “a vida agora tornou-se objeto de poder”. A função mais elevada deste poder é envolver a vida totalmente, e sua tarefa primordial, é administrá-la. O biopoder,

portanto, se refere a uma situação na qual o que está diretamente em jogo é a produção e a reprodução da própria vida.(HARDT E NEGRI,2001,p. 43).

As grandes potências industriais e financeiras produzem, desse modo, não apenas mercadorias mas também subjetividades. Produzem subjetividades agenciais dentro do contexto biopolítico: produzem necessidades, relações sociais, corpos e mentes – ou seja, produzem produtores.(HARDT E NEGRI, 2001,p. 51).

Aqui nos aproximamos da lógica da guerra indígena. A assimilação da sociedade até então inimiga se verificará quando, depois da derrota militar, ela passar a fazer parte da estrutura de Estados coordenados pelo *hegemon*. Esta metabolização, por aceitação da modalidade da paz após a guerra, só estará completa quando se iniciar a produção e reprodução de novas subjetividades, subsumidas à ideologia do império e, portanto, não mais inimigas. A paz a ser conquistada deve substituir os sentimentos de estranheza e ódio, pelos de familiaridade e integração e, os aspectos de adaptação cultural certamente envolvidos, estarão servindo à lógica da dominação política.

3.2 A guerra desigual.

Por sua vez, se encararmos a guerra e seu ator principal, o Exército, fazendo o deslocamento que Leirner propõe: “desloque-se o plano de referência de um exército e seu Estado para a referência de todos os exércitos”¹⁵, teremos, então, uma perspectiva que vai nos ajudar a encontrar os princípios elementares da gramática interna à guerra, à sua dinâmica e atores. Então, talvez, perguntas sobre o que está acontecendo com guerra, como os conflitos estão se transformando, a questão sobre se o terrorismo é ou não uma forma válida de combate, e toda a sintomatologia desta angústia marcial, poderão receber alguma luz.

¹⁵ Leirner (2001,p.79) e também: “(...) Em primeiro lugar, ao seguirmos rigorosamente o argumento de Lévi-Strauss e seus “filhos”, veremos que a guerra, a par de qualquer fundamento biológico, está ancorada em razões mais profundas da vida social e, se há “objetivação”, ela não pode passar de consequência, senão mesmo uma variante de um processo mais fundamental: a saber, a velha e boa troca, conjuntamente tomada *como* a velha e “boa” guerra. Em segundo lugar, se de fato guerra está implicada no nível da troca, então ela definitivamente não pode ser somente objetivação, ou um consumo que se esgota: tem que remeter, em algum nível, a uma lógica de reciprocidade. Finalmente, em terceiro lugar, como bem tem demonstrado uma série de estudos da chamada “antropologia urbana”, não se pode reduzir o mundo moderno às razões de Estado, nem estas subvertem o sentido de regras elementares da sociabilidade humana, dentre as quais destacamos aqui a guerra como forma de troca” – Leirner (2001,pgs.71-72).

A guerra, como diz Clausewitz, é uma troca resolvida através do derramamento de sangue e Bárbara Ehrenreich nos lembra que “o sacrifício de sangue não é apenas ‘um’ ritual religioso, mas a cena principal das religiões de todas as civilizações antigas e tradicionais”.(EHRENREICH,2000,p.32). Assim, o sacrifício de sangue constituído pela imolação sacrificial, parece ter sido para muitas culturas a forma como estas sociedades se aproximavam do transcendental, e nada de importante poderia acontecer sem o derrame de sangue imolado. É longa a série que une o sacrifício, a oferenda propiciatória, a invocação da divindade e a guerra. Um exemplo podem ser os relatos que nos chegam dos gregos e suas preparações para a batalha. Transformada em entusiasmo patriótico, esta troca também está nos mitos políticos da nossa modernidade, quando os heróis dão a(s) sua(s) vida(s) pela fundação da nacionalidade e trocam sua efemeridade humana pela imortalidade como heróis políticos “deu sua vida pela Pátria”. As batalhas sangrentas surgem em toda a parte como rituais de fundação de Estados-nação: os sérvios começam sua história da batalha de Kosovo em 1389, os americanos em Lexington e Bunker Hill, a Austrália em Gallipoli, a Inglaterra em Agincourt, a França moderna em Marengo e pergunte-se a qualquer militar brasileiro onde “nós” começamos e a resposta é pronta e sem nenhuma hesitação: não às margens plácidas do Ipiranga, mas na glória sangrenta de Guararapes!

Estamos interessados nos aspectos da guerra como troca, e, no entanto, temos que deixar registrado a série de significados que une a violência, ou o derramamento de sangue, aos ritos de passagem masculina para se conquistar a condição adulta. Comenta Ehrenreich que

Os homens entram em guerra por várias razões e uma das mais comuns é confirmar que são “homens de verdade”. Em outras palavras, a guerra e a masculinidade tem sido empreendimentos culturais que se reforçam. Guerrear exige guerreiros, ou seja, “homens de verdade”, e formar guerreiros exige uma guerra.(EHRENREICH,2000, p.135)

Assim, parece que ao menos na origem mítica da nacionalidade, este rito de passagem também está presente, como uma espécie de ritual coletivo, onde vidas são trocadas pela fundação do Estado-nação, que então se coloca como algo maior, transcendente, e cuja defesa militar passa a ser sagrada. Como dissemos, praticamente não existe uma Nação moderna onde, em sua origem, não exista uma guerra ou batalha fundante e, infelizmente, no espaço deste trabalho não podemos explorar melhor em que medida isto significa uma “domesticação” da guerra, como diz Leirner.

Na verdade, a comparação de valores, de significados, ocorre como condição à troca propriamente dita, pois a troca, para ser boa e não gerar uma crise deve, ser troca de equivalentes. Isto é assim na troca de mercadorias, na troca de esposas, e nas regras da guerra. A guerra, como duelo, deve ser um duelo entre iguais, seja pela força dos combatentes, seja por sua condição social, ou pelo significado interno ao sistema militar.

A simetria entre duelistas se reveste de diversos valores, e o social é um deles. Os aristocratas europeus se recusavam a duelar com pessoas socialmente inferiores, o mesmo acontecendo com o guerreiro samurai, e novamente temos que citar Ehrenreich:

A guerra não é apenas um embate entre Outros, possibilitado por um horror que ignora diferença. O guerreiro procura o inimigo e vê homens que são, em muitos aspectos, parecidos com ele mesmo, Os outros também são guerreiros e, seja lá quais forem as diferenças que possam ter e as duradouras razões para o ódio, obedecem a princípios básicos do guerreiro: respeitam a coragem, querem ficar ao lado de seus companheiros em qualquer situação e não se importam com a morte.(EHRENREICH ,2000, p.147).

Assim como as diferentes moedas, dos diferentes Estados-nação, na operação de câmbio primeiramente se reconhecem como coisas de igual natureza – moedas que são – para poder comparar seus valores inerentes e estabelecer a razão de troca, os exércitos das diferentes nacionalidades se reconhecem como iguais e como antagonistas potênciais. A existência de cada um, em particular, se justifica na defesa de seu Estado e na preparação e adestramento para exercer a sua peculiar forma de intercâmbio com os seus opositores

equivalentes e, desta maneira, se estabelece a situação paradoxal na qual cada exército é de seu Estado, e cada qual é contra todos os demais Estados. E qual é o seu termo de equivalência simbólica? Conforme Piero Leirner, é a estrutura hierárquica, que sendo a coluna vertebral de um sistema valorativo e simbólico, permite a cada exército enxergar o valor interno de seu oponente como seu equivalente. Este valor, que se personifica na produção de cada oficial em sua “carreira militar”, é conquistado pela trajetória que o militar, em cada organização, tem que percorrer, através de uma vida feita de etapas que se constituem, cada uma, em sucessivos rituais de passagem. Servir a um exército, então, não é apenas servir a um Estado, mas servir a um modo de existência que tem o seu equivalente nos outros Estados, em uma simetria universal da organização castrense.

Mas, o que acontece com a guerra quando esta condição de equilíbrio para a troca não existe? Quando a simetria é quebrada, tanto pela diferença esmagadora do poder de combate, como pela não existência, ao menos para um dos lados, de um Exército nacional e sua estrutura interna, simbólica e material? Ou colocando de uma forma mais específica: o que acontece quando Davi enfrenta Golias? Ou quando um menino palestino enfrenta com uma funda (como Davi) um tanque israelense de 40 toneladas (como Golias)? Surge uma Nação? No mito bíblico, encontramos a origem fundacional de Israel, explicando a vitória do jovem pastor por Deus ter combatido ao seu lado. Esta foi a condição de equalização da troca combatente e a razão da vitória de Davi. O menino palestino de hoje, também imagina que Deus está ao seu lado e, como a pedra nada pode contra o blindado, procura uma outra forma de equalizar os termos da troca e vai procurar quem possa lhe fornecer um cinturão explosivo e assim levar o horror, fogo e sangue aos familiares da tripulação do blindado inimigo. Esta é a problemática da “guerra assimétrica”. Neste tipo de conflito o desequilíbrio nos termos de troca cria uma enorme dificuldade de um lado encarar o Outro como um outro legítimo (pois, como vemos a guerra tem lá a sua gramática) e o terrorismo passar a ser a opção óbvia para

quem só tem um facão para enfrentar um míssil guiado por satélite. Talvez, mais ainda do que isto. Quando a guerra é simétrica, travada entre Estados-nação (ou mesmo em sociedades sem Estado, mas com sistemas voltados para a guerra carregados de significados) que possuem sistemas militares que se encaram mutuamente como inimigos, porém como iguais, pode ser que estabeleça uma situação de paradoxo – somos inimigos, mas somos iguais – através da qual se encontre a semente da paz, que virá quando os guerreiros se cansam e voltam a trocar palavras ao invés de projeteis. Pode ser que até troquem esposas, como a melhor forma de garantir a igualdade, a aliança contra outros inimigos, e o armistício.¹⁶

Porém, quando ao Outro, além da esmagadora desigualdade de capacidade bélica, se impõe uma desigualdade ontológica radical – o nosso inimigo não é humano, mas é o próprio demônio, o Senhor do Eixo do Mal – podemos esperar que a necessidade deste Outro encontrar, de forma igualmente radical, os meios de equalizar a troca, se imponha como imperativo categórico. Talvez, e estamos estabelecendo aqui uma suposição, não só para restabelecer a igualdade na capacidade de destruir o inimigo, mas como uma necessidade de se re-humanizar, para recuperar a sua valoração, ainda que seja de uma forma negativa, ou seja, nada mais importante para Davi do que ser reconhecido por Golias como seu equivalente. O fato é que a inimizade e o ódio ao inimigo, inerentes à população onde atua a força clausewitziana da violência, não se abalam pela superioridade do inimigo, muito ao contrário, se alimentam aí mesmo, e portanto, não deixam de existir por mais derrotado que um inimigo “assimétrico” possa aparentar ser diante de um Outro mais poderoso, a menos que se faça com que esta população portadora deste rancor, desta alteridade violenta,

¹⁶ Sobre a diferença ontológica entre um soldado e um guerreiro, e suas implicações nos termos de troca, de uma guerra travada entre uns e outros, é importante o artigo escrito por Fred Fuller em 1996: “Um grande número de livros e periódicos têm aparecido nos anos recentes os quais oferecem a compreensão em uma visão assustadora do futuro dos conflitos. É uma visão na qual o passado mais do que nunca serve como um prelúdio, mas com uma ampla quantidade de tecnologia moderna envolvida na mistura. Ela invoca cenários de pesadelo de exércitos de senhores da guerra, bandos de guerreiros tribais e bandidos renegados espalhando morte e desordem. Ao mesmo tempo minúsculas células terroristas, renegados religiosos ou extremistas políticos de uma classe ou outra agindo com loucura. Ela promete o declínio continuado no poder da nação-estado como uma entidade” Fuller (1996, nossa tradução).

desapareça da face da terra, até mesmo por estar em inferioridade para se defender. Esta é aquela situação, a respeito da qual Clausewitz nos adverte, na qual a violência não sendo obstada pela Política, vai buscar os seus extremos no duelo e na qual a Guerra Real se transforma em Guerra Absoluta.¹⁷ Talvez seja esta a racionalidade assassina de cada genocídio.

Também parece ser esta a dinâmica que Samuel Huntington expõe em *O Choque de Civilizações*, naquilo que chama de “guerras de linha de fratura”, ou seja, aquele tipo de conflito que ocorreria, segundo este autor, nos pontos de atrito onde civilizações diferentes, por diversos motivos, entram em choque. Apesar de citar diversos autores na tentativa de definir o que seja uma civilização, não parece ficar claro o que Huntington exatamente entende por este conceito (HUNTINGTON,1996,pgs. 46-47). Para nós, o que importa é reter como define a sua questão central, que é o choque entre Ocidente e Islã, como um confronto entre uma identidade cultural e um Outro que sendo uma outra entidade civilizacional, também é seu antagonista, e assim define o que seja uma “guerra de linha de fratura”:

Os conflitos de linha de fratura são conflitos comunitários entre Estados ou grupos de civilizações diferentes. As guerras de linha de fratura são conflitos que se tornaram violentos. Essas guerras podem ocorrer entre Estados, entre grupos não-governamentais e entre Estados e grupos não-governamentais

E continua:

As guerras de linha de fratura compartilham de algumas, mas não de todas, características das guerras comunitárias em geral. Elas são conflitos prolongados.(...).Como elas envolvem questões fundamentais de poder e de identidade de grupo, são difíceis de resolver através de negociações e acomodações.(...) As guerras de linha de fratura são do tipo para-e-recomeça, que pode eclodir numa imensa violência e depois ir diminuindo para uma guerra de baixa intensidade ou hostilidade soturna, para novamente eclodir. As chamas do identidade e do ódio comunitário raramente são extintas por completo a não ser através do genocídio.(HUNTINGTON,1996, pgs. 320-323).

Este parece ser, então, o tipo de guerra que se origina na recusa de uma cultura em estabelecer a troca de valores simbólicos com outra(s) como forma de preservar sua

¹⁷ “Assim a política converte o impressionante elemento destrutivo da guerra em um mero instrumento” Clausewitz (1984,p. 606)

identidade; ou seja, poderíamos classificar a “guerra de linha de fratura” de Huntington no caso geral das guerras originadas por uma troca mal sucedida. O insucesso desta troca, no caso específico tratado por Huntington, se localiza em que o modo de produção capitalista, desde seu surgimento como capitalismo mercantil no Ocidente, é enquanto sistema de trocas de mercadorias, um sistema de trocas mundial; e enquanto maneira de se estabelecer relações sociais, um sistema globalizante, no sentido de desenvolver-se até atingir a totalidade das relações sociais, em todo o mundo, inclusive na maneira de produzir subjetividades e valores culturais. Não existe uma exterioridade a este modo de produção do mesmo tipo como podemos imaginar existir entre um Estado-nação e outro; e a produção capitalista busca eliminar todas as fronteiras, transformando seu domínio em uma universalidade. Mas esta produção é também a produção de subjetividades que vivem, e re-produzem os valores do capitalismo: o individualismo, o liberalismo econômico, a democracia representativa, a igualdade total dos gêneros, o laicismo, são símbolos que constituem a língua falada dentro do modo de produzir-e-existir do capitalismo. A atitude de um certo islamismo de aceitar apenas o lado estritamente mercantil deste esquema de trocas e não a sua totalidade, inclusive como produtor de subjetividades é que Huntington coloca na gênese deste choque. Fazemos, no entanto a ressalva de que não estamos certos de que esta recusa à troca, nos países islâmicos, seja uma unanimidade social tão abrangente quanto Huntington propõe.

Além disso, mas ainda como resultado do conjunto de transformações que estão ocorrendo no panorama mundial desde o final da Guerra Fria, alguns estudiosos da guerra anunciam o surgimento de um “guerreiro do século XXI”, em tudo diferente do soldado dos exércitos dos Estados-nação do século passado. O combate entre o soldado que serve a um Estado-nação e um guerreiro que serve à uma “outra coisa” seria outro aspecto da “guerra assimétrica” de que tratamos neste trabalho. A este respeito podemos citar um artigo de Ralph Peters, oficial do exército norte-americano:

Os soldados do exército dos Estados Unidos estão brilhantemente preparados para derrotar outros soldados. Infelizmente, os inimigos que devemos provavelmente enfrentar através do resto desta década e mais além, não serão “soldados”, com a disciplinada modernidade que o termo significa na Euro-América, mas “guerreiros” – primitivos instáveis de lealdade mutável, habituados à violência, sem interesse na ordem civil. Diferentemente dos soldados, os guerreiros não lutam com as nossas regras, não respeitam tratados, e não obedecem ordens que eles não gostam. Os guerreiros sempre existiram, mas com o crescimento dos soldados profissionais sua importância foi eclipsada.

E tratando de maneira mais direta sobre a assimetria entre “soldado” e “guerreiro”:

Para o soldado norte-americano, vacinado com códigos de moral e comportamento, o guerreiro é um inimigo formidável. Os soldados euro-americanos em geral aprendem uma forma de guerra altamente estilizada e ritualizada, com regras tradicionais e escritas. Nós estamos em nossa melhor forma quando combatemos militares organizados que tentam uma resposta simétrica. Mas os guerreiros respondem assimetricamente, deixando-nos no papel de “casacas vermelhas” ingleses marchando em um sertão dominado por índios. (PETERS,1994,nossa tradução).

Este é um excelente retrato, feito por um oficial de um exército hegemônico¹⁸, de como este exército pré-figura seu(s) inimigo(s). Note-se o quase lamento imposto pela desigualdade e pela desqualificação do inimigo, que não tem “uma forma de guerrear altamente estilizada e ritualizada, com regras escritas e tradicionais”, ou seja, um sistema simbólico e organizacional ao qual se possa referenciar em busca da identificação dos equivalentes. Como vemos, a guerra assimétrica não se resume à desigualdade dos recursos materiais para o combate, mas vai além disto, pois para o militar que deve combatê-la, esta é uma troca desigual na medida em que o homem que me combate não tem o mesmo valor que eu.

3.3 A guerra como troca.

Conforme acreditamos haver exposto, ao contrário daquilo que Keegan supõe, Clausewitz havia considerado a guerra como “parte da existência social do homem”, e com

¹⁸ Este parece ser, nitidamente, um exemplo da influência de Martin Van Creveld sobre os militares americanos. Conforme Robert Kaplan: “Quando eu perguntei a oficiais do Pentágono sobre a natureza da guerra no século vinte e um, a resposta que eu freqüentemente obtive foi “Leia van Creveld”. As altas patentes estão enamoradas por este historiador não porque seus escritos justificam sua existência mas, em vez disto, o oposto: van Creveld os adverte que máquinas militares imensas como as do Pentágono são como dinossauros próximos da extinção, e que alguma coisa muito mais terrível nos espera”. Kaplan (2000, p. 44, nossa tradução).

isto significando que este fenômeno de violência social deveria ser encarado de uma maneira muito abrangente. Desta forma, pode ser considerado como um daqueles pensadores europeus do século XIX que construíam suas análises procurando construir totalidades ao invés de particularidades.

Quando Clausewitz comparou a guerra ao comércio, disse que este é, também, uma forma de conflito de interesses e atividades humanas. Acreditamos que esta é a maneira como podemos definir, atualmente, a troca sob o regime capitalista de produção: esta é uma atividade humana que tem o seu aspecto de cooperação, manifestado pela divisão do trabalho que a pressupõe, mas também tem o seu aspecto de conflito, por meio da disputa, da concorrência de interesses antagônicos que impulsiona este modo de produção. Não estaremos anunciando nenhuma novidade ao dizer que a guerra intercapitalista é a forma exacerbada de sua concorrência.

A fórmula de que “a guerra é a continuação da política por outros meios” deu fama à Clausewitz, talvez porque como todas as fórmulas, simplifica muito do que se tem a dizer sobre assuntos complexos. No entanto, sua observação de que a relação entre os povos não se interrompe porque não se trocam mais notas diplomáticas, e que a guerra é apenas uma outra forma de um mesmo discurso, uma outra forma de uma mesma linguagem, talvez seja ainda mais importante do que a fórmula famosa. A lógica deste discurso (que comanda a guerra) é a da complexa troca entre as sociedades que se confrontam, a totalidade de valores e significados que colocam as vontades coletivas em conflito. Como poderiam os aspectos culturais estar fora desta troca?

A guerra está repleta de significados, como tudo aquilo que é humano. Não se esgota em ser uma troca de atos de violência. A sua lógica é a da imposição das desigualdades da derrota diante da vitória. Mas, paradoxalmente, para os seus atores de direito – os militares – é

um tipo de troca a ser estabelecida com outros que são inimigos, mas são iguais. Sem esgotar o conteúdo político da guerra, este tipo de troca confere, ainda mais, significado ao conflito.

4 A transformação da guerra

4.1 O século XXI: A guerra não é mais trinitária?

A questão que nos colocamos neste capítulo é compreender de perto as transformações por que a guerra passou e está passando na virada do século XX para o século XXI. A guerra, se transformando, ainda pode ser explicada por sua teoria clássica, fundamentada em Carl von Clausewitz, ou não? Ou seja, para que Clausewitz possa se manter como um paradigma explicativo da guerra, a validade de seus postulados deve ser buscada na guerra, em sua dinâmica interna conforme ela se verifica nos casos históricos mais recentes, e somente a partir daí é que podemos, bem fundamentados, nos assegurar de sua validade atual no terreno da política.

A vitória da coalizão de países liderados pelos Estados Unidos sobre o Iraque na guerra do Golfo, no início de 1991, foi seguida pelo colapso da União Soviética, em dezembro daquele mesmo ano. Apesar de um evento não ter ligação direta com outro, o fim de mais de quarenta anos de bipolaridade de poder político-militar entre a URSS e os Estados Unidos e a facilidade com que as tropas norte-americanas bateram o exército iraquiano tiveram como resultado o surgimento de uma nova realidade político-militar, com conseqüências para toda a estrutura das relações de poder entre os Estados nacionais em todo o mundo. Estes eventos colocaram em evidência um termo do jargão militar, que parece ter desde aquela época a capacidade de tudo dizer em poucas palavras. Segundo alguns comentaristas a explicação da vitória conquistada sobre os iraquianos é que uma Revolução em Assuntos Militares (RMA – Revolution in Military Affairs), havia ocorrido, liderada pelas forças armadas norte-americanas, conferindo aos EUA uma hegemonia militar, sem contestação no futuro previsível, sobre os demais países centrais do sistema capitalista. Desde

então, a literatura sobre RMA não tem cessado de se expandir nos meios acadêmicos ligados aos assuntos estratégicos.

Depois de 1991 a superioridade militar norte-americana, ficou comprovada nas intervenções nos Bálcãs. Graças à sua capacidade em exercer uma supremacia aérea virtualmente impune e, de forma ainda mais impressionante, em aplicar a tecnologia da informação no campo de batalha usando as Munições Guiadas com Precisão (PGM – Precision Guided Munition). Boa parte da mídia, da literatura especializada, e muito dos comentaristas de assuntos militares, fazem da aplicação dos recursos computacionais o seu denominador comum explicativo para a superioridade imbatível das forças ocidentais, quando comparadas com forças militares de países do Terceiro Mundo. Parece que, na maior parte das vezes, o raciocínio que está por trás desta explicação é que os dispositivos eletrônicos haviam, afinal, retirado enormemente e até mesmo eliminado a incerteza do campo de batalha.

A guerra do século XXI pode parecer, então, ter se transformado em um meio sem atrito, sem fricção, onde se pode enxergar com precisão o inimigo, saber suas coordenadas geográficas e abatê-lo com absoluta certeza e acurácia, sem inclusive expor tropas a qualquer tipo de perigo, usando um projétil não-tripulado.

Se realmente estamos presenciando o surgimento de um novo tipo de guerra, no qual o progresso científico tornou possível controlar, ou até mesmo eliminar, a incerteza e o acaso dos teatros de operações, a trindade clausewitziana estaria reduzida a no máximo uma dupla. Restariam a ser eliminadas, ou submetidas ao controle da vontade do Estado-maior, as outras forças internas à guerra que deram fama ao modelo de Clausewitz. A primeira restante seria a violência que atua por meio da população e a outra o caráter instrumental da guerra, que a submete às razões da política, como uma lógica que lhe é externa. Então, a guerra do século

XXI seria completamente não-trinitária em sua dinâmica e Clausewitz teria sido, finalmente, superado.

Consideramos um exercício ocioso examinar em que medida a violência, nos termos em que Clausewitz a postulou – como uma força primordial, movida pelo ódio e rancor ao inimigo – ainda faz parte, ou não, dos motivos que os seres humanos trazem dentro de si quando vão à batalha. Não menos ocioso, pensamos, é examinar se a guerra do século XXI ainda serve a algum propósito colocado na área de domínio dos assuntos da política. Contudo, a questão do controle tecnológico sobre eventos antes submetidos ao acaso, em um campo de batalha, coloca um problema um tanto intrigante. Afinal imaginar que, de alguma forma, os recursos que a ciência do século XXI colocou à disposição das vontades que se defrontam usando a violência organizada, eliminaram os fenômenos aleatórios é revelador de uma compreensão pobre sobre as próprias leis gerais do funcionamento do universo. Reconhecemos, no entanto, que obter o maior grau possível na precisão do golpe é uma qualidade buscada em sua arte e algo tão antigo quanto a própria guerra. Por outro lado, obter precisão e eficácia no golpe ou no tiro, seja com o arco e flecha, seja com a espada, ou com o canhão, coloca graus adicionais de liberdade de decisão para o guerreiro samurai ou para o general comandante de uma divisão blindada. Neste sentido, e raciocinando dentro das definições da segunda força da trindade clausewitziana, a precisão do golpe ou do disparo diminui a incerteza do resultado e, ao mesmo tempo, aumenta o espaço dentro do qual o espírito criativo do chefe militar encontra sua liberdade. O resultado final vai depender daquilo a que nosso autor se referia como os códigos de lei que regem internamente cada uma destas forças (aqui seriam o acaso, a probabilidade e a liberdade de decisão) e a relação, sempre mutável, entre elas.

Procuramos dividir a análise das transformações da guerra em duas etapas. Na primeira nos guiaremos pela definição trinitária das forças que agem internamente à guerra –

a violência, o acaso e a instrumentalidade – , para, privilegiando a segunda delas, examinar de que forma uma revolução em assuntos militares foi produzida quando sua importância relativamente às outras se modificou. Serve esta primeira parte, então, como uma verificação da aplicação da trindade de forças Clausewitz ao funcionamento interno da guerra. Na segunda etapa vamos nos guiar pela tipologia de Clausewitz para classificar as guerras da virada do século XXI e em que medida a dinâmica interna à guerra interagiu com os determinantes da política para moldar o panorama conjuntural do início do século.

4.2 As Revoluções Militares

Que a guerra está passando por transformações não parece ser, por si só, algo surpreendente ou inusitado: a questão verdadeira é buscar nas mudanças sociais as origens desta transformação. O próprio general Clausewitz já havia nos advertido que a guerra se transforma tal qual um camaleão. A guerra, como fenômeno social submetido às condicionantes do desenvolvimento histórico, segue o mesmo padrão geral deste desenvolvimento, o qual, como sabemos, ocorre em períodos de rápida transformação da sociedade, de aumento de suas forças produtivas e de alterações profundas nas relações sociais. Estes períodos de rápida transformação da sociedade, de sua organização política e de sua estruturação produtiva, são adequadamente chamados de “revolucionários”, e se expressam nas novas articulações do poder político, nas instituições sociais, nas representações ideológicas próprias de cada período histórico e também *nas* guerras que os caracterizam. Muitas vezes estas mudanças revolucionárias, emergem *por meio* de guerras que marcam como fenômenos singulares estes momentos históricos. Se aceitarmos esta conceituação, podemos chamar de “revoluções militares” estes terremotos sociais, pois estamos interessados em destacar suas implicações na forma como afetam a maneira da

condução da guerra. Usando este conceito, podemos designar cinco grandes revoluções militares na história do Ocidente:

1. A criação no século dezessete do moderno Estado-nação, o qual se apóia na organização em grande escala do poder militar organizado;
2. A Revolução Francesa do final do século dezoito, a qual unificou a política de massas com a arte da guerra;
3. A Revolução Industrial do final do século dezoito e depois a qual tornou possível armar, vestir, alimentar, pagar e mover rapidamente para o campo de batalha as massas daí resultantes;
4. A Primeira Guerra Mundial, a qual combinou as heranças das revoluções Francesa e Industrial e forneceu o padrão para a guerra do século vinte;
5. O advento das armas nucleares, as quais ao contrário de todas precedentes mantiveram a Guerra Fria *fria* nos teatros decisivos da Europa e do nordeste da Ásia. (KNOX E MURRAY, 2001, p.6).

Estas revoluções refizeram a sociedade, o Estado, as organizações militares e alteraram a capacidade desses Estados em criar e projetar poder militar, expandindo a hegemonia europeia para todo os quadrantes do planeta, no movimento de expansão do capitalismo que foi um fato político, econômico e militar. A guerra e o capitalismo, de sua gênese até a sua maturidade, sempre caminharam de mãos dadas.

A primeira destas revoluções no surgimento do Estado moderno introduziu um grau de ordem e previsibilidade em um assunto – a guerra – que depois do colapso militar de Roma tinha sido, em boa medida, o terreno da improvisação.

Na segunda delas, a Revolução Francesa ampliou e aprofundou o controle do Estado sobre a mobilização dos recursos humanos e materiais da Nação com finalidade bélica. Além disto, introduziu na guerra a força das ideologias seculares advindas do Iluminismo, entre elas o nacionalismo, que fez com que os conflitos do século XIX ultrapassassem em ferocidade os conflitos religiosos dos dois séculos precedentes.

A Revolução Industrial, a terceira em nossa relação, colocou nas mãos dos líderes políticos das nações capitalistas mais avançadas recursos inimagináveis. Mas ainda assim, até

a metade do século XIX, não forneceu maiores inovações ao campo de batalha. Foi na segunda metade daquele século, na Guerra Civil Norte-americana, que se combinaram os recursos do nascente capitalismo industrial com a prática da mobilização em massa. As tecnologias da ferrovia, da navegação a vapor, do telégrafo, dos mosquetes raiados, dos rifles de carregamento pela culatra e da artilharia melhorada se juntaram com a mobilização da sociedade. Entre 1861 e 1918 os americanos e europeus combinaram as forças políticas que nasceram da Revolução Francesa e as forças materiais que nasceram da revolução industrial em um tipo novo de revolução militar .

Os conflitos travados de um lado e do outro do Atlântico, durante o século XIX, prefiguraram o futuro. As destruições das cidades da Geórgia e da Carolina do Sul foram as precursoras dos bombardeios da Segunda Guerra Mundial. A Guerra Franco-Prussiana de 1871 só não se transformou numa guerra nos moldes da Guerra Civil Americana devido ao extraordinário colapso do exército francês no início das hostilidades, o que impediu Napoleão III de convocar um “leveé en masse”.

A quarta revolução se iniciou em 1914, quando a Europa experimentou, por completo, a ferocidade de um tipo de guerra que combina logística e poder de fogos industriais com o poder de mobilização política, gerado pelas ideologias nacionalistas. As conseqüências desta revolução, que se expressou militarmente entre 1914 a 1945, constituem a própria história do século XX.

A última revolução foi a combinação do que havia de mais avançado nos arsenais alemão e americano da Segunda Guerra. A união da bomba nuclear com o míssil balístico fez surgir a arma de destruição em massa. Seu surgimento, e as duras lições de Hiroshima e Nagasaki, impediram a resolução pela guerra do conflito ideológico entre o socialismo e o liberalismo.

4.2.1 As Revoluções em Assuntos Militares - RMA

Um empreendimento humano tão extenso em seus efeitos, tão mobilizador de paixões, interesses materiais e do conhecimento aplicado à engenhosidade técnica quanto a guerra tem sua autonomia própria, seu espaço de desenvolvimento mais ou menos autônomo e também passa por períodos de rápidas transformações. Estes momentos, ou períodos históricos, nos quais os resultados do progresso técnico se combinam com inovações organizacionais e doutrinárias, para formar uma nova forma da conduta dos conflitos, definem uma outra classe de revolução. São revoluções menores, inscritas no domínio das coisas da guerra, e não têm o alcance das grandes revoluções sociais que exemplificamos atrás. Algumas vezes ocorrem simultaneamente com estes grandes terremotos sociais, outras vezes surgem na sua seqüência: são as “revoluções em assuntos militares” (RMA – Revolution in Military Affairs) e atendem a necessidade das organizações militares de encontrarem novas formas de destruir o inimigo.

Para isto [as organizações militares] precisam captar com firmeza as mudanças fundamentais no cenário social, político e econômico; em alguns casos precisam antecipar estas mudanças. As revoluções em assuntos militares requerem a montagem de uma complexa mistura de inovações táticas, organizacionais, doutrinárias e tecnológicas para implementar uma nova abordagem conceitual na arte da guerra ou uma sub-ramificação especializada na forma de conduzi-la. A combinação mais eficaz raramente é evidente; a inovação e adaptação são confusas, e mesmo os historiadores - com todo o benefício da documentação e da visão retrospectiva – acham difícil reconstruir os eventos passados com precisão. Ainda assim, no final, os resultados do campo de batalha usualmente deixam claro, e de forma impiedosa, qual organização militar inovou mais eficientemente. (KNOX E MURRAY, 2001,p.12).

As Revoluções em Assuntos Militares (RMA) possuem algumas características notáveis: mesmo durante uma guerra elas tomam um tempo considerável para se desenvolver. Muitas delas, em tempos de paz, demoram décadas para amadurecer, o que poderia, até mesmo, nos levar a questionar se o uso do termo “revolução” é apropriado. A perspectiva tem importância neste aspecto, pois em um conflito o lado derrotado pode procurar atribuir a sua derrota ao fato do vencedor ter revolucionado a arte da guerra, enquanto o vitorioso poder enxergar tudo como a trabalhosa evolução de técnicas e conceitos aprendidos depois de ter

sido derrotado em batalhas anteriores. Assim, por exemplo, para as forças alemãs que destruíram as tropas aliadas ao norte da França em 1940, o uso dos tanques e de sua doutrina militar era muito mais uma evolução natural daquilo que haviam apreendido em 1918 do que uma revolução – a *blitzkrieg* – militar que resultou em sua vitória. Criar uma RMA em tempos de guerra é ainda muito mais difícil, mesmo quando a batalha está ministrando lições pagas com sangue. Durante a Primeira Guerra Mundial foram necessários três anos de matança para que os generais franceses e ingleses abandonassem sua obstinação em usar os três movimentos clássicos da guerra – o ataque frontal, o desenvolvimento pelos flancos e o envolvimento – contra o fogo direto da metralhadora e da artilharia. E no entanto, mesmo quando os generais franceses e ingleses resolveram o impasse usando aquilo que já estava em seu campo técnico de conhecimento, ou seja, o tiro indireto de artilharia feito com precisão e de conformidade a um plano, combinado com as táticas descentralizadas de infantaria, o uso do motor de combustão em veículos blindados, enfatizando o fogo, manobra e exploração; ainda assim não perceberam que haviam revolucionado a arte da guerra. Em 1940 pagaram o preço da sua desatenção. (KNOX E MURRAY, 2001, p. 12).

O quadro, a seguir, procura relacionar as revoluções militares e as RMA, revoluções em assuntos militares:

Revoluções em assuntos militares (RMA) e Revoluções Militares

RMA antecipatórias da Idade Média e início da idade moderna

- Arco longo, estratégia ofensiva-defensiva, pólvora negra, nova arquitetura de fortalezas

Revolução militar 1: *o surgimento no século dezessete do Estado moderno e das modernas instituições militares*

RMA associadas e resultantes:

- Reforma tática holandesa e sueca, Reforma tática e organizacional francesa, revolução naval, revolução financeira Britânica;
- Reformas militares francesas depois da Guerra dos Sete Anos.

Revoluções militares 2 e 3: *a Revolução Francesa e Revolução Industrial*

RMA associadas e resultantes:

- Mobilização política e econômica nacional, Conduta da Guerra Napoleônica (aniquilação das forças armadas do inimigo no campo de batalha);
- Poder econômico e financeiro baseado na industrialização (Inglaterra)
- Revolução tecnológica na guerra terrestre e no transporte (telégrafo, ferrovia, navio a vapor, armas de fogo de tiro rápido com pólvora sem fumaça e a artilharia);
- A revolução de Fisher na guerra naval: a frota e navio de guerra com canhões de grande porte (1905-14);

Revolução militar 4: *a Primeira Guerra Mundial combina irrevogavelmente as três anteriores*

RMA associadas e resultantes:

- Operações e táticas combinando as três armas (exército, marinha e aeronáutica), operações Blitzkrieg, bombardeio estratégico, guerra aeronaval, guerra submarina, guerra anfíbia, radar, inteligência de sinais.

Revolução militar 5: *armas nucleares e sistemas de transporte por mísseis balísticos*

RMA associadas e resultantes:

- Reconhecimento e ataque de precisão; furtividade; informatização e redes computacionais de comando e controle; letalidade maciçamente aumentada de munições “convencionais”.

Conforme Knox e Murray (2001, p.13).

Dentro das limitações deste trabalho, vamos nos limitar a comentar brevemente apenas algumas das características das RMAs que ocorreram desde a Primeira Guerra Mundial até nossos dias, mas elas serão suficientes para ilustrar os padrões que são recorrentes nestas grandes transformações na condução da guerra.

O moderno estilo de condução da guerra surgiu na Primeira Guerra Mundial com o advento do *conflito em três dimensões*, através do fogo indireto da artilharia (tiro curvo) que foi o alicerce do *planejamento* nos níveis táticos, operacionais e estratégicos da guerra. A partir do momento em que o ponto do engajamento deixou de ser uma “frente”, a batalha ganhou profundidade e passou a ocupar todo o teatro de operações; neste conceito, os desenvolvimentos do poder aéreo e da força blindada não são mais do que melhorias incrementais e complementares sobre um modelo surgido em 1917-1918. Muitos dos componentes táticos e tecnológicos desta revolução já existiam antes da Primeira Guerra, mas foi a sua reunião para solucionar os problemas do “front” em 1917 que emergiu como uma revolução.

O modelo que surgiu nos anos de 1917-1918 parece, em sua essência, pouco ultrapassado quase noventa anos depois. A guerra em 1914 era um assunto linear. As doutrinas então em vigor, enfatizavam o ataque pelos flancos, o envolvimento e a aniquilação. Se um comandante de um batalhão do século XVIII fosse transportado para este teatro de batalha, poderia se surpreender com o tipo de armamento em uso, mas não com a sua gramática. A batalha se centrava no combate de encontro físico: massas de infantaria e, às vezes, a cavalaria, manobrando apoiadas pelo fogo direto da artilharia, geralmente a curta distância, com os canhões dispostos a descoberto. A aviação já podia efetuar operações de reconhecimento, mas a artilharia não tinha meios de localizar a posição de alvos em profundidade; o ajuste de tiro era primitivo e geralmente estimado a partir do disparo do

canhão. As comunicações entre observadores e artilheiros eram rudimentares, baseadas em semáforos, megafones e telefones de campanha. Mais importante, ainda, o planejamento de artilharia se limitava a campanha de cerco, uma vez que sua função era meramente tática.(BAILEY, 2001).

A linearidade desta doutrina, que procurava principalmente o flanqueamento do inimigo, não podia funcionar contra a máquina bélica produzida pela revolução industrial. A ferrovia como meio de transporte de massas de soldados, o telégrafo como forma de comunicação, a produção seriada de milhares de fuzis, metralhadoras e granadas, garantia uma frente estável para ambos os lados e os flancos foram se estendendo até não existirem mais. As trincheiras cortaram a França do norte, desde o Canal até a fronteira alemã. O problema estava formulado:

O problema tático era claro. O atacante tinha que irromper ou arrasar obstáculos, destruir ou neutralizar tanto quanto possível as tropas que os ocupavam, conduzir fogo de contrabateria para proteger sua própria infantaria no ataque, e disparar contra alvos fora de visão na profundidade do campo inimigo, de maneira a proteger a infantaria que estivesse explorando o êxito, antes que a artilharia que a acompanha pudesse avançar.(BAILEY, 2001,p.139).

Foi por meio de um penoso aprendizado, pago com milhões de vidas de soldados, que a questão foi resolvida no último ano da guerra. Não vamos nos aprofundar nos detalhes de história militar que sua resolução exigiu, e nos limitaremos aos seus aspectos mais significativos. A artilharia teve que ir melhorando incrementalmente seu conhecimento sobre o que era necessário para se obter um tiro indireto de precisão: conhecimentos de meteorologia, levar em conta no plano de tiro os lotes de produção da munição, aprender a atirar sem o disparo de registro para ajuste, garantindo com isto a surpresa. Foi necessário saber como usar a aerofotografia, concentrar o fogo, coordenar a barragem com o avanço da infantaria e em seguida com o avanço dos blindados. Ainda assim, severas restrições impediam o pleno desenvolvimento do novo conceito; os exércitos da Primeira Guerra não

possuíam transportes para movimentar tropas, canhões e suprimentos sobre terreno acidentado na ofensiva, e meios de comunicação para manter um controle descentralizado do plano de fogo uma vez que a ofensiva tivesse começado.

Desde a Antiguidade os comandantes militares sabiam o valor do rompimento frontal das linhas inimigas, e também que somente a aniquilação através do cerco garantia a vitória; os flancos eram, portanto, o ponto decisivo; e o envolvimento pelos flancos a metade do caminho para conquistar a vitória. Quando a Primeira Guerra Mundial terminou este esquema operacional, com idade milenar, havia sido superado. O novo estilo não era mais, como no passado, um assunto bidimensional e linear, mas usava as três dimensões e mais um aspecto psicológico. O esquema operacional não mais consistia em flanquear, envolver e aniquilar, mas buscar o rompimento através da frente, e ao mesmo tempo conseguir devastar a inteira profundidade do campo inimigo, até a sua retaguarda. Um rompimento paralisante e desorganizador e não o envolvimento passou a ser o objetivo e o poder do fogo indireto a sua chave. O transporte mecanizado, o apoio aéreo, as telecomunicações resolveram todas as limitações de 1918, mas são aplicações do progresso técnico, e não uma revolução conceitual.(BAILEY, 2001,p.159).

Após uma pausa de 20 anos que mais se assemelhou a uma trégua prolongada a II Guerra Mundial retomou as questões não resolvidas entre as potências capitalistas européias. Quando as divisões *panzer* destruíram as forças aliadas em 1940, parecia que os alemães haviam desenvolvido uma forma completamente nova de guerra, e que sua vitória se explicava pela superior tecnologia bélica alemã. O ponto que estamos procurando sustentar é que o êxito nazista não foi produzido apenas por uma suposta superioridade tecnológica. Foi, muito mais o resultado de uma adequada compreensão, por parte do comando alemão, sobre a natureza da transformação da guerra e sua aplicação prática, conjugada com um esforço por apreender e inovar.

Assim, no que diz respeito ao surgimento do tanque nas batalhas de 1918 e seu papel na derrota alemã, não podemos nos esquecer que foram os alemães que se preocuparam em estudar em profundidade as implicações táticas e operacionais de seu uso; a desvantagem inicial em tecnologia foi absorvida e transformada em um novo conceito operacional. Logo após o término do conflito o exército alemão estabeleceu mais de quarenta comissões para rever, estudar, registrar o que havia acontecido enquanto a memória dos eventos ainda estava quente (MURRAY,2001,p.158) o que resultou em uma renovação documentada de sua doutrina. Esta maneira de abordar as questões do campo de batalha foi fundamental, pois a inovação tecnológica, ao invés de ter simplificado a guerra, a tornou exponencialmente mais complexa. Os novos sistemas de armas demandavam uma apreciação nova e uma *expertise* tática, de logística e de operações maior do que nunca.

Para isto o Exército alemão estava melhor preparado do que seu congênere francês, pois a estrutura doutrinária de comando e controle que adotavam, enfatizava o valor da livre atividade criativa na condução da guerra. Os dois parágrafos iniciais do seu manual de doutrina diziam:

1. A condução da guerra é uma arte, uma atividade de livre criatividade que repousa sobre fundamentos científicos. Isto exerce as mais extremas demandas sobre o indivíduo.
2. A condução da guerra é baseada em um processo de contínuo desenvolvimento. Novos instrumentos de guerra dão ao conflito armado uma forma sempre em mudança. (TRUPPENFÜHRUNG, Berlim 1936 apud MURRAY, op. cit., p.158).

A esta disposição de aprender, devemos adicionar o enorme esforço despendido em planejar, treinar e experimentar. Desde 1930 diversos exercícios de campo foram realizados com unidades *panzer* para averiguar se, de fato, eram capazes de lutar sem o apoio da infantaria. Apesar da descrença inicial de von Rundstedt, os exercícios demonstraram a eficiência do novo instrumento e, em 1935, foram constituídas as três primeiras divisões

panzer. A ocupação da Áustria, em 1938, resultou em uma série de relatórios pós-combate que revelaram um conjunto de problemas sistêmicos em mobilização, disposição e treinamento que foram tomados pelo Alto Comando para estabelecer um procedimento sistemático de consistentes melhorias incrementais. Esta prática se estendeu à experiência de ocupação da Tchecoslováquia e da Polônia, onde as divisões *panzer* e de infantaria motorizada operaram tanto em conjunto como independentemente. O resultado do sucesso obtido foi a união de dois corpos *panzer* sob o general Ewald van Kleist, formando o equivalente a um exército *panzer* em escala completa. (MURRAY, 2001, p.162).

Não devemos, no entanto, imaginar que o desempenho alemão em 1940 foi obtido sem pagar o preço das batalhas. E, menos ainda, que os franceses não tinham disposição para a luta, ou lutaram mal, ou que não opuseram resistência, pois perderam 123 mil homens e tiveram 200 mil feridos. No final, os alemães venceram porque estavam melhor preparados, porém não sem sofrer tremendas perdas para os franceses; algumas de suas unidades chegaram a perder setenta por cento de seu efetivo e, ainda assim, continuaram lutando. Isto pode nos dar um exemplo da ação da “força moral”, multiplicando a força material, quando a vontade de lutar está impulsionada pela força de uma ideologia.¹⁹

O exército norte-americano que venceu a guerra do Golfo Pérsico de 1991 é um outro caso de uma organização militar que, após sofrer um revés, se reconstrói internamente, consegue elaborar uma nova doutrina para melhor fazer uso das novas aplicações do progresso técnico e científico e consegue treinar seus soldados no seu uso eficiente. A vitória norte-americana de 1991 é, em boa medida, filha do desastre americano no Vietnã; e uma resposta adaptativa ao surgimento combinado da tecnologia da arma de precisão e do

¹⁹ Infelizmente não está no escopo deste trabalho uma análise mais detalhada sobre a origem das táticas de contra-insurgência usadas pelos norte-americanos e franceses durante a Guerra Fria, naquilo que puderam aprender sobre a experiência nazista em combater as unidades da guerrilha (*partisans*) soviética, durante a ocupação alemã da URSS. Os teóricos (e práticos, também) que atualmente escrevem sobre “luta anti-terrorista” e “Low Intensity Conflicts”, sentem-se muito incomodados com esta origem histórica, pois ela desvenda as clivagens ideológicas que não estão, absolutamente, enterradas. Consultar: <http://www.statecraft.org/index.html> (acessado em 26/06/2003) para um ótimo detalhamento do assunto.

helicóptero no campo de batalha Para melhor compreendermos este processo, que agora surge como uma RMA ocorrida dentro das forças armadas americanas, precisamos tomar conhecimento do caminho que foi percorrido.

O exército americano saiu do Vietnã pagando o preço da derrota. No início da década de 1970 quarenta por cento das tropas estacionadas na Europa confessavam consumir drogas, especialmente o haxixe, e doze por cento dos soldados estacionados na Alemanha estavam sob acusação de terem cometido infrações graves. Investigadores do exército registraram, entre 1969 e 1971, oitocentas ocorrências de ataques perpetrados por soldados, envolvendo granadas de mão, nos quais cerca de quarenta e cinco oficiais e suboficiais foram mortos.(SCALES JR.,1997, p.6).

Nesta época, quarenta por cento dos soldados americanos não tinham um diploma de conclusão do ensino secundário e, apesar do exército ter rebaixado seus padrões de recrutamento, em 1974 estava 20 mil soldados abaixo do contingente autorizado e onze por cento aquém do seu objetivo para alistamento. Com o fim do serviço militar obrigatório e com a sua transformação em uma força completamente voluntária, ocorreu uma alteração drástica nos padrões sociais de sua composição. Registrou-se um aumento de cinco vezes no número de soldados que mantinham uma família, em relação aos números antes do Vietnã. As instalações na Europa eram voltadas para o soldado solteiro; os altos custos de habitação faziam os soldados dependerem de um segundo emprego e, para as tropas em território americano, dos cartões de racionamento alimentar dos programas sociais.

O exército americano ainda estava se debatendo com as amarguras da derrota no sudeste da Ásia quando, em 6 de outubro de 1973, o Segundo e o Terceiro exército egípcio atravessaram o canal de Suez e romperam as linhas defensivas de Israel, ao mesmo tempo em que cinco divisões blindadas do exército sírio irrompiam pelas colinas de Golan. A guerra do Yom Kippur, como ficou conhecida, foi após o seu termino cuidadosamente analisada por

militares soviéticos e americanos, pois era evidente que ali estava uma ocasião para a aprendizagem.

Primeiro, porque era a primeira confrontação em grande escala de duas forças equipadas com armamentos modernos, representativos daqueles encontrados nos arsenais da OTAN e do Pacto de Varsóvia. Segundo, porque a batalha foi sangrenta, intensa e travada a curta distância. Para os soviéticos e americanos que, dando assistência aos seus clientes, examinaram os resultados dos combates, ficou claro que o campo de batalha havia se tornado enormemente mais letal; ali estava a evidência do que era possível se obter através da revolução da precisão em armamentos, quando aplicada ao combate terrestre.(SCALES JR.,1997, p.9).

Os analistas soviéticos foram os primeiros a deixar registrado aquilo que designaram como uma “revolução técnico-militar”. O marechal Nikolai V. Ogarkov, chefe do Estado-maior soviético de 1977 a 1984, comentou:

Estes avanços tornaram possível aumentar acentuadamente (em ao menos um grau de magnitude) o potencial destrutivo de armas convencionais tornando-as próximas, por assim dizer, das armas de destruição em massa em termos de eficácia.(KNOX E MURRAY,(2001, p.3).

Quando os soviéticos designaram o que haviam examinado de “revolução técnico-militar”, também externavam sua preocupação diante de uma realidade operacional inteiramente nova, pois um tanque da Segunda Guerra necessitava, em média, de dezessete disparos para abater outro tanque, a uma distância máxima de 700 metros. Em 1973 os tanques necessitavam apenas 2 disparos para abater outro a 1800 metros. Para um comandante de uma pequena unidade blindada ou de infantaria, a revolução da precisão significava em linguagem de soldado que “aquilo que pode ser visto pode ser atingido, e o que pode ser atingido pode ser destruído”.(SCALES JR.,1997, p.10).

Mas, o Exército americano também tinha motivos de preocupação e desconforto, pois o tanque M60 americano tinha se mostrado inferior ao T-62 russo, e o surgimento no campo de batalha do BMP, o primeiro veículo de combate para infantaria de fabricação soviética, foi particularmente desagradável, pois este era o primeiro veículo verdadeiro de combate para infantaria. Além disso, os soviéticos também estavam desenvolvendo suas tecnologias de armas de precisão e seus dispositivos de defesa antiaérea adquiriam uma insuspeitada eficiência. Se a guerra do Yom Kippur havia fornecido o modelo para a batalha, esta seria rápida, exaustiva, e terrivelmente destrutiva para ambos os lados, pois alcançaria toda a profundidade do teatro de operações. O fator tecnológico, é importante ressaltar, por si só não faria a diferença, mas sim a motivação, o treinamento e a qualidade do soldado, como a vitória israelense, que combateu em inferioridade, havia demonstrado.

Se o inimigo do futuro fosse os soviéticos, como poderia o exército ter esperanças de vencer, quando eles possuíam não só um número maior de armas, mas também de armas com qualidade igual ou melhor? A resposta parecia ser dominar os fatores intangíveis: otimizar a qualidade de combate de números limitados, treinando cada soldado para lutar em sua plena capacidade e em criar um método superior de travar a guerra, através de uma progressiva reforma doutrinária. Mudanças evolucionárias no treinamento e doutrina não seriam suficientes para fechar a lacuna em relação ao exército soviético. Dez anos tinham se perdido vagando nas selvas do Vietnã. O que era necessário não era mudança, mas revolução. (SCALES JR., 1997, p.10).

Um dos primeiros movimentos que levou à reestruturação foi o estabelecimento em julho de 1973 do Centro de Treinamento e Doutrina do Exército (TRADOC), que iniciou uma reforma no programa de treinamento do Exército norte-americano e adotou um lema simples e direto: “Um exército treina enquanto luta”. A reforma na doutrina iniciou-se em 1976 com a publicação do Manual de Campo FM 100-5 (Field Manual 100-5)²⁰ que tomou a guerra de Outubro de 1973 (Yom Kippur) como seu modelo. Sua primeira versão mereceu muita crítica pois reforçava a antiga obsessão americana com uma guerra de atrito pelo poder de fogo e não levava em conta a experiência do Vietnã onde o Exército havia desenvolvido um método de conduzir a mobilidade aérea tão inovador quanto a *blitzkrieg* alemã havia sido em sua época.

²⁰ Atualmente FM 3-0, publicado em 14 de Junho de 2001, em substituição ao FM 100-5.

Os proponentes desta visão pertenciam às unidades leves, e diziam que as vitórias futuras seriam conquistadas na terceira dimensão, vindo no helicóptero a arma predominante no campo de batalha.

As versões de 1982 e 1986 do Manual FM 100-5 introduziram e refinaram o conceito de Batalha Ar-Terra (AirLand Battle) o qual determinou a maneira como a campanha Tempestade no Deserto (Desert Storm) no Iraque, em 1991, foi planejada e combatida. Porém melhorar a disciplina, o treinamento e a doutrina sem tratar de melhorar a qualidade da tropa ainda não era a solução por inteiro.(SCALES JR.,1997, p.15).

A qualidade do soldado, que não era particularmente alta durante os primeiros anos do alistamento voluntário, iniciou outra queda precipitada depois de 1976. O número de recrutas nas Categorias Mentais I, II e IIIa , que medem a metade superior de aptidão mental entre jovens americanos, encolheu de 49 por cento em 1973 para 26 por cento em 1980. Somente 50 por cento dos recrutados em 1980 haviam concluído o ensino secundário. As estatísticas sobre o uso de drogas, ausências não autorizadas e crimes, ainda que permanecessem abaixo dos números imediatamente após a guerra do Vietnã, ainda eram alarmantemente altas. O exército recrutava tantos soldados de baixa qualidade durante os primeiros anos da década de 1970, que dispensava 40 por cento por indisciplina ou inadequação antes que eles completassem um ano de alistamento.(SCALES JR.,1997, p.16).

Quando em 1980 as forças armadas se expuseram ao ridículo, depois do fracasso da tentativa de resgate dos reféns presos no Irã, o público americano se enfureceu. Ficou claro que boa parte da força não estava em situação de prontidão para o combate e que muitos dos problemas da época do Vietnã ainda persistiam. Estes problemas – confusão, excesso de centralização, comunicação ruim, adestramento ruim - não eram diretamente relacionados com a tecnologia empregada, mas com treinamento deficiente e baixa qualidade de pessoal. Na ocasião, as pressões para retornar ao serviço militar obrigatório foram bastante acentuadas, pois o raciocínio era que somente os jovens dos extratos mais pobres e desamparados da sociedade americana estariam dispostos a voluntariar-se; no entanto as Forças Armadas mantiveram seu apoio ao serviço voluntário, pois a compreensão do Serviço de Recrutamento (do Exército) era que o método de recrutamento é que estava errado.

No início da década de 1980 o Congresso aprovou o “GI Bill” e o “Army College Fund”, programas destinados a subvencionar a educação dos soldados e que pode conceder ao soldado engajado por um período de 2 anos até US\$ 26,500.00 de auxílio educacional(US\$ 736.00 por mês para um período acadêmico de 36 meses), ou para um engajamento de 4 anos US\$ 40,000.00 (US\$ 1,111.00 por mês para um período acadêmico de 36 meses). A qualidade educacional dos voluntários foi melhorando, até que no ano de 1991 cerca de 98 por cento dos que se apresentaram ao serviço haviam concluído a escola secundária. Destes, 75 por cento se classificavam nas categorias de aptidão mental mais alta e 41 por cento optaram por aderir ao programa “Army College Fund”. Quanto ao resultado de testes aleatórios para indicar o uso de drogas, os resultados positivos caíram de 25 por cento em 1979, para menos de 1 por cento em 1989.(SCALES JR.,1997, p.17).

Um outro problema era a questão do amadurecimento em combate. O Exército americano tinha consciência de que, historicamente suas tropas tinham um desempenho de sofrível a catastrófico nos primeiros engajamentos em combate real. Um caso exemplar era o da 90ª. divisão de infantaria, que mesmo treinando por 2 anos antes de ser enviada para a Europa, na Segunda Guerra Mundial, sofreu 100 por cento de baixas de soldados nas primeiras 6 semanas de combate e 150 por cento no número de oficiais. O tempo trazia a experiência e ajudava na sobrevivência; a expectativa de vida de um tenente na Normandia era de 2 semanas. Cinco meses depois, na batalha do Bolsão (Bulge Battle) já era de 10 semanas. No Vietnã a Força Aérea havia percebido que 40 por cento de suas perdas em combate aéreo sobre o Vietnã do Norte ocorriam nas três primeiras sortidas; se o piloto sobrevivesse a isto, tinha 90 por cento de completar seu turno de um ano de serviço (SCALES JR.,1997,p.20). Na nova realidade do teatro de operações, com os níveis de letalidade aumentando exponencialmente, era mandatário que as tropas e seu líder já chegassem amadurecidos no primeiro enfrentamento, e o National Training Center (Centro Nacional de

Treinamento) foi equipado com um conjunto muito sofisticado de tecnologias que permitiam simular o combate real.

Seu sucesso deveu-se não tanto às tecnologias de simulação de tiro, mas à sua filosofia de treinamento, quando submetia as tropas e seus líderes aos efeitos de uma simulação de combate que reproduzia a insensatez do campo de batalha em tempo real. Uma experiente força de oposição (OPFOR – Opposing Force) martelava impiedosamente as unidades levadas a treinamento, usando dispositivos de raio laser para simular os disparos, e todas as ações eram minuciosamente registradas através de recursos computacionais. Quatro horas depois de encerrado o combate simulado, seu resultado era apresentado por analistas para o líder da unidade (normalmente uma patente equivalente a de coronel) e sua cadeia de comando. Após cada sessão de análise o líder sabia (diante de seus comandados) se sua habilidade em desenhar setas em um mapa era comparável a sua habilidade em infundir confiança, liderança e habilidades de combate, de maneira a fazer o plano funcionar. Após dez anos de funcionamento, este centro de treinamento e outros similares, inclusive um para oficiais com patente de general, criou uma obsessão institucional em treinar realisticamente para o combate.

A experiência da guerra do Yom Kippur havia demonstrado o que poderia vir a ser um combate contra um ataque terrestre soviético, ou conduzido com a doutrina soviética. A ordem de batalha segundo a doutrina soviética, desde a Segunda Guerra, consistia em formar escalões de blindados em ondas sucessivas com o apoio maciço de artilharia, de modo a varrer o oponente do teatro de operações. O apoio aéreo, evidentemente, também estaria presente. Uma força que esperasse na defensiva o surgimento da força atacante, engajando o combate quando estivesse no ponto de contato, seria varrida pelo segundo ou terceiro escalão subsequente. Na versão de 1976, o ponto de vista do comandante, essencialmente um ponto de vista tático, permitia observar o fogo direto no ponto de colisão das forças oponentes. Mas,

para ver e atacar escalões ainda não comprometidos no combate, era necessário um ponto de vista com alcance muito maior. Em termos de tempo e espaço, três escalões atacando em formação de coluna ocupavam uma profundidade de 150 km e levariam três dias para chegar ao ponto de contato. A solução óbvia era desenvolver uma doutrina que recuperasse a experiência da Força Aérea, que vinha desde a Segunda Guerra, em fazer ataques de interdição em profundidade, e integrá-la com as novas realidades do combate terrestre. O resultado foi o surgimento da doutrina da batalha ar-terra (AirLand Battle), que passou a usar a interdição aérea do campo de batalha (BAI – Battlefield Air Interdiction) como uma ação aérea contra alvos inimigos de superfície, designados pelo comandante em terra e em apoio direto às operações no chão.(SCALES JR.,1997, p.27).

Quando o Exército americano foi chamado a intervir no Golfo Pérsico no início de 1991, uma revolução em seus assuntos internos de fato havia ocorrido. Seguindo um padrão similar ao sucedido com o Exército alemão, havia enfrentado as conseqüências de uma derrota e as necessidades de dominar o surgimento de um novo “pacote” de tecnologias. Nem o Exército alemão de 1940 era o mesmo de 1914, nem o Exército americano de 1991 era o Exército que abandonou o Vietnã em 1973. Também a guerra não era a mesma.

Em sua “gramática interna”, esta havia se transformado e completado a revolução conceitual que havia se iniciado 73 anos antes, quando os movimentos clássicos de ataque frontal, envolvimento pelos flancos, cerco e aniquilamentos, foram ultrapassados pelos novos conceitos de uma guerra em três dimensões. O surgimento das PGM (munições guiadas com precisão), se somou às doutrinas de ataque em profundidade e conferiu à guerra as seguintes características ideais:

- a) Ela cobre extensos teatros e é totalmente tridimensional.
- b) O tempo é de importância crucial, no sentido de ritmo – taxa relativa de atividade – e simultaneidade. A velocidade e combinação das armas no tempo e no espaço ultrapassam e sobrecarregam a capacidade de tomada de decisão do oponente.

- c) A inteligência é o elemento chave na aquisição de alvos e na manobra.
- d) O equipamento militar disponível pode engajar alvos de alto valor acuradamente através do espaço do inimigo, tanto separadamente quando sincronizadamente com contato no solo.
- e) Os comandantes podem ajustar a aplicação de poder de fogo para obter tipos específicos de efeitos.
- f) Sistemas de comando, controle e comunicações (C3) e estilos de comando que reúnam em um só as características acima podem romper a coesão e vontade do inimigo com conseqüências catastróficas.(BAILEY, 2001, p.133).

Uma discussão mais aprofundada sobre as conseqüências do surgimento das PGM nos levaria a ultrapassar os limites deste trabalho. Porém é necessário que façamos aqui algumas rápidas observações, procurando enxergar um pouco mais além do caráter de precisão espetacular que é aquilo que mais chama a atenção do publico. Nesse sentido é importante relembrar que a eficiência de um caça furtivo F-117 ou de um míssil cruiser depende de inteligência de qualidade superior. Antes que cada arma possa ser lançada, ou decole, é essencial saber, com extrema precisão quais são os alvos a serem atingidos e onde estão. A famosa imagem de um míssil cruiser destruindo um edifício entrando por uma janela de ventilação, significa a obtenção da imagem do edifício, a análise de inteligência do seu significado, sua localização precisa, e a obtenção detalhada da topografia do terreno na rota do míssil até seu alvo. Todo este conjunto de *dados* deve vir de algum lugar; e este lugar é o espaço exterior onde está o *satélite* que enviou estes dados.

Os satélites em órbita gozam de altitude e segurança. Como os aeroplanos, eles podem observar com grande precisão e, diferentemente dos aviões, eles não podem ser abatidos, ao menos por enquanto. Se os Estados Unidos não possuíssem os satélites militares sobre o Iraque (tanto em 1991 como em 2003) seus planejadores não conheceriam a estrutura da defesa aérea iraquiana, não poderiam tê-la analisado e não poderiam ter fornecido os dados de sua localização para as PGM destruí-la. Sem estes satélites, toda a estrutura de comando e controle das forças norte-americanas não teria os meios de comunicação para conduzir a campanha. Se os iraquianos tivessem os meios para incapacitar ou destruir o sistema de

satélites militares americanos, a maior parte da vantagem bélica da coalizão teria se dissipado. Assim, podemos dizer que pela primeira vez na história militar, na guerra do Golfo de 1991, o centro de gravidade de uma operação militar estava localizado fora da atmosfera terrestre. Para prevalecer sobre os Estados Unidos, um inimigo hipotético necessita ser capaz de anular as armas de precisão norte-americanas, o que significa portanto, destruir ou bloquear seus satélites.(FRIEDMAN,1996,p.304). A consequência disto é que o espaço exterior será o teatro de batalha decisivo do século XXI.

Concluindo, os padrões que podemos perceber nas Revoluções em Assuntos Militares (RMA) poderiam ser resumidos da seguinte forma:

Primeiramente, o fator tecnologia funciona acima de tudo como um catalisador. Pois estas revoluções têm seus limites; elas não mudaram no passado e não podem mudar, no futuro, a natureza inerente da guerra. A fricção, a incerteza e a confusão na condução da guerra não são aborrecimentos superficiais que o progresso técnico em geral e a tecnologia da informação em particular, possam remover. A guerra é inerentemente não linear. Ela é o choque violento de duas vontades vivas.

Em segundo lugar, as RMA surgem da evolução de soluções de problemas. Trata-se de encontrar as soluções para questões operacionais e táticas específicas, em um teatro de guerra específico contra um inimigo específico. As inovações com sucesso sempre são pensadas na sua aplicação contra um inimigo real, e não contra oponentes hipotéticos, ou seja, não há como isolar a solução dos problemas táticos e operacionais do contexto da política e dos objetivos estratégicos.

Em terceiro lugar, ocorrem dentro de um referencial de doutrinas e conceitos construídos em culturas de serviço militar que são profundamente realistas. Nos assuntos concernentes ao conflito, a compreensão de sua natureza caótica guia toda a experimentação e treinamento; as lições são aprendidas da experiência adquirida no combate e no exercício, e

sua assimilação só é possível através do planejamento cuidadoso das experimentações, da análise, da liberdade de discussão e disseminação do que foi aprendido.

Em quarto lugar, estas revoluções não são um substituto para a estratégia, mas apenas um meio operacional ou tático. Os fracassos das divisões *panzer* na URSS, e da alta tecnologia americana no Vietnã, são advertências contra a ilusão de que basta ter a liderança em tecnologia militar para obter liberdade em estratégia.

Em seguida veremos como esta revolução em assuntos militares, levada a efeito dentro das Forças Armadas dos Estados Unidos, se materializou na guerra do Golfo de 1991, sem afetar as características clausewitzianas daquele conflito e que o êxito norte-americano em 1991 contra as tropas de Saddam Hussein foi muito mais o êxito de conceitos e doutrinas do que o êxito da tecnologia americana. Pode ser argumentado que as tropas iraquianas, em 1991, não eram um inimigo à altura, mas não é no campo de batalha, na dura auditoria da guerra que a diferença entre o novo conceito e o antigo fica demonstrada?(KNOX E MURRAY,2001, p.192).

4.2.2 A Primeira Guerra Americana do Golfo Pérsico – 1991

A campanha que a coalizão de exércitos liderada pelos norte-americanos travou contra o Iraque em 1991 é um ótimo estudo de caso para verificarmos como os conceitos de Clausewitz ainda se aplicam à análise da guerra, e se eles continuam atuando mesmo no caso de um Exército que levou a cabo uma completa Revolução em Assuntos Militares. Com este propósito vamos em seguida fazer um rápido retrospecto analítico daquele conflito, uma vez que a Guerra do Golfo Pérsico de 1991 está bem documentada, e pode ser considerada como a primeira guerra norte-americana do Golfo. Como sabemos a este conflito se seguiu a Guerra do Iraque de 2003, ou seja, a volta das tropas dos Estados Unidos para terminarem a tarefa que haviam deixado inconclusa em 1991.

Em 2003, doze anos após o final da guerra travada pela coalizão liderada pelos norte-americanos contra o Iraque, ainda permanecia a questão sobre seu desfecho: por que a ditadura de Saddam Hussein permaneceu no poder? Responder esta questão é, ao mesmo tempo, examinar a lógica dos eventos militares daquele conflito, compreender as origens do subsequente conflito de 2003 e lançar alguma luz sobre as modificações conjunturais da política internacional que caracterizam o início do século XXI.

Uma outra questão, paralela a esta primeira, é saber se naquela ocasião ocorreu algum fato que poderia ter levado à queda do regime de Saddam Hussein, e que não foi levado em conta pela estratégia americana. Sabemos que sim, pois a sublevação xiita no sul do Iraque acompanhada pela sublevação curda ao norte poderiam ter comprometido seriamente a estabilidade da ditadura, mas fracassaram pois ao regime iraquiano haviam restado os meios para sufocá-las. A natureza da estratégia norte-americana possibilitou ao regime uma sobrevida de doze anos.

A sensação de que alguma coisa não havia saído como se esperava já era evidente no momento mesmo em que as hostilidades cessaram:

Dois dias depois que ele [o Presidente Bush] anunciou o cessar-fogo, um interrogador atento em uma conferência de imprensa na Casa Branca colocou o assunto para o presidente.

“Eu estou espantado por vê-lo tão sombrio. E estava imaginando, estes não são grandes dias?” Perguntou o repórter.

Bush respondeu, “Você sabe, para ser bem honesto com você, eu ainda não senti esta sensação de maravilhosa euforia que muitas pessoas do povo americano estão sentindo. Estou começando a sentir. Eu estou me sentindo muito melhor hoje do que me sentia ontem. Mas penso que gostaria de ver um final. Você mencionou a Segunda Guerra Mundial – houve um fim definitivo naquele conflito. E agora nós temos Saddam Hussein ainda lá – o homem que provocou toda esta destruição sobre seus vizinhos.”

Esta era uma confissão surpreendentemente sincera. A guerra dos generais, triunfante como foi, não tinha sido tão decisiva, afinal.(GORDON E TRAINOR,1995, p.xv).

A primeira guerra americana do Golfo Pérsico (1991) foi uma guerra limitada, para usar a conceituação de Clausewitz. Seu objetivo político ditou o plano de guerra, os objetivos estratégicos e seu plano operacional que não incluía, naquela época, a remoção do regime iraquiano. Seu final não foi definitivo porque seu objetivo político limitava seu objetivo estratégico. Nas circunstâncias da época, apesar do processo de desmoronamento do bloco de países do “socialismo real” já estar bem avançado, a União Soviética ainda existia e sua mera existência, ainda que combatida, ditava a lógica das limitações de ação para os norte-americanos. Não podemos nos esquecer que, em 1990, a primeira de uma série de grandes crises financeiras havia abalado a dinâmica do crescimento capitalista, e o apoio árabe a uma presença militar norte-americana permanente no mundo árabe não era uma unanimidade. Por fim, a ação norte-americana tinha que se caracterizar como a de uma “guerra justa”, o que implicava que a ação militar deveria se revestir de uma certa aprovação jurídica. Porém, as resoluções do Conselho de Segurança da ONU que lhe conferiam este “status” autorizavam tão somente a remoção das tropas iraquianas do Kuwait, mas não conferiam a legitimação para uma invasão do Iraque.

No entanto, do ponto de vista dos generais que a planejaram, a guerra cumpriu seus objetivos. O que estava em jogo ali, segundo uma perspectiva militar, era testar no campo de batalha a capacidade do “novo” Exército americano, que teria a sua primeira grande oportunidade desde que havia se retirado do Vietnã. O conflito lhes forneceu a oportunidade de testar, simultaneamente, tudo aquilo em que vinham se empenhando desde 1973: o treinamento e o moral da força, as novas tecnologias e armamentos e o conceito de uma campanha conduzida até mesmo no seu nível tático por um Estado-maior conjunto das três armas. Acima de tudo, estaria à prova a capacidade do Exército americano em entrar em um teatro de operações, em um outro país, alcançar uma decisão rapidamente e com um número mínimo de baixas e de lá sair sem se emaranhar numa guerra de atrito. Ou seja, a guerra americana do Golfo de 1991 haveria de ser a catarse da derrota no Vietnã. Ainda assim, como veremos resumidamente, o campo de batalha reservava algumas surpresas para seus planejadores.

Mesmo hoje, é difícil fazer-se, uma análise documentada sobre as motivações iraquianas naquela época. Em retrospectiva, é surpreendente perceber-se que, ainda em setembro de 1989 a administração Bush fazia acenos amistosos ao regime de Bagdá (GORDON E TRAINOR, 1995, p.13) e após um ano, Saddam Hussein havia passado a ser seu principal alvo na região, e isto serve para exemplificar como a situação política internacional entre 1989 a 1992 se modificou rápida e radicalmente. Existe a hipótese de que o objetivo iraquiano teria sido, inicialmente, também um objetivo taticamente limitado, porém audacioso politicamente; tratar-se-ia de tomar os ricos campos petrolíferos que estão ao sul de sua fronteira, em território do Kuwait, e obter uma posição forte para barganhar uma retirada proveitosa, após os kuwaitianos haverem pagado alguns bilhões de dólares a título de reparações financeiras relativas às suas demandas, antigas naquela época de cerca de 30 anos, contra este país. Podemos supor que Saddam Hussein, tendo fracassado na missão que lhe

havia sido confiada pelo mundo capitalista ocidental (e pela União Soviética também) em esmagar o fundamentalismo xiita do Irã por meio da guerra viu, além disso, a economia iraquiana pressionada por uma enorme dívida externa. Para o regime iraquiano uma posição secundária no Oriente Médio estava fora de cogitação e resolveu jogar todo seu cacife numa aposta alta.

O fato é que as tropas da Guarda Republicana ocuparam todo o território do Kuwait, inclusive a capital, e lá permanecendo, após o Conselho de Segurança da ONU votar e aprovar as resoluções 660 (1990) e 678 (1990) que ordenavam sua retirada, designaram qual seria o teatro operacional da guerra. Desde o principio, o Iraque teria que travar uma campanha defensiva em uma guerra em que tinha se posicionado estrategicamente na ofensiva; pois uma eventual vitória lhe conferiria uma hegemonia regional e isto dependia de, por alguma forma, conseguir fazer atolar o dispositivo bélico norte-americano em outro pesadelo de terceiro-mundo e/ou lançar a opinião pública mundial contra os norte-americanos.

O conflito de 1991 pode ser tomado, do seu início ao seu final, como um caso exemplar de má percepção, por parte do governo norte-americano, nas duas formas em que a má percepção pode ocorrer no trabalho de coleta e de análise de dados de inteligência (LEVY, 1983). Os analistas da Casa Branca e do Pentágono, assim como os comandantes militares, falharam em avaliar corretamente tanto a *capacidade* quanto as *intenções* dos iraquianos, antes, durante e após a guerra. Falharam em antecipar as intenções de Saddam Hussein em invadir o Kuwait; pois somente quando as Forças Armadas iraquianas já estavam se agrupando em massa na fronteira entre os dois países, foi que tomaram conhecimento de que a invasão era iminente, através da análise de fotografias de satélite. Mesmo assim, na véspera da invasão, no dia 1º. de agosto de 1990 o Escritório Nacional de Inteligência para o Oriente Próximo (da Central Intelligence Agency – CIA), em um relatório feito em nome de toda a comunidade de inteligência, dizia que a invasão era uma possibilidade concreta, mas que um

grande ataque para tomar todo o Kuwait era improvável. Diziam que tudo indicava um ataque limitado, para tomar os campos petrolíferos de Rumaila e/ou as ilhas do Kuwait, de forma a ter com o que chantagear na mesa de negociações.(GORDON E TRAINOR,1995, p.25).

Diante da invasão, como se sabe, o General Colin Powell, que então ocupava o posto de Chefe do Estado-maior Conjunto das forças armadas norte-americanas, quando foi chamado a desenhar o plano estratégico da campanha, formulou o que veio a ser conhecido como a “doutrina Powell”. As Forças Armadas, desta vez, iriam aplicar as lições aprendidas no Vietnã. Não haveria uma “escalada”, ou meio-termos, a campanha deveria usar recursos maciços para sobrepujar em número as tropas iraquianas; iriam entrar rapidamente no teatro de operações com toda a força, destruir o inimigo e se retirar tão rápido quanto haviam entrado. Não haveria, em nenhuma hipótese, um outro atoleiro produzido por uma guerra de atrito.

Sinteticamente, o plano de guerra contemplava uma fase inicial de bombardeamento aéreo e, em seguida, uma fase terrestre. A execução da campanha e seu comando ficaram ao cargo do comandante do CENTCOM (Central Command), general H. Norman Schwarzkopf. O CENTCOM era (e ainda continua sendo) o organismo militar norte-americano encarregado da área do Oriente Médio (exceto Israel, Líbano e Síria, que ficam na área do Comando Europeu). Ao general Schwarzkopf ficariam submetidos os comandantes da Força Aérea, Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais responsáveis por suas unidades na área, de maneira a criar uma entidade operacional única, travando uma guerra de comando conjunto (joint staff) e não uma campanha onde cada força tivesse liberdade para fazer a “sua” guerra em particular.

O plano de ataque aéreo aprovado recebeu o nome de “Instant Thunder”, o que era uma referência à campanha aérea no Vietnã, na época do então presidente Lyndon Johnson, que tinha sido nomeada de “Rolling Thunder”. A referência era no sentido de traçar a

diferença, pois a campanha aérea contra o Vietnã do Norte e contra as forças da Frente de Libertação do Vietnã do Sul (“vietcong”) era o exemplo da ineficiência da guerra aérea. Sujeita aos percalços da política doméstica dos EUA, enfrentado a forte oposição ao envolvimento no Sudeste Asiático, a operação “Rolling Thunder” durou de fevereiro de 1965 até outubro de 1969, com diversas interrupções e constantes mudanças de objetivos. No final, fracassou em fazer o Vietnã do Norte abandonar a guerra. A campanha aérea contra o Iraque seria completamente diferente; sua concepção objetivava atacar diretamente o centro de gravidade político do inimigo e não, principalmente ou exclusivamente, suas Forças Armadas no ponto de engajamento com as forças terrestres. O regime de Saddam Hussein seria atacado em seus centros de decisão, comando e controle; fossem estes locais palácios administrativos, instalações militares, centrais de telecomunicações, instalações de geração de energia, ou até mesmo estátuas do líder iraquiano. Estes ataques seriam feitos com munições guiadas com precisão (PGM) e não mais usando a velha técnica de bombardeio por “tapete de bombas” da Segunda Guerra Mundial. O efeito a ser buscado logo no início das operações era decapitar o alto comando iraquiano, ou tornar impossível para ele os meios de comando e controle das operações, ainda que as forças iraquianas estivessem intactas. Uma vez obtida a superioridade aérea, através da destruição do sofisticado sistema iraquiano de controle do espaço aéreo, a Força Aérea e a aviação embarcada da Marinha, se empenhariam em martelar as forças iraquianas estacionadas no Kuwait.

O plano inicial da campanha para o ataque terrestre foi rejeitado pelo então Secretário da Defesa, Dick Cheney, por ser óbvio demais. Ele previa apenas um Corpo de Exército, saindo do território da Arábia Saudita e atravessando a fronteira sul do Kuwait, para um assalto frontal às tropas iraquianas e apoiado por um desembarque anfíbio dos Fuzileiros Navais. Apesar dos esforços de Colin Powell para fazer desta campanha uma operação conjunta de todas as armas, ele não conseguiu convencer os oficiais do Corpo de Fuzileiros

Navais a aceitarem um papel apenas coadjuvante e entregar o esforço principal ao Exército. No final, o plano aprovado concedia aos “mariners” um papel decisivo: a Primeira e a Segunda Divisão de Infantaria dos Fuzileiros Navais iriam iniciar o ataque por terra, avançando em direção norte, em um assalto frontal para a tomada da capital, Kuwait City. Seriam apoiados por tropas dos países árabes participantes da coalizão e também por tropas do Exército; mas o êxito da operação dependeria deles sustentarem o confronto. A idéia era fazer com que os iraquianos julgassem ser este o ataque principal e engajassem o combate; no entanto, o verdadeiro ataque principal estaria sendo feito pelo Exército, deslocando o Décimo Oitavo e Sétimo Corpos, num total de 8 divisões e 2 regimentos, entre blindados e infantaria. Esta força maciça sairia do território da Arábia Saudita, porém muito ao oeste do ponto onde os planejadores iraquianos poderiam possivelmente estar esperando o ataque; não na fronteira do Kuwait com o Iraque, mas na fronteira do Iraque com os sauditas. Isto significava que estes dois Corpos de Exército iriam, resumidamente, avançar em direção norte e depois virar em direção leste, entrando no território do Kuwait pelo norte, a partir de território do próprio Iraque. Simplificando: para usar uma imagem de uma luta de boxe, os norte-americanos planejaram usar os Fuzileiros Navais como se fosse o punho direito, fazendo um ataque diversionista para manter as tropas iraquianas no lugar, enquanto que o ataque principal estava vindo através de um poderoso “gancho de esquerda”.

A suposição básica de todo este plano era que as forças do Exército regular iraquiano, apoiadas pelas tropas blindadas de elite da Guarda Republicana, iriam defender suas posições opondo uma feroz resistência. A primeira estimativa de perdas norte-americanas, feita pelos planejadores do Estado-maior, era de 10 mil baixas, sendo que 1.500 seriam de mortes em ação (GORDON E TRAINOR, 1995, p.132). Como veremos, esta era uma suposição falsa, produto de uma análise de inteligência ruim e de uma má percepção sobre o moral e capacidade das tropas iraquianas.

A data limite estipulada pelo Conselho de Segurança da ONU para a retirada das tropas do Iraque do território kwaitiano expirava no dia 15 de Janeiro de 1991. Os ataques da campanha aérea se iniciaram no dia 17 de Janeiro e marcaram a entrada em ação dos mais sofisticados dispositivos eletrônicos disponíveis no arsenal das forças da coalizão, para a aquisição de alvos e guiamento de artefatos. Além da destruição seletiva de alvos da administração e infraestrutura civil e militar iraquiana, a tropa de elite da Guarda Republicana foi pesadamente martelada. Para os militares norte-americanos, o objetivo das operações dentro do território do Kuwait consistia na destruição desta tropa de elite, corretamente avaliada como sendo o centro de gravidade do dispositivo militar de Saddam Hussein e a espinha dorsal do seu regime. As operações terrestres não se iniciariam até que o comando americano tivesse certeza de que esta força estivesse seriamente comprometida pelos ataques aéreos, além do que as dificuldades de arranjo logístico para os aproximadamente 500 mil homens que haviam levado ao Golfo Pérsico, retardavam as operações por terra.

A campanha aérea se desenvolvia quando, no dia 29 de janeiro de 1991, o Exército iraquiano lançou um ataque na direção sul, procurando o combate com as tropas da coalizão estacionadas ao longo da fronteira da Arábia Saudita com o Kuwait e que aguardavam o momento de se lançarem ao assalto.

O ataque feito por duas divisões mecanizadas e uma divisão blindada foi comandado por um dos mais capazes oficiais iraquianos. No ponto culminante do ataque, as forças iraquianas conseguiram irromper pela fronteira e engajar o combate com as tropas da coalizão, na localidade de Khafji, próxima ao litoral saudita, e talvez este tenha sido um momento decisivo para o que se seguiu depois.

O objetivo do ataque era tanto tático como estratégico. Os iraquianos estavam convencidos que os americanos não suportariam baixas pesadas, e todas suas esperanças se centravam em levar a guerra a um empate no campo de batalha, no qual os americanos

perdessem muitos soldados. Isto deveria levantar a oposição política à guerra dentro dos Estados Unidos. Porém, depois de duas semanas de ataques aéreos e sem ação no solo, os iraquianos estavam levando golpes sem poder retaliar, e para sua estratégia funcionar precisavam que a guerra no solo se iniciasse rapidamente. Se o Exército americano não marchava ao norte para o ataque, o Exército iraquiano marcharia ao sul para fazê-los lutar. Uma vez que a ofensiva tivesse lançado a coalizão numa guerra terrestre, os iraquianos poderiam retirar-se para trás de suas linhas de defesa, atraindo os americanos e destroçá-los.

Não é necessário aqui entrar nos detalhes do combate que se seguiu; é suficiente dizer que a operação iraquiana foi um fracasso tanto de sua capacidade de coordenar e manobrar três divisões, quanto de sua disposição para enfrentar o contra-ataque aéreo e terrestre. Na verdade, em cada engajamento ocorrido, a cada vez que um blindado iraquiano era destruído, os outros que o acompanhavam procuravam fugir. No final da batalha, as forças sauditas e do Qatar tinham sofrido 10 mortos e 45 feridos. Um aparelho americano AC-130H de ataque ao solo foi abatido, matando sua tripulação de 14 homens. Porém, as perdas iraquianas eram devastadoras: numa das poucas contagens de corpos da guerra, os americanos contaram cerca de 100 iraquianos mortos na cidade de Khafji, assim como 90 tanques e veículos blindados de transporte de tropas. De acordo com uma comunicação interceptada em 31 de janeiro, os iraquianos falavam de 2.000 baixas e 300 veículos destruídos. (GORDON E TRAINOR, 1995, p.287).

Desta forma havia ficado claro para o comando iraquiano que a conduta que haviam usado na guerra contra o Irã, não iria funcionar contra a coalizão. O plano iraquiano para a defesa do Kuwait exigia a combinação de uma defesa móvel e estática, feita por linhas de infantaria entrincheirada, campos minados, e de arame farpado, mas usados em conjunto com os blindados. Mas, para isto ser executado, era necessário que os blindados se movimentassem com liberdade rapidamente para dentro e para fora do campo de batalha,

recebendo proteção aérea quando fosse necessário. A tentativa em Khafji demonstrou que as forças norte-americanas tinham total domínio do espaço aéreo e além disto, um tipo de armamento que era cem por cento eficaz e letal.

Por outro lado, para os soldados americanos que se envolveram no combate em Khafji, principalmente para os “mariners”, havia ficado claro que os iraquianos não eram um adversário à altura. Não tinham capacidade operacional e não estavam dispostos a resistir em defesa do território que haviam ocupado no Kuwait.

Apesar de caracterizada na época como uma escaramuça sem importância, o choque de dois dias foi o momento decisivo da guerra. A falha de Schwarkopf em compreender o significado de Khafji foi uma das maiores desatenções do general. Seu plano nunca foi revisado para levar em conta as lições da batalha e esta omissão contribuiu poderosamente para a Guarda Republicana escapar quando a ofensiva dos aliados foi lançada depois de mais de três semanas.(GORDON E TRAINOR,1995, p.268).

Por sua vez, o CENTCOM nunca reconheceu a enormidade da derrota iraquiana em Khafji. O comando não percebeu que se tratava de uma grande operação, bem planejada, envolvendo duas divisões pesadas, designada a humilhar o Exército saudita, fazer os americanos sangrarem e iniciar a guerra no solo (GORDON E TRAINOR,1995, p.288). Foi um episódio de má percepção pois ali estava a oportunidade para o comando norte-americano compreender que o exército iraquiano não tinha a capacidade de resistir ao dispositivo bélico que contra ele havia sido colocado. O moral iraquiano estava seriamente afetado pelos contínuos bombardeios e como consequência lógica, a intenção de resistir ao ataque terrestre americano que se anunciava também estava comprometida.

No dia 24 de fevereiro de 1991, finalmente o CENTCOM deu a ordem para o ataque por terra. A expectativa básica do plano estratégico americano não se cumpriu. Ao contrário de um inimigo disposto a vender caro cada palmo de terreno a ser conquistado, o que se presenciou foi uma debandada das tropas de Saddam Hussein para dentro do território iraquiano. Quando a “pinça” direita do ataque, constituída por duas divisões dos Fuzileiros

Navais, reforçada com um regimento do Exército, lançou seu assalto, as unidades da Guarda Republicana começaram a se movimentar em direção do Iraque. O resultado foi um desacerto no “timing” das operações planejadas pelos norte-americanos. Quando a “pinça” esquerda – que era o grosso das forças americanas – completou seu giro de mais de 350 km, através de território iraquiano, para fechar o cerco sobre a Guarda Republicana, já era tarde demais. Em uma fuga desabalada as unidades de elite do regime iraquiano haviam conseguido escapar, para seus santuários, com cerca de 70 por cento do seu equipamento e efetivos.

O centro de gravidade do regime estava a salvo.

Ao invés de fixar os iraquianos no lugar, o ataque dos Fuzileiros Navais os havia arrancado do Kuwait, solapando o plano de ataque do Exército. Mas, ainda não era tudo; Schwarzkopf foi chamado por Colin Powell, que lhe comunicou a intenção da Casa Branca em impor um cessar-fogo no dia seguinte, dia 28 de fevereiro, às 05:00HS do Golfo, pois a situação estava ficando insustentável em Washington, numa referência às reportagens sobre o que poderia estar ocorrendo, ou teria ocorrido, na rodovia que sai da capital do Kuwait em direção ao Iraque.

O noticiário, ilustrado com fotos tomadas no local, dava conta de que as forças iraquianas estavam em fuga desesperada e sendo alvejadas pelas costas pelos helicópteros e tanques americanos, numa prática que mais se assemelhava ao “tiro ao pato sentado” do que a uma batalha. A rodovia estava sendo chamada de “a estrada da morte”. Mais de dez anos após o conflito, é difícil se avaliar o número de baixas iraquianas. Durante algum tempo se estimou que mais de 100 mil soldados teriam sido mortos durante a guerra, o que agora parece ter sido um número exagerado. As cifras mais confiáveis estariam ao redor de 20.000 militares iraquianos mortos e cerca de 2.500 civis. De qualquer forma, o mal estar em Washington fez apressar o final das operações.

A decisão final de Washington foi de encerrar as operações terrestres quando elas estivessem completando 100 horas de duração. Isto daria um bom efeito de propaganda militar, pois os Estados Unidos estariam terminando, vitoriosos, um grande conflito terrestre do tipo convencional em 5 dias, batendo o recorde dos israelenses da Guerra dos Seis Dias (Junho de 1967), considerado até então o mais brilhante exemplo, após a Segunda Guerra Mundial, de uma campanha fulminante usando forças terrestres. A doutrina Powell teria sido coberta de êxito, tendo possibilitado a vitória e um rápido desengajamento com um número mínimo de baixas (cerca de 260, no total) e não poderiam ser acusados pela opinião dos países árabes e mundial de estar massacrando um exército islâmico já derrotado. Por outro lado, é certo que a memória de uma guerra de 100 horas tinha um significado amargo na memória do mundo árabe, pois remetia à lembrança da agressão levada adiante, numa campanha de 100 horas, pela Inglaterra, França e Israel em 1956 para ocupar o Canal de Suez e derrubar o governo do Presidente Nasser, do Egito. (GORDON E TRAINOR, 1995, p.424).

A ordem de cessar-fogo foi recebida com espanto pelos comandantes americanos que estavam no campo de batalha, pois as forças aerotransportadas e o Exército haviam penetrado profundamente no território iraquiano, e estavam se posicionando às portas de Basra para fechar as vias de fuga da Guarda Republicana que tinham escapado do Kuwait. Estes comandantes também sabiam que uma revolta contra o regime começava a tomar forma nesta cidade, e estariam em posição de impedir a Guarda Republicana de tentar sufocá-la. Mas, como a lógica da guerra obedecia à lógica da política, nada podiam fazer senão suspender as operações.

No que interessa a nosso trabalho, em termos de uma análise clausewitziana, o sucesso das forças norte-americanas contra as forças morais e materiais dos iraquianos havia levado o *ataque* a seu ponto culminante antes que a campanha atingisse o *ponto culminante da vitória*. Como dissemos, o regime de Saddam Hussein tinha sido compelido a travar uma

guerra politicamente ofensiva, pois buscava a hegemonia regional, e estava ciente de que somente a conduzindo em sua forma mais forte – a campanha defensiva – é que teria alguma chance de se equiparar à superioridade material americana. Para isto, no entanto, era necessário que mobilizasse forças morais ainda maiores que as forças morais norte-americanas, para, que na composição com os recursos de que dispunha, conseguisse se contrapor ao ataque americano até que este se exaurisse. Não parece ser verdade, no entanto, que o equipamento bélico em poder dos iraquianos fosse, na época, espetacularmente inferior ao dos norte-americanos; a este respeito os soviéticos procuraram esclarecer seu ponto de vista logo que o conflito se encerrou. Pode ser considerada uma “boutade”, mas de certa forma, o general Schwarzkopf colocou-se de acordo com os soviéticos quando afirmou que os americanos poderiam ter trocado de equipamento com os iraquianos e venceriam a guerra da mesma forma (SCALES JR, 1997, p.37).

O importante é notar que a batalha de Khafji exemplifica bem o que são as incertezas no campo de batalha e a complexidade que envolve todo o assunto da guerra. Aquela ofensiva iraquiana tinha sido derrotada, além do baixo moral de suas tropas, pelo alto grau de precisão do fogo norte-americano, mas estes não souberam compreender o seu significado. Se o tivessem feito, teriam percebido que as forças iraquianas não dispunham de recursos materiais, e muito menos ainda dos recursos morais para sustentar a campanha defensiva a que se propunham, e o mais provável era que, quando a ofensiva terrestre fosse lançada, o dispositivo militar que o Iraque havia deslocado para o Kuwait ia desmoronar. Para o regime iraquiano e para a Guarda Republicana, as opções eram encarar a batalha e o aniquilamento, ou tentar a fuga antes da catástrofe. Os norte-americanos mantiveram-se apegados à crença de que estavam enfrentando um inimigo endurecido e disposto a travar uma árdua batalha defensiva; não modificaram, à luz daqueles fatos, o seu plano operacional e perderam a

chance de destruir o centro de gravidade do governo de Saddam Hussein, sem violar o mandato que a ONU lhes conferiu e que limitava a sua ação ao território do Kuwait.

Mais do que as resoluções do Conselho de Segurança, o contexto político mundial daquele momento limitava o objetivo estratégico norte-americano e a Guerra do Golfo de 1991 havia sido uma guerra limitada, ainda que vitoriosa. Seriam necessários mais doze anos para que este contexto político se modificasse e, uma vez retirados estes fatores limitantes, as forças armadas norte-americanas retornassem ao mesmo campo de batalha para uma guerra de derrubada.

4.3 A Nova Guerra

Uma vez terminada a Guerra do Golfo, logo no início da década de 1990, concomitantemente com a dissolução da URSS, com a guerra civil da Bósnia-Herzegovina e com a maré montante da “globalização”, a literatura especializada em assuntos militares, além das análises sobre RMA (Revolução em Assuntos Militares), também registrou o surgimento de muitas obras relacionadas ao aparecimento de um novo tipo de guerra. Muitas vezes não ficava muito claro qual o terreno da discussão, se esta se girava ao redor dos aspectos tecnológicos e institucionais das RMAs, conforme tentamos expor em capítulo anterior, ou se o seu foco se estabelecia em outra classe de fenômenos.

Os acontecimentos do 11 de Setembro, e a subsequente campanha do Afeganistão adicionaram novos elementos ao debate. Qual seria o papel das forças armadas neste novo tipo de conflito? Aqui vamos tentar fazer uma análise a respeito deste “novo tipo de guerra”, nos limitando a examinar apenas alguns dos seus autores mais importantes pois a quantidade de artigos e livros a respeito é enorme, como qualquer revisão bibliográfica rápida pode demonstrar. Uma vez que já examinamos, no caso do Exército norte-americano e sua campanha de 1991, como os ensinamentos de Clausewitz atuam em meio a uma RMA, pretendemos aqui examinar em que medida estes paradigmas são, supostamente, afetados por esta “nova guerra”.

Resumidamente, a literatura a respeito tomou três vertentes; a primeira destacava a importância da informatização do campo de batalha e tratava este fato com títulos como “a guerra tecnológica”, “o batalhão digital”, “o exército pós-moderno”, etc. Uma segunda orientação punha em relevo aspectos culturais (como já examinamos) dos conflitos, sendo o caso mais destacado o de Samuel Huntington e sua teoria sobre o “choque de civilizações” e as “guerras de linha de fratura” daí decorrentes. Uma terceira orientação assinalava a

diminuição da importância do exército convencional nas guerras da passagem de século e no tipo de conflitos que ocorreram em “países falidos”, como nas guerras na região dos Bálcãs e no Afeganistão. Muitas vezes estas três vertentes de análise se entrecruzavam, misturando o impacto da informatização dos armamentos com as motivações de luta das unidades paramilitares, em conflitos étnicos, e esta mistura foi e ainda é chamada de conflito “não-clausewitziano”. Representativas desta postulação são as obras de Martin van Creveld, *The Transformation of War*, e de Mary Kaldor, *New and Old Wars*²¹. A seguir iremos centrar a nossa análise, em boa parte, sobre estes autores, pois são exemplos de uma certa maneira ainda corrente de se interpretar o que vem a ser esta nova guerra, tanto na literatura especializada quanto na mídia.

O argumento central, tanto para van Creveld como Kaldor, é que a reflexão de Clausewitz sobre a guerra está superada. Esta obsolescência se daria em dois aspectos: o primeiro, a guerra não seria mais um fenômeno da política interestatal e tenderia, cada vez mais, a ser um fenômeno que ocorre sem o controle do Estado, ou apesar do controle estatal. O segundo, a guerra do século XXI, em sua própria dinâmica interna também não refletiria mais a trindade de forças que Clausewitz postulou em *Da Guerra*, em virtude seja do surgimento de novas realidades tecnológicas no campo de batalha, seja porque as “novas guerras” não são mais travadas por um Povo, um Exército e um Governo, que estes autores supõem que seja a referida trindade.

Em seguida, propomos examinar em detalhe os argumentos apresentados, mas vamos também declarar imediatamente o nosso enfoque sobre a questão. Partimos do pressuposto (evidentemente um pressuposto clausewitziano) que cada guerra deve ser compreendida dentro do seu contexto histórico,

²¹ Ver Bibliografia

Cada período histórico deveria se ater a sua própria teoria da guerra, mesmo que a exigência de trabalhar as coisas cientificamente tivesse sempre e universalmente existido. Segue-se que os eventos de uma época devem ser julgados a luz de suas próprias peculiaridades. (CLAUSEWITZ, 1984, p.593).

Isso nada mais é do que a boa prática metodológica, em ciências humanas, de se referenciar cada evento social dentro do contexto histórico mais amplo em que este ocorre. A consequência imediata – e vamos com isto nos livrar de uma vez de qualquer postura “positiva” ou “técnica” – é a politização da abordagem. O Século XX, o “Breve Século XX”, na designação de Eric Hobsbawm (HOBSBAWN, 1995, p.22), foi “o século mais assassino de que temos registro” e segundo a periodização que este autor estabeleceu, este século terminou em um período de “desmoronamento”:

A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. E, no entanto, até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era de Ouro haviam desmoronado irrecuperavelmente. A natureza global da crise não foi reconhecida e muito menos admitida nas regiões não comunistas desenvolvidas, até depois que uma das partes do mundo – a URSS e a Europa Oriental do “socialismo real” – desabou inteiramente. (HOBSBAWN, 1995, p. 393).

Mary Kaldor nos diz que alguns autores designam estas guerras de “guerras informais”, outros de “guerras degeneradas”, outros ainda, conforme já referimos, de “guerras pós-modernas” (KALDOR, 2001, p.2). Não precisamos adicionar mais uma designação a esta lista; o importante é que tenhamos em mente que estas guerras pertencem ao período histórico do desmoronamento da ordem internacional constituída a partir de 1945 e da consolidação dos Estados Unidos como potência militar hegemônica, em meio a uma enorme crise estrutural do sistema capitalista. Se pretendermos fazer alguma elaboração teórica sobre a guerra na passagem do século XX para o XXI, teremos então, que nos balizar por esta dupla característica do período, ou seja, um momento de desmoronamento de vasta extensão das estruturas políticas nacionais e interestatais que estavam em vigor há quase meio século e do surgimento de uma única entidade estatal hegemônica entre os Estados capitalistas, com a ressalva de que este fato não é capaz de, por si só, resolver a mais recente crise cíclica do capital.

Não está no escopo deste trabalho fazer uma descrição detalhada e, muito menos, uma análise abrangente que exponha as determinações político-econômicas acerca deste “mundo que perdeu suas referências e mergulhou para a instabilidade e a crise”. O colapso das expectativas de crescimento econômico significativo para boa parte dos países que formavam o Terceiro Mundo; o grande aumento na discrepância da distribuição de rendas, tanto entre países, quanto internamente a eles; o fracasso dos programas de reforma neoliberal para as sociedades dos países que pertenciam ao bloco do “socialismo real”; o caos societário que se instalou nos países do continente africano, com especial destaque para a África Ocidental; os repetidos surtos especulativos do capitalismo de cassino centrado no dólar norte-americano e as recorrentes crises de financiamento do balanço de pagamentos dos países dependentes desta moeda; o colapso da gigantesca “bolha especulativa” de meados dos anos 1990; a deflação e a estagnação econômica norte-americana e japonesa e por fim, o terrorismo e o aumento espetacular do banditismo urbano, compõem o contexto histórico de crise geral do capitalismo onde as “novas guerras” ocorrem.

Mais importante, ainda, é que em algumas regiões do mundo, inclusive no continente europeu, esta crise de “desmoronamento” traduziu-se por um efetivo colapso das instituições do Estado e governo. Os casos da ex-Iugoslávia socialista e do Afeganistão após a retirada soviética são exemplares porém não são únicos.

Em outras regiões do mundo, as estruturas do Estado não chegaram a sua completa ruína; porém, as conseqüências das políticas neoliberais de governo se somaram à corrupção e à ineficiência para facilitar o aparecimento de verdadeiras “zonas liberadas”, aonde a criminalidade se instalou com firmeza. Não deixa de ser surpreendente o aparecimento, no coração de grandes centros urbanos, de áreas onde o Estado quase deixa de existir ou poder atuar, tendo que ceder seu espaço de legitimidade para um outro tipo de autoridade, depois de ser confrontado pelas armas. Não era a possibilidade de instalação de uma “zona liberada”,

por um foco guerrilheiro, o pior pesadelo das ditaduras militares dos anos 1970? Que algo semelhante tenha praticamente se estabilizado, não no Araguaia, mas no coração do Rio de Janeiro; e não como o embrião idealizado de uma “sociedade do futuro”, mas como o recurso sem esperanças daqueles que não tem futuro algum, é a boa medida da crise geral do capitalismo, conforme ela se manifesta na realidade brasileira.

Vamos fazer, em seguida, um breve resumo sobre quais seriam, então, as qualidades distintivas deste novo tipo de guerra.

As “novas guerras” parecem envolver um esmaecimento da distinção entre o que seja:

- a guerra: considerada como a violência entre Estados, ou entre grupos organizados, levada a efeito por motivos políticos;

- o crime organizado: a violência levada adiante por grupos privados organizados, geralmente com o propósito de auferir ganho de maneira criminoso;

- a violência em grande escala: a violência exercida por Estados, ou por grupos políticos organizados, contra um conjunto grande de indivíduos, geralmente uma população civil desarmada;

Este esmaecimento das distinções entre o que seja a operação militar convencional, a ação de grupos criminosos e a violência genocida faz com que toda a ação bélica transcorra num clima caótico, onde os atores mudam seguidamente de papéis e as definições de conduta ética no campo de batalha se tornam contraditórias e instáveis.

Muitas vezes este tipo de conflito tem sido designado como “Conflitos de Baixa Intensidade” (LIC = Low Intensity Conflict), um termo cunhado pelos militares norte-americanos durante o período da Guerra Fria, para designar as lutas contra as forças guerrilheiras dos diversos movimentos de libertação nacional dos países de Terceiro Mundo. Também podia significar as atividades de contra-insurgência. Como este termo implicava,

obviamente, operações de repressão política, seu uso foi gradualmente abandonado e o uso do acrônimo se generalizou entre diversos autores, mas é importante manter clara a sua origem, para evitar certa tentativa comum na literatura especializada, de torná-lo asséptico politicamente

As “novas guerras” parecem ocorrer, então, em meio ao caos social, em áreas às vezes difíceis de se delimitar geograficamente, pois tanto podem estar em meio a uma selva tropical, como em uma cidade histórica da Europa. O caos político e social, a violência, as elites corruptas, o genocídio, o ódio étnico manipulado, tanto produzem o conflito, como são produzidos por ele, e talvez nisto não exista novidade. A novidade pode estar na união da mais avançada tecnologia científica com o pior regresso à barbárie, e a este tema voltaremos.

Por outro lado, ainda que a Guerra Fria (1947-1991) tenha terminado, algumas das entidades ou organismos interestatais que foram seus atores principais não desapareceram com ela, e constituem uma estrutura das relações internacionais que, de certa forma, normatiza o tipo de relação entre Estados. A OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), a Organização Mundial do Comércio, a União Européia, o grupo de países reunidos no G-7, e a própria ONU formam um cenário das relações interestatais no qual o conflito armado para resolver as questões entre interesses capitalistas divergentes parece ser improvável. Este núcleo central do mundo capitalista mais rico seria um mundo organizado e cosmopolita, reino da convivência civilizada e pacífica, onde a guerra típica da era do Tratado de Westfália, sobre a qual Clausewitz escreveu, não teria mais chance de ocorrer.

Nesse quadro, não é exatamente uma novidade a declaração de que Clausewitz está superado. Christian Bassford chamou isto de “a tradição de se jogar Clausewitz no lixo” (BASSFORD,1994), que parece ser venerável entre os autores do gênero, pois como já vimos no capítulo sobre as teorias clássicas da guerra, vem desde a época de Jomini. No atual momento, um dos argumentos contra Clausewitz se fundamenta, entre outras coisas, na

questão da *função* da guerra interestatal, no contexto político do início do século XXI. A argumentação vai no sentido de que, uma vez que a guerra interestatal não é mais possível, ou perdeu a sua função, o espaço aberto aos conflitos é reservado às “novas guerras”, conforme suas características típicas que já descrevemos.

Quanto à superação *funcional* da guerra entre Estados-nação, ou seja como uma forma de resolver os conflitos interimperialistas que existam ou venham a existir entre os atuais Estados capitalistas, um dos argumentos contra a possibilidade de sua ocorrência tem sua raiz na existência da arma nuclear como a arma principal dos arsenais destes países, e o seu papel fundamental na contenção ou na dissuasão de uma tentativa de agressão bélica.

Este é o ponto fundamental do argumento de van Creveld coloca contra Clausewitz, ainda que não se limite a ele, pois este autor também tem uma interpretação especial sobre o que venha a ser uma “guerra trinitária”. Podemos agora examinar como este importante historiador militar faz seu ataque a Clausewitz.

O argumento de Creveld, conforme exposto em um artigo publicado no outono do ano 2000, está dividido em quatro partes (VAN CREVELD,2000). Inicialmente ele faz um retrospecto que remonta às guerras travadas no último milênio, em seguida explica como este desenvolvimento militar foi afetado, para não dizer interrompido, pela introdução das armas nucleares. Em terceiro lugar, como o grande retrocesso dos dispositivos militares convencionais, desde 1945, foi ocupado pelo surgimento de guerras que são ao mesmo tempo novas e antigas e que agora ameaçam tomar conta de muitos países e, finalmente, conclui com as conseqüências de tudo isto sobre o futuro da guerra e das Forças Armadas.

Sua argumentação pode ser resumida da seguinte maneira:

- 1) Consolidação – Segundo Creveld, a história do último milênio de guerras, pode ser sinteticamente descrita como um crescente processo de

consolidação, que ocorreu simultaneamente nos campos político, econômico, militar e tecnológico. No terreno político ocorreu (principalmente na Europa) um movimento de unificação do poder das pequenas organizações políticas (feudos) até o aparecimento do Estado moderno. O denominador comum deste processo é que estas organizações políticas mantiveram ao longo de todo este período o monopólio do uso legal de armas, e com isto o direito e a capacidade de promover a guerra. Esta imensa consolidação destes quatro campos atingiu seu clímax na Segunda Guerra Mundial, quando a guerra entre seis Estados poderosos mobilizou 45 milhões de pessoas em batalha, durante seis anos, numa guerra total, que teve um saldo final de 60 a 70 milhões de pessoas mortas e um continente destruído.

- 2) O impacto da arma nuclear – Para Creveld, até 1945 a tendência milenar do tamanho das guerras sempre se expandir era sustentada pela crença, por parte das organizações políticas, de poderem preservar a si próprias derrotando o inimigo e conquistando a vitória. A partir daquela data, assumindo que o lado derrotado retenha apenas um punhado de armas nucleares prontas para o uso, o vínculo entre vitória e autopreservação foi cortado. Por outro lado, a centralização de poderes e recursos em poder dos Estados é tão grande que se pode dizer que, atualmente, qualquer Estado de importância é, por definição, capaz de produzir armas nucleares.
- 3) Desaparecimento das Forças Armadas – Ainda para o mesmo autor, a partir de 1945, o tamanho e a importância dos grandes exércitos de massa foi diminuindo seguidamente. Este processo deveu-se ao crescente custo dos armamentos, e à sua ineficácia em combater as revoluções ou guerras

de libertação nacional da época da Guerra Fria. Importante observar aqui, que van Creveld nos diz que, foram os alemães durante a Segunda Guerra Mundial que vivenciaram o paradoxo de dispor da mais avançada máquina militar do mundo, que, no entanto, não era aplicável contra o tipo de tática de guerrilhas que os *partisans* soviéticos lhes moviam. Esta situação foi vivida, posteriormente, pelos ingleses na Malásia, os franceses na Indochina e Argélia, os americanos no Vietnã e os russos no Afeganistão. De resto, segundo o autor, foram os alemães que inventaram, durante a ocupação da URSS, a campanha de contra-insurgência e seus métodos. O resultado líquido disto tudo é que atualmente as Forças Armadas dos países centrais do capitalismo são pequenas em número de soldados, extremamente caras de se manter e de uso duvidoso para combater as entidades militares que usem táticas de guerrilha..

- 4) Desaparecimento e mudança – Por fim, diz Creveld, enquanto as guerras interestatais tendem a desaparecer, uma vez confrontadas com seu próprio supremo produto – a arma nuclear - as guerras intra-estatais tendem a aumentar. Isto pode ser verificado na crescente redução do mercado de armas pesadas e no aumento exponencial das vendas de armas leves, assim como no emergente mercado de empresas de segurança privada que ameaçam ocupar funções anteriormente colocadas como de domínio das forças armadas.

A definição que Creveld faz do que seja uma guerra trinitária não é a de Clausewitz. Como já vimos, Carl von Clausewitz no final do primeiro capítulo do seu Livro I, de *Da Guerra*, estabelece a exigência de que qualquer teoria sobre a guerra leve em consideração a relação não-linear de três fatores que agem como forças que impulsionam os fatos de uma

guerra: a violência, o acaso acompanhado da liberdade de decisão, e a sua instrumentalidade a uma lógica que lhe é externa. Por sua vez, Crevelde diz que as guerras travadas na Europa após a Paz de Westfália são compostas pelo Povo de uma nação, pelo Exército desta nação-estado e pelo Governo deste Estado. Ou seja, ele toma os *atores* (que Clausewitz mesmo assinalou) pelas *forças* em si mesmas, e a consequência imediata disto é que, postulando o enfraquecimento ou desaparecimento do Exército e/ou do Estado, diz que as guerras “trinitárias” estariam para encerrar seu período de predomínio de 350 anos.

Desde 1945, segundo van Crevelde, ocorreram cerca de 160 ou mais conflitos ao redor do mundo, dos quais cerca de três quartos são do tipo conhecido como LIC (Conflitos de Baixa Intensidade), e possuem as seguintes características (VAN CREVELDE, 1991, p.20):

- a) eles tendem a ocorrer nas partes “menos desenvolvidas do mundo”;
- b) eles raramente envolvem exércitos regulares de um lado ou outro; freqüentemente são casos em que um exército regular combate “guerrilhas” ou “terroristas”
- c) a maior parte destes conflitos não dependem dos armamentos que são o orgulho e alegria da maior parte dos exércitos regulares. As armas leves são usadas intensamente, ao invés das caríssimas plataformas da guerra aérea, naval ou submarina.

Referindo-se às guerras travadas, depois de 1945, pelas antigas metrópoles européias para manter os seus impérios em desaparecimento, Crevelde nos lembra que estas metrópoles fizeram tudo o que podiam. Agiram com extrema crueldade, mobilizaram tremendos recursos econômicos, empregaram as melhores tropas disponíveis, colocaram em campo toda a espécie de tecnologia sofisticada de seus arsenais, expulsaram populações inteiras de seus lares, dizimaram, trancaram em campos de concentração, e fizeram passar grandes números de

peessoas à condição de refugiados. Segundo ele, apesar desta brutalidade e destas vantagens militares, as forças de contra-insurgência fracassaram em *todos* os casos²².

E sua conclusão sobre o futuro da guerra não pode ser mais clara:

Como um homem que levou um tiro na cabeça mas ainda consegue tropeçar para frente uns poucos passos, a guerra convencional pode estar dando seus últimos suspiros. Na medida em que os conflitos de baixa intensidade (LIC) passam a dominar, muito do que se passou na estratégia durante os dois últimos séculos vai mostrar-se inútil. A mudança da guerra convencional para o conflito de baixa intensidade vai levar muitos dos sistemas de armamentos, incluindo especificamente aqueles que são os mais poderosos e os mais avançados, ao monte de ferro-velho. (VAN CREVELD, 1991, p.205).

Ainda segundo o autor, tanto em termos de equipamento como em termos de organização, as Forças Armadas do mundo inteiro vão ter que se adaptar a esta situação, mudando a sua doutrina, livrando-se de muito do seu equipamento pesado e tornando-se muito parecidas com a polícia²³.

Por outro lado, o contraste entre a nova forma da guerra e sua forma, digamos, “clássica”, poderia ser examinado, adicionalmente, através dos seus objetivos, métodos e forma de financiamento.

Em termos dos objetivos, segundo Huntington, Creveld e Kaldor, luta-se nas novas guerras por uma questão de identidade ou por uma simples vontade de lutar. No caso de Huntington, a identidade é um sinônimo de cultura, e daí seu argumento a respeito do choque entre a identidade civilizacional islâmica e o Ocidente cristão. No caso de Creveld, resvala-se

²² van Creveld (1991, p.22) . Esta afirmação de van Creveld é tendenciosa, ou simplesmente falsa. O autor parece ignorar todos os casos nos quais as forças da repressão e contra-insurgência tiveram êxito completo. Faz, assim, uma dupla injustiça: tanto ao desempenho destas forças militares em tarefas de contra-insurgência, quanto ao sacrifício idealista de milhares de militantes revolucionários, no mundo todo, mas especialmente na América Latina, que enfrentaram estas forças em condições de extrema desigualdade. Sobre a questão da suposta invencibilidade da tática de guerrilha, e sobre o mito construído nos países latinoamericanos sobre esta forma de luta, devemos deixar registrado o trabalho de Héctor Saint-Pierre, que faz uma análise crítica desta experiência. Ver, em especial o Capítulo 6 – Guerrilha e Revolução (SAINT-PIERRE, 1999, pgs. 173-202)

²³ Após o término das operações militares no Iraque, em Maio de 2003, o secretário W. Rumsfeld anunciou um plano para reduzir os efetivos das forças armadas norte-americanas. A redução no número de soldados deverá ser mais do que compensada pela implementação de uma nova concepção estratégica que privilegia a grande mobilidade, rapidez na colocação de tropas, blindados leves e uma capacidade de intervenção rápida e efetiva em qualquer local do planeta.

para a negação pura e simples da racionalidade, ou da instrumentalidade da guerra e luta-se até mesmo pelo simples prazer de lutar:

E tudo isto se resume em dizer que, para se explicar a ocorrência da guerra, não é necessário se postular a existência de nenhum outro objetivo além da guerra em si mesma.(...).Sem dúvidas, as gerações futuras irão se valer de diversas linhas de raciocínio, algumas delas tão novas que são hoje quase inimagináveis, de maneira a justificar para elas mesmas e para os outros, as guerras que irão travar. Enquanto isto os, de maneira alguma, inegáveis atrativos da guerra permanecerão intactos.(...). Mesmo que intragável, o fato, a razão real porque nós temos guerras é que os homens adoram lutar, e as mulheres gostam daqueles homens que estão preparados para lutar por elas.(VAN CREVELD,1991, p.221).

Com este argumento, Creveld estabelece seu ponto vista “macho” sobre as motivações da guerra e fornece uma opinião, de um autor conhecido, para todos aqueles que queiram buscar um objetivo irracional para explicar as guerras da barbárie capitalista.

Já em Mary Kaldor, a motivação identitária é assumida de uma forma crítica e que, em alguma medida se opõe tanto a Huntington, quanto a Creveld:

Por política de identidade eu quero dizer a reivindicação pelo poder na base de uma identidade particular – seja ela nacional, clã, religiosa ou linguística. Em um sentido, todas as guerras envolvem um choque de identidades – britânicos contra franceses, comunistas contra democratas. Mas, meu ponto é que estas identidades de antigamente eram ligadas ou a uma noção de interesse de Estado, ou com algum projeto de busca do futuro – idéias sobre como a sociedade deveria ser organizada. Os nacionalismos europeus do século XIX ou os nacionalismos pós-coloniais, por exemplo, apresentavam-se a si mesmos como projetos emancipatórios para a construção de nações (...). Enquanto que é verdade que as narrativas da política de identidade dependem da memória e da tradição, também é verdade que elas [a memória e a tradição] são “reinventadas” no contexto da corrosão ou da falência de outras fontes de legitimação política – o descrédito do socialismo ou da retórica de construção de nações da primeira geração dos líderes pós-coloniais. Estes projetos políticos de retorno ao passado surgem no vácuo criado pela ausência de projetos voltados ao futuro.(KALDOR,2001, p.7).

Quanto ao método de combate, as novas guerras retiram sua conduta tática da experiência das lutas guerrilheiras, tanto quanto das técnicas de contra-insurgência. Por exemplo, no que diz respeito à questão do controle territorial, na guerra “tradicional”, trata-se de conquistar o território inimigo através de meios militares e as batalhas são encontros decisivos, neste aspecto. Já na guerra que usa a tática de guerrilha o controle territorial é uma função do apoio político da população, que deve ser conquistado pelas forças guerrilheiras, como etapa anterior à consolidação do domínio territorial; assim as batalhas não são, a

princípio, decisivas para o controle geográfico. Na a ação de contra-insurgência, a desestabilização do inimigo é buscada através da sementeira do ódio e do medo. O objetivo é controlar a população livrando-se de todos com uma identidade diferente (de fato, de todos com uma opinião diferente), o que pode ser feito através de assassinatos (individuais ou em massa), reassentamento populacional forçado, e de toda uma ampla escala de técnicas de intimidação política, psicológica e econômica. De tal maneira, as forças que combatem na “nova guerra” tanto procuram imitar o “peixe que nada em meio ao mar do povo”, quanto envenenar o próprio mar.

Uma outra característica distintiva das novas guerras é a sua forma de financiamento. No caso, principalmente, das guerras interimperialistas de 1914-1918 e 1939-1945, o esforço de guerra significava uma quase completa centralização econômica, transformando as entidades nacionais em autarquias ou quase autarquias. Nas regiões onde ocorrem as novas guerras, as economias são descentralizadas até a sua virtual paralisação, a participação organizada no esforço de guerra é baixa, e o desemprego extremamente alto. Uma vez que a produção doméstica cai acentuadamente, estas economias passam a depender pesadamente de abastecimentos externos. As unidades em combate suprem a si mesmas através de múltiplas fontes, que podem ir desde o apoio logístico fornecido por potências interessadas no conflito, até o saque, seja de recursos disponíveis no local dos combates, ou dos suprimentos de ajuda humanitária, ou de transações de “mercado negro” com fornecedores de armas e da cobrança de impostos a traficantes de drogas.

A crise capitalista estabelece em alguns destes Estados-nacionais um ciclo desintegrador que parece ser quase o exato oposto do ciclo integrativo através do qual o Estado moderno foi estabelecido. A falência em sustentar o controle físico sobre o território e em conquistar a lealdade popular reduz a capacidade em recolher impostos e diminui grandemente a base de rendas do Estado. Neste contexto, a corrupção, o poder personalístico,

a drenagem de fontes de receitas e as severas limitações que isto impõe à sua atuação para a prestação de serviços públicos levam à perda de legitimidade que facilita o surgimento de organizações criminosas, de situações de anomia e, muitas vezes, à própria fragmentação militar, criando um meio ambiente de caos, onde o conflito ocorre. Enfim, a falência do Estado é acompanhada por uma crescente privatização da violência.(KALDOR,2001, p.92).

De fato, pode ser argumentado que as “novas guerras” são parte de um processo o qual é mais ou menos uma reversão dos processos através dos quais o Estado moderno evoluiu.(KALDOR,2001, p.2).

Do ponto de vista de nosso trabalho, uma interpretação destes conflitos que faça uso de Clausewitz para sua análise deve procurar abordá-los na lógica do contexto social mais amplo que lhes dá significado. Assim, acreditamos ser manifesto que os conflitos da passagem do século XX para o século XXI se subordinam à conjuntura política que os gerou. A validação do paradigma político de Clausewitz para os conflitos deste início de século estará, então, dependente de encontrarmos a sua racionalidade dentro da lógica dos eventos políticos que estamos vivendo. Ou seja, voltamos ao ponto já discutido, de que a guerra pode ter a sua própria gramática, mas a sua lógica é ditada pelo contexto político onde ocorre.

Na verdade, parece que entre os autores que contestam Clausewitz, a polêmica se centra com maior ênfase ao redor da questão da submissão da guerra a algum tipo de racionalidade do que na dinâmica interna dos conflitos. Recordamos, mais uma vez, que Clausewitz considerava a instrumentalidade como uma das forças de sua trindade, a qual se manifesta como a submissão do objeto da guerra à racionalidade do poder político, e a torna um objeto da política. O caráter instrumental das “novas guerras” deve, então, ser procurado no contexto político mundial em que ocorrem e que lhes confere a lógica, que por si só, elas não possuem.

Nesse sentido, a análise de Giovanni Arrighi traz uma importante contribuição para compreendermos a lógica da crise global do sistema capitalista a qual segundo acreditamos, fornece a *lógica das novas guerras*. A longa citação se justifica aqui por sua relevância:

Comunidades, países, e até continentes inteiros, como no caso da África subsaariana, foram declarados “supérfluos”, desnecessários à economia cambiante de acumulação de capital em escala mundial. Combinado ao colapso do poderio mundial e do império territorial da União Soviética, o desligamento dessas comunidades e locais “supérfluos” do sistema do sistema de abastecimento mundial desencadeou inúmeras divergências, em sua maioria violentas, sobre “quem é mais supérfluo do que quem”, ou, de forma mais simples, sobre a apropriação de recursos que se tornaram absolutamente escassos. Genericamente falando, essas divergências contra o rompimento de estilos de vida estabelecidos, sob o impacto da intensificação da competição no mercado mundial – o que, na maioria dos casos, é o que elas são. Ao contrário, foram diagnosticadas e tratadas como a expressão de ódios ancestrais ou de lutas de poder entre “valentões” locais, coisas que, na melhor das hipóteses, desempenharam apenas um papel secundário. Enquanto prevalecer este tipo de diagnóstico e tratamento, é provável que a violência no sistema mundial como um todo saia cada vez mais do controle, mais do que já saiu, com isso criando problemas intratáveis da lei e da ordem para a acumulação de capital em escala mundial, como no *Império do caos*, de Samir Amin (1992). (ARRIGHI, 1994, p.342).

Podemos tomar como correto este ponto de vista. Assim, não é verdade que as situações de conflito armado, em meio ao caos político, econômico e social, que ocorreram nos Bálcãs, na África Ocidental e Oriental, e que têm toda a possibilidade de aumentar dramaticamente no Oriente Médio estejam desligadas de qualquer racionalidade, ou não sejam instrumentais, do ponto de vista político. Em outros termos, parece-nos que o argumento de autores como Creveld, que escrevem sobre a gramática interna destes conflitos e lhes negam qualquer lógica vinda do mundo das relações do poder, não consegue ocultar o caráter de crise mundial, que se expressa em cada local onde as “novas guerras” ocorrem, como uma crise de ordenamento do mundo capitalista no após Guerra Fria. Afinal, administrar, domesticar ou eliminar antigos aliados que são agora os senhores da guerra, ou os piores oportunistas políticos, ou mesmo os grandes terroristas mundiais, são as tarefas que devem ser levadas adiante pelo vencedor do conflito ideológico da Guerra Fria, seja na costa atlântica da África, na Bósnia ou no Afeganistão. Obviamente, os meios, para isto podem variar, desde a utilização de unidades regulares norte-americanas, ou da OTAN, ou até as

famosas operações encobertas, e as táticas serão ajustadas a cada caso, mas tudo isto não altera, em última instância, a mesma lógica política que orienta cada ação de intervenção.

Por outro lado, nas iniciativas de “contenção preventiva” de regimes e/ou países “falidos” ou “crápulas”, os governos dos EUA e de seus aliados europeus têm atuado através de organismos multilaterais (como a ONU), como se agindo em nome de uma comunidade de potências capitalistas, dentro da qual reina a “paz democrática”, uma vez que a guerra foi expelida para a periferia do mundo “civilizado”, onde deve ser erradicada, como algo degenerado.

Tanto Creveld, como Kaldor, para refutar o paradigma político de Clausewitz, assumem que a guerra interimperialista não é mais viável, e isso se deve à irracionalidade inerente a um conflito nuclear. De uma certa forma, o arsenal nuclear faria com que os diferentes interesses capitalistas que disputam mundialmente, por todos os meios, a repartição da riqueza social, se comportassem mais razoavelmente frente à possibilidade de sua aniquilação absoluta, assim Clausewitz estaria superado porque a guerra interestatal entre potências capitalistas significa a sua mútua destruição. Este tipo de argumento nos leva recuperar a antiga polêmica que Lênin sustentou contra Kautsky a respeito do ultra-imperialismo. Como se sabe, nos primeiros dias da Primeira Guerra Mundial, Karl Kautsky publicou um pequeno artigo na imprensa da social-democracia alemã onde dizia que era possível que os Estados imperialistas da época procedessem da mesma maneira que os grandes oligopólios procediam para administrar os resultados danosos da concorrência entre eles. Assim, da mesma forma como os oligopólios têm a tendência de se comporem em gigantescos cartéis para evitar a concorrência (e a perda de ganhos, daí resultante) era possível que os Estados capitalistas passassem a formular uma política externa de composição de interesses para, repartindo entre si o mercado mundial de forma racional, evitar a guerra interimperialista. Além disso, Kautsky escreveu que não havia razão que, emergindo tão

somente de motivos econômicos, levasse inexoravelmente os Estados capitalistas a travarem guerras entre si.(KAUTSKY,1970).

Lênin respondeu, em 1916, dizendo que no modo capitalista de produção, a concorrência entre os capitais pela maior parte possível de riqueza material é a racionalidade mesma de seu funcionamento, e não existe para os capitais outra maneira de existência. A concorrência, a disputa por mercados, a ampliação de seu poder, ou seja de sua capacidade de gerar e se apropriar de valor relativamente aos outros capitais, é a maneira de existência do capitalismo em sua fase industrial-financeira. Evidentemente, a existência de tentativas de ordenamento da concorrência, as fusões de grandes capitais para aumentar ainda mais seu poder e as tentativas de criar um mundo de paz perpétua, como foi o caso de Woodrow Wilson no entre-guerras de 1918-1939, apontam para um outro comportamento existente na “governança” do capital. Mas isso não muda a sua essência. Voltemos a Lênin:

Por conseguinte, no mundo real do sistema capitalista, e não na vulgar fantasia pequeno-burguesa dos clérigos ingleses, ou do “marxista” alemão Kautsky, as alianças “interimperialistas” ou “utraimperialistas” – seja qual for a sua forma: uma coalizão imperialista contra a outra, ou uma aliança geral que abarque a *todas* as potências imperialistas – são *inevitavelmente* nada mais que períodos de trégua entre as guerras. As alianças pacíficas preparam o terreno para as guerras e por sua vez surgem das guerras, condicionando-se mutuamente, originando formas alternadas de luta pacífica e não pacífica, sobre uma base *idêntica* de vínculos e relações imperialistas dentro da economia mundial e da política mundial. E o supersábio Kautsky (...) separa os elos de uma só e mesma corrente, *separa* a atual aliança pacífica (e ultraimperialista e ainda ultraultraimperialista) de *todas* as potências imperialistas para a “pacificação” da China (recorde-se do esmagamento da insurreição dos boxers), do conflito não pacífico de amanhã, que preparará o terreno para outra aliança “pacífica” geral, que depois de amanhã repartirá, digamos, a Turquia, etc., etc.,.(LÊNIN,1973, p.487, itálicos do autor).

Como vemos, visão de Lênin é a de que a luta entre capitais pela disputa da maior parcela da riqueza que circula entre as nações do sistema capitalista, se alterna entre períodos de paz e períodos de guerra – “são inevitavelmente nada mais que períodos de trégua entre guerras”. A repartição do mercado chinês foi feita, antes da Primeira Guerra Mundial, por meio de um acerto pacífico dos interesses de *todas* as potências capitalistas da época, que logo em seguida se digladiaram na grande guerra. A outra parte do argumento de Lênin – que

não cuidaremos neste trabalho – é que a guerra interimperialista que já se prenunciava antes mesmo de 1914, levaria à revolução proletária na Europa, a qual poria fim a este círculo vicioso entre paz e guerra, que é a maneira de existência do capitalismo.

Aqui devemos tentar ponderar sobre a questão da lógica interna dos conflitos. De um lado, vemos que a opinião de Kautsky é a de que não existem motivos, tão somente originados da disputa econômica, que *inevitavelmente* leve os blocos nacionais capitalistas aos extremos de uma guerra; e de outro lado recordemos que Clausewitz nos diz que, se uma guerra respeitar tão somente a sua lógica interna, não há motivos para que esta disputa violenta deixe de buscar seus extremos.

Chegamos assim à condição de perguntar: o impacto da arma nuclear sobre a disputa interimperialista coloca em xeque o raciocínio de Lênin? Poderá acontecer que, frente a possibilidade de sua destruição em termos absolutos, os interesses capitalistas se comportem agora de maneira diferente do que se comportaram ao longo de sua história? Como sabemos, o líder da Revolução de Outubro aceitava o paradigma de Clausewitz para explicar as guerras interimperialistas, e mesmo para explicar as guerras revolucionárias. Neste ponto, é importante notar a tese de István Mészáros, um autor que, ainda que se identificando com a tradição marxista, também considera que a fórmula política de Clausewitz não é mais aplicável. Comentando um pouco antes da invasão do Iraque, em 2003, a idéia da guerra como “a continuação da política por outros meios”, ele diz:

Esta famosa definição era sustentável até bem recentemente, mas tornou-se totalmente insustentável em nossa época. Ela assumia a racionalidade das ações que conectam os dois domínios da guerra e da política como continuação um do outro. Neste sentido, a guerra em questão tinha que ser *vencível*, ao menos em princípio, mesmo se erros de cálculo que conduzissem à derrota pudessem ser considerados no nível instrumental(...). Portanto, a *condição absoluta* para a equação de Clausewitz ser satisfeita era a *vencibilidade da guerra em princípio*, de maneira a recriar o “ciclo eterno” da política conduzindo à guerra, e de volta à política conduzindo a outra guerra, e assim por diante ad *infinitum*. (MÉSZÁROS, 2003b, itálicos do autor).

Quando comparamos os raciocínios de Lênin e de Mészáros, percebemos nos dois autores o uso de um esquema de circularidade entre os estados de guerra e de paz, que se

alternariam continuamente. Porém, toda a semelhança cessa neste ponto. E ainda mais se voltarmos às categorias de Clausewitz.

Como já afirmamos, Clausewitz não admite uma descontinuidade nas relações políticas entre os Estados-nação, em virtude do estado de guerra entre eles. Para ele as salvas de artilharia que substituem as notas diplomáticas são uma outra linguagem, mas não uma outra lógica da relação de poder entre os Estados. Assim, quando Mészáros se refere ao “domínio da guerra” e ao “domínio da política”, parece estabelecer duas regiões, cuja diferença reside em uma distinção essencial entre elas, com base na qual o Estado poderia deslocar seu comportamento de uma para outra, seguindo a racionalidade que deve guiar suas ações. Vale dizer, Mészáros admite que a guerra pertence a uma ontologia diferente da política, o que é exatamente o contrário da postulação de Clausewitz.

Em contraste, a recorrência que percebemos no raciocínio de Lênin diz respeito à formação de alianças interimperialistas para a divisão de mercados, ao acirramento da concorrência entre os capitais que se reflete na disposição dos Estados em travar guerra e à formação de alianças para a guerra (e durante a guerra) para orquestrar uma nova divisão de mercados, o que leva a um novo acirramento da concorrência e assim por diante. Percebemos que aqui não existe a disjuntiva entre guerra e política.

Por sua vez, a tese de Mészáros sobre a *condição absoluta* de verificação da fórmula de Clausewitz poderá nos auxiliar a responder o nosso questionamento acerca do impacto da arma nuclear sobre a disputa interimperialista, porém devemos observar que não é correto dizer-se que a vencibilidade seja uma condição absoluta para a verificação daquela fórmula, pois se o admitirmos estaremos transferindo para o terreno dos objetivos da estratégia aquilo que pertence ao terreno do combate, ou seja, da tática.

No entanto, apesar deste equívoco, Mészáros parece correto a respeito do risco da irracionalidade política, na época das armas nucleares, se transformar numa irracionalidade

absoluta. O que nem Clausewitz e nem Lênin puderam antecipar foi que o desenvolvimento técnico-científico aplicado aos armamentos pudesse resultar em um artefato que resume toda a seqüência dos combates (e da possibilidade de vitória ou derrota), que se desdobrava no tempo e no espaço nas guerras clássicas, em um empacotamento de toda esta seqüência (que às vezes tomava anos para se resolver) em um único ato.

Mas se Clausewitz não pôde antecipar a que extremos o desenvolvimento daquilo que Marx chamava de “forças produtivas” poderia chegar, conseguiu sem dúvida antecipar que o conflito de interesses políticos, penetrado pelo ódio e rancor que se materializam como violência, poderia levar a guerra a superar todas as barreiras que se opõem aos seus extremos, e se transformar em guerra absoluta: “Se a guerra é parte da política, a política vai determinar o seu caráter. Na medida em que a política se torna mais ambiciosa e vigorosa, assim será a guerra, e isto pode chegar ao ponto onde a guerra atinge a sua forma absoluta”.(CLAUSEWITZ,1984,p. 606).

Na atual etapa do desenvolvimento do sistema capitalista mundial, Giovanni Arrighi (e não só ele) identifica a existência de uma crise de superacumulação como a raiz da sua atual crise cíclica. Diz ele que estas crises de superacumulação (ou superinvestimento) criaram, no passado, os agentes governamentais e empresariais capazes de solucionar tais crises via uma reorganização da economia mundial capitalista em bases mais amplas. É apenas uma questão de tempo, segundo este autor, para que a continuada expansão das forças produtivas sob o regime do capital se traduza numa crise de superacumulação de tal porte que o agente que venha a surgir possa ser tão poderoso que ponha fim à competição interestatal pelo capital que circula no sistema.

Neste ponto, se unificarmos o argumento de Clausewitz com a análise de Arrighi, poderemos concluir que o porte das contradições atuais do sistema capitalista exige, para sua simples administração, uma estratégia política com grande vigor e ambição. A nosso ver foi

com este espírito que o governo norte-americano publicou no dia 17 de Setembro de 2002 o documento “The National Security Strategy of USA”, que atualiza a doutrina de segurança nacional americana. Em seu ponto principal este documento estabelece o ataque preventivo – podendo usar todos os meios disponíveis – contra qualquer país que tenha a intenção de desenvolver sistemas bélicos que venham, em algum momento, ameaçar a hegemonia militar norte-americana. A publicação desta doutrina colocou fim à primazia dos conceitos de dissuasão e contenção que haviam estabilizado o conflito entre socialismo e liberalismo durante o quase meio século da Guerra Fria, e que mantiveram congelada a guerra nuclear. É neste ponto que a observação de Mészáros, sobre as consequências da irracionalidade política para a humanidade, possui uma grande importância:

A dimensão militar de tudo isto é grave. Portanto, não é exagerado afirmar – tendo em vista também o antes inimaginável poder destrutivo dos armamentos acumulados ao longo da segunda metade do século XX – que entramos na *fase mais perigosa do imperialismo em toda a história*; pois o que está em jogo hoje não é o controle de uma região particular do planeta (...), mas o controle de sua *totalidade* por uma superpotência econômica e militar hegemônica, com todos os meios à sua disposição – incluindo os mais autoritários e violentos meios militares –.(MÉSZÁROS,2003a, p.53, itálicos do autor).

Já são transcorridos quase 15 anos desde que se anunciou, além do final da História, o surgimento de um novo mundo globalizado. Neste período de tempo, como resultado de um só e mesmo processo, a História seguiu adiante produzindo na “periferia” do mundo capitalista não a paz democrática neoliberal, mas amplas regiões onde as mais modernas tecnologias de destruição se misturam à barbárie anterior ao contrato social, numa situação que poderíamos chamar de tecno-barbárie. Por outro lado, ainda que com seu funeral seguidamente anunciado, o Estado-nação continua a ser a estrutura por meio da qual se expressa a organização política do mundo capitalista, e pelo qual seus interesses se manifestam e entram em choque. É fácil ver que esta forma de organização está em contradição com a “globalização” –o nome que designa atualmente a irresistível expansão das forças produtivas da humanidade para além de qualquer fronteira nacional. Que a titânica

capacidade produtiva alcançada pela ciência e pela tecnologia, comandadas pelo capital, se manifeste também como *imensa capacidade destrutiva*, não pode mais surpreender a ninguém.

Assim, os problemas que os líderes revolucionários europeus do início do século XX se colocavam, parecem estar rejuvenescidos depois de quase um século de sua formulação. Se nossos argumentos estiverem corretos, para a indagação que aqueles genuínos social-democratas se faziam - o que aguardava o desenvolvimento dos fatos políticos de sua época: socialismo ou barbárie? – já temos a resposta. Quanto a outra indagação: se um dia o capitalismo usará o terrível e absoluto montante que a ciência colocou-lhe nas mãos para resolver as suas contradições internas, podemos propor que Clausewitz já nos deu a resposta: somente a política pode transformar tal montante em um manipulável florete. Mas a lógica desta política deverá estar à altura da magnitude dos recursos de destruição que o gênero humano agora dispõe, e à altura dos conflitos que ameaçam utilizá-los. Nos termos aqui expostos ela só poderá ser uma lógica que termine com a contradição fundamental do capital.

5 Considerações Finais

Após esta revisão sobre a guerra, que nos levou das observações de Florestan Fernandes acerca da guerra como um fato social, até as previsões de Creveld sobre o futuro das Forças Armadas, podemos, então, tentar sintetizar uma resposta sobre a nossa questão: o paradigma de Clausewitz – a guerra é a continuação da política através de outros meios – ainda continua válido em meio às transformações dos conflitos na passagem do século XX para o século XXI?

Nossa resposta é positiva e, sustentamos esta opinião por meio dos seguintes argumentos:

a) Como vimos, Clausewitz diferentemente de muitos outros autores sobre a estratégia, percebeu que existia uma forma mais abrangente do que a dicotomia entre arte ou ciência, para pensar sobre a guerra. Tratou de pensar a guerra como um fenômeno humano total, como parte da existência social da humanidade e por este caminho, se afastou de qualquer esquema reducionista.

b) Quando Clausewitz comparou a guerra à troca mercantil a colocou no terreno dos fenômenos que moldam as relações sociais, estabeleceu um ponto de ruptura com o conhecimento de senso comum sobre a guerra, pois introduziu na teoria sobre a estratégia a exigência de analisar a guerra como fenômeno complexo, não linear, e possível de ser classificado junto com os outros fenômenos sociais que possuem uma estrutura.

c) Clausewitz considerou que a guerra é constituída apenas por duas coisas: a tática e a estratégia. Aqui, sua grande contribuição foi esclarecer que o meio da tática é a força armada e seu objeto é a vitória no combate. Os meios da estratégia são os combates e seu objeto é a obtenção de um modo da paz. Como a guerra é um fenômeno social complexo, a estratégia não pode ser formulada por um algoritmo, mas em cada circunstância histórica sua concepção

tem que ser descoberta, reinventada e resolvida novamente, o que significa que a solução dos problemas da estratégia pertence ao campo da busca heurística e não da formulação algébrica.

d) Clausewitz nos forneceu as unidades constitutivas que devem ser procuradas nesta busca, quando percebeu na guerra a ação de três forças – a violência, o acaso e a instrumentalidade – que interagem entre si de forma não linear. Nomeou, também, para o caso das guerras que conheceu, por experiência vivida como militar, os atores por meio dos quais estas forças se manifestam: a) o povo, mobilizado pelo ódio e rancor ao inimigo; b) o líder militar e seu exército, que deve buscar nas incertezas de cada combate a oportunidade da vitória; c) o governo, através do qual a força destruidora da guerra se transforma num instrumento da política. Os atores, por meio dos quais estas forças atuam, serão próprios de cada sociedade e momento histórico onde ocorre a guerra, mas estas forças estarão sempre presentes em cada caso concreto.

e) Clausewitz conseguiu perceber que a guerra, como uma relação social complexa, não interrompe a relação entre os povos quando não se trocam mais notas diplomáticas, e que a guerra é apenas uma outra forma de um mesmo discurso, uma outra forma de uma mesma linguagem. Conforme sua expressão célebre: uma outra gramática, mas a mesma lógica, pertencente a um mesmo discurso do poder. Assim, para Clausewitz, a guerra está repleta de significados, como tudo aquilo que é humano.

f) As Revoluções em Assuntos Militares (RMA), por muito impressionante que sejam as novidades tecnológicas que aportem à guerra, têm seus limites; elas não mudam a natureza inerente da guerra. A fricção, a incerteza e a confusão na conduta da guerra não são aborrecimentos superficiais que o progresso técnico em geral e a tecnologia da informação em particular, possam remover. A guerra é inerentemente não linear pois ela é o choque violento de duas vontades vivas. O exame da guerra do Golfo de 1991 demonstra que os conceitos que Clausewitz expõe em *Da Guerra* – o ponto culminante da vitória, o ponto culminante do

ataque, o centro de gravidade, o atrito, etc – ainda podem ser aplicados para se compreender os eventos de uma campanha. Por outro lado, as situações de conflito que ocorreram em diversas partes do mundo após 1990 não significaram nenhuma novidade em sua dinâmica interna, uma vez que usamos para sua análise a trindade de forças de Clausewitz e não a trindade de atores nação-exército-govêrno, supostamente clausewitziana . O que existe de característico nestes conflitos só pode ser compreendido a partir da conjuntura política que lhes fornece a sua lógica.

g) Por fim, e talvez, o ponto mais importante para refletirmos sobre a questão da guerra no início do século XXI, é a advertência que Clausewitz nos deixou sobre a natureza da guerra. Devemos manter sempre presente em nossas análises que não existe nenhum obstáculo, na dialética interna da guerra, que a impeça de buscar seus extremos e de guerra limitada, evoluir para uma guerra total e daí a uma guerra absoluta. A guerra é o choque de vontades antagônicas que se utilizam dos produtos da ciência e das artes para tentar se impor umas as outras. O general prussiano que escreveu estas observações no início do século XIX não poderia imaginar a que extremos a ambição das potências capitalistas, cem anos depois, poderia levar a guerra. A existência das armas nucleares (e outras, de destruição em massa) e as conseqüências conhecidas do seu uso, não são em si mesmas, nenhum obstáculo ao seu uso, se a ambição política assim novamente o exigir. Apenas a vontade política de suas vítimas presumíveis é que pode transformar esta pesada espada de combate em um leve florete.

6 Referência Bibliográfica

ARON, Raymond. **Pensar a Guerra, Clausewitz: a era européia**. 1ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

BASSFORD, Christian. Jomini and Clausewitz: their interaction, in **23rd Meeting of the Consortium on Revolutionary Europe**, Georgia State University, 1993.

BASSFORD, Christian. John Keegan and the grand tradition of trashing Clausewitz (a polemic). **War and History**, v.1, no. 3, November, 1994.

BAILEY, Jonathan. THE FIRST WORLD WAR AND THE BIRTH OF MODERN WARFARE in: KNOX e MURRAY (orgs.). **The dynamics of military revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BEYERCHEN, Allan D. Clausewitz, Nonlinearity and the Unpredictability of War. **International Security**, Massachusetts Institute of Technology, 17:3 (Winter, 1992); pp. 59-90, 1993.

CLAUSEWITZ, Carl von; **On War**; Princeton: Princeton University Press, 1984.

EHRENREICH, Bárbara. **Ritos de Sangue**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

FAUSTO, Carlos. In: A OUTRA MARGEM DO OCIDENTE. **Da Inimizade: forma e simbolismo da guerra indígena**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999, p.251-282.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1970.

FRIEDMAN, George and Meredith. **The future of war**. New York: St. Martin's Griffin, 1996.

FULLER; Fred. New Order Threat Analysis: a literature survey. **Marine Corps Gazette**; April 1997.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GORDON, Michael R.; TRAINOR, Bernard E. **The General's War: the inside story of the conflict in the gulf**. Boston: Back Bay Book, 1995.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

HOBBSBAWN, Eric. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

HOWARD, Michael. **Clausewitz**. Oxford: Oxford University Press, 1983.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1996.

JOMINI, Antoine Henri de, Baron. **The Art of War**. London; Greenhill Books, 1992.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars**. 1. Ed. Stanford: Stanford University Press, 2001.

KAPLAN, Robert D. **The coming anarchy**. New York: Random House, 2000.

KAUTSKY, K. Ultra-imperialism. **New Left Review**. London, n.59, p.41, January-February 1970.

KEEGAN, John. **Uma história da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KNOX, MacGregor ; MURRAY, Williamson.(org.). **The dynamics of military revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

LEIRNER, Piero C. **O Sistema da Guerra: uma leitura antropológica dos exércitos modernos**. 2001. 200f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LENIN, V.I. **El imperialismo, etapa superior del capitalismo**, Obras Escogidas, Tomo III. 2a. Ed. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1973.

LEVY, Jack S. Misperception and the Causes of War: Theoretical Linkages and Analytical Problems. **World Politics**. Princeton, NJ, vol. XXXVI, n.1, October 1983.

LIDDEL HART, Basil Henri, Sir. **Strategy**. New York: Penguin Group, 1992

MAUSS, Marcel. **As civilizações: elementos e formas**. Trad. Ivonne Toscano. Roberto Cardoso de Almeida (org.). São Paulo: Editora Ática, 1979. p.181. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

MÉSZÁROS, I. **O século XXI: socialismo ou barbárie?**. 1.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003a.

MÉSZÁROS, I. Militarism and the Coming Wars. **Monthly Review**, vol.55, n.2, 2003b.

MURRAY, Williamson. MAY 1940: CONTINGENCY AND FRAGILITY OF GERMAN RMA. , in: KNOX e MURRAY (orgs.). **The dynamics of military revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PARET, Peter. **Understanding War**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.

PETERS, Ralph. The New Warrior. **Parameters**. Summer, 1994.

POLYA, G. **Como plantear y resolver problemas** México: Editorial Trillas, 1976.

PROENÇA JÚNIOR, Domício (org.). **Guia de Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **A política armada: fundamentos da guerra revolucionária**. 1 Ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SCALES JR., Robert H., Brig. Gen. **Certain Victory**. Washington: Brassey's Five-Star Paperback, 1997.

SCHNEIDER, Fernand. **História das Doutrinas Militares**. São Paulo: Difusão Editorial S.A, 1975.

SHIMIZU, Tamio. **Contribuição ao Estudo dos Problemas Complexos e Mal-estruturados**. 1976. Tese. (Tese de Livre-Docência), Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo.

STINCHCOMBE, Arthur. **La construcción de las teorías sociales**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1970.

VAN CREVELD, Martin. **The Transformation of War**. New York: The Free Press, 1991.

VAN CREVELD, Martin. Through a glass, darkly. **NWC Review**, Autumn 2000.

VILLACRES, Edward; BASSFORD, Christian. Reclaiming the Clausewitzian Trinity. **Parameters** Autumn 1995.

WALTZ, Kenneth N. The origins of war in Neorealist Theory. **The Journal of Interdisciplinary History**. Cambridge, MA., v. XVIII, n.4, p.615, Spring 1988.